

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em História**

Jhoyce Póvoa Timóteo

**A CIDADE DE SÃO PAULO EM “ESCALA HUMANA”:
LUIZ DE ANHAIA MELLO E SUA PROPOSTA DE
RECREIO ATIVO E ORGANIZADO.**

Campinas, janeiro de 2008.

JHOYCE PÓVOA TIMÓTEO

A CIDADE DE SÃO PAULO EM “ESCALA HUMANA”: LUIZ DE ANHAIA MELLO E SUA PROPOSTA DE RECREIO ATIVO E ORGANIZADO.

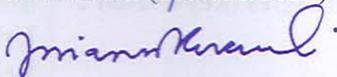
Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/02/2008.

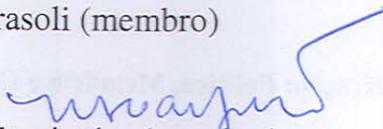
Banca examinadora:



Prof. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)



Prof. Dra. Josianne Francia Cerasoli (membro)



Prof. Dra. Marisa Varanda T. Carpintéro (membro)

Prof. Dra. Ivone Salgado (suplência)

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (suplência)

Campinas, janeiro de 2008.

JHOYCE PÓVOA TIMÓTEO

A CIDADE DE SÃO PAULO EM “ESCALA HUMANA”: LUIZ DE ANHAIA MELLO E SUA PROPOSTA DE RECREIO ATIVO E ORGANIZADO.

Dissertação de Mestrado apresentada no programa de pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/02/2008.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)

Prof. Dra. Josianne Francia Cerasoli (membro)

Prof. Dra. Marisa Varanda T. Carpintéro (membro)

Prof. Dra. Ivone Salgado (suplência)

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (suplência)

Campinas, janeiro de 2008.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

T489c **Timóteo, Jhoyce Póvoa**
A cidade de São Paulo em “escala humana”: Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado / Jhoyce Póvoa Timóteo. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mello, Luiz de Anhaia. 2. Urbanismo. 3. Lazer – São Paulo (SP). I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(mh/ifch)

Título em inglês: The city of São Paulo in “human scale”: Luiz de Anhaia Mello and his proposal of active and organized recreation.

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Mello, Luiz de Anhaia
Urbanism
Leisure – São Paulo (SP)**

Área de Concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Maria Stella Martins Bresciani, Josianne Francia Cerasoli, Marisa Varanda T. Carpintéro

Data da defesa: 29-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Mestrado em História

Resumo

O tema deste trabalho é o sistema de Recreio Ativo e Organizado defendido pelo engenheiro-arquiteto Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello para a cidade de São Paulo, no início do século XX. Analisa a inserção desta proposta de lazer em seu pensamento urbanístico, destacando sua representatividade para o projeto político de tornar a capital paulista uma cidade mais “humanizada”. Problematiza, também, os desdobramentos sociais objetivados por Anhaia Mello, uma vez que este sistema de recreio estava voltado aos bairros operários, numa tentativa de educar os trabalhadores para a utilização de seu “tempo-livre”. Através de artigos publicados em periódicos, entre as décadas de vinte e setenta, focalizamos seu argumento de que o lazer era um importante aliado na obtenção de “cidadãos úteis à pátria”, por significar um momento propício à formação de um sentimento cívico e à valorização da vida em comunidade.

Palavras-chave: Luiz de Anhaia Mello; Urbanismo; São Paulo; lazer

Abstract

The subject of this work is the system of Organized and Active Recreation defended by the engineer-architect Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello for the city of São Paulo, on the beginning of the XX century. It analyses the insertion of this proposal of leisure in his urbanistic thought, highlighting its representativity for the political project of transforming the capital of the state into a more “humanized” city. It problematizes, also, the social implications aimed by Anhaia Mello, once this system of recreation was directed to the labour districts, on a tentative of educating the workers for the use of their “free-time”. Through articles published in periodicals, between the twenties and the seventies, we focus his argument that the leisure was an important ally on the obtainment of “citizens useful to the nation”, representing a favorable moment to the formation of a civic sense and to the valorization of the life in community.

Keywords: Luiz de Anhaia Mello; Urbanism; São Paulo; leisure

Agradecimentos

De modo especial, agradeço a Stella Bresciani pela generosidade e paciência nesta trajetória que começou em meu segundo ano de graduação e chega a este trabalho de importante significado profissional. Orientadora dedicada e com um olhar sensível às dificuldades de uma iniciante em pesquisa científica, uma postura que tornou mais suave a experiência do mestrado. Stella, obrigada, sempre.

À Cristina Meneguello não apenas por sua participação em meu exame de qualificação, mas, principalmente, pelo período em que fui sua bolsista trabalho e tive a sorte de encontrar em meu caminho uma pessoa que me ofereceu interessantes e importantes oportunidades profissionais.

Agradeço à Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli por terem aceitado participar da “finalização” deste trabalho, pois foram importantes colaboradoras. Com a Josianne, amiga querida, aprendi os primeiros passos da pesquisa arquivística e, por acompanhar o processo de consolidação de sua carreira de historiadora, a tenho como referência de profissionalismo e amor ao ofício.

Aos colegas de CIEC, pela prazerosa convivência e aos membros do Projeto Temático Fapesp “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano” - Unicamp/Unesp/PUC-Campinas/IUAV-Veneza expresso meu agradecimento por participar dos encontros científicos, nos quais aprendi muito. À minha amiga Priscila Piazzentini Vieira, merci beaucoup, porque eu não poderia agradecer de modo convencional a uma mente tão estimulante e que desde as primeiras semanas de graduação tornou as aulas de teoria tão envolventes.

A amigos e familiares pela compreensão da renúncia ao convívio durante algumas fases deste trabalho, o apoio de vocês foi imprescindível. Ao Fábio, meu amor companheiro, dedico a finalização deste trabalho. Devido a você, e por você, tornei-me uma pessoa mais otimista e mais confiante em minhas potencialidades.

À minha mãe Eliana, espero que este trabalho simbolize nossa vitória particular frente às adversidades do passado.

Agradeço à FAPESP pelo apoio financeiro que possibilitou essa pesquisa.

Índice

<i>Apresentação</i>	03
<i>Parte I: Os “lugares” do recreio ativo e organizado no pensamento urbanístico de Luiz de Anhaia Mello</i>	11
I.1. <i>A cidade de São Paulo em “escala humana”</i>	19
I.2. <i>Os Estados Unidos e sua bem sucedida experiência em Urbanismo</i>	37
I.3. <i>O recreio ativo e organizado e sua relação com a “Árvore do Urbanismo”</i>	45
<i>Parte II: Da Polícia ao Playground: a “política expressiva” formando “cidadãos úteis à pátria”</i>	59
II.1. <i>Uma nova concepção de lazer</i>	73
II.2. <i>A formação do “cidadão útil à pátria”</i>	83
<i>Considerações Finais</i>	105
<i>Fontes</i>	109
<i>Bibliografia</i>	111

Apresentação

Este trabalho iniciou-se em uma pesquisa de iniciação científica, orientada pela professora Maria Stella Martins Bresciani, que tinha como um dos objetivos a análise de artigos do *Boletim do Instituto de Engenharia*. Dentre os vários autores que publicaram seus trabalhos neste periódico, no início do século XX, Luiz de Anhaia Mello ganhou especial interesse não só pela quantidade de publicações ou pela diversidade de temas abordados, mas pelo seu firme propósito em afirmar que de nada adiantaria o conhecimento técnico ao Urbanismo, se este não contasse com o apoio da opinião pública.

Anhaia Mello não era o único a defender esta idéia. Marisa Carpintéro, em seu trabalho *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954)*¹, afirma que não existiam diferenças abruptas entre este profissional e seu colega Prestes Maia até a década de 1950, segundo ela:

*“[...] até a década de 50, as diferenças teóricas entre eles eram pequenas, dado que ambos se prendiam às experiências das cidades norte-americanas [...] apostavam na eficácia da disciplina urbanismo como responsável pela qualidade de vida na cidade moderna, na importância do ‘zoning’, na formação da Comissão do Plano da Cidade e ainda na propaganda como forma de atingir a opinião pública”*².

A interlocução com diversos profissionais de sua área encontra-se representada em seus artigos, que fazem referência a diversos especialistas, o quais não se restringiam a estudiosos sobre a cidade, e à defesa da constante atualização do engenheiro-arquiteto através da leitura de periódicos internacionais. Raquel Rolnik, em *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*³, destaca a coerência das propostas de Anhaia Mello com as necessidades de uma nova administração pública que se configurava ao final da Primeira República.

¹ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

² CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954)*, p.101.

³ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. – 2ª edição – São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999. – (Coleção cidade aberta)

Entretanto, Anhaia Mello acreditava que os problemas da capital paulista só poderiam ser definitivamente resolvidos se obedecessem aos princípios de um planejamento urbano “humanizado”. A técnica deveria atender aos interesses da vida em sociedade, de forma que fosse utilizada pelo urbanista para promover o bem estar da coletividade. Desta maneira, era dever do urbanista adequar a cidade à “escala humana”, seja do ponto de vista técnico, reduzindo as distancias entre moradia, trabalho e recreio, seja através de atitudes humanistas, no desejo de tornar a cidade agradável a todos, ou mesmo num sentido religioso, em que o aspecto humano estava no exercício de compaixão para com o próximo.

O sistema de recreio ativo e organizado, tema desta dissertação, constitui um bom exemplo da tentativa de Anhaia Mello em tornar mais humana a rotina na cidade de São Paulo. O objetivo desse sistema de lazer era suavizar o impacto emocional decorrente da adaptação a uma cidade em acelerado processo de crescimento e industrialização. Nesta proposta de lazer, o prazer decorrente das atividades esportivas, das brincadeiras infantis, do passeio com a família, é o maior aliado na ação disciplinadora de formar “cidadãos úteis à pátria”. O estudo desse sistema de lazer permite analisar diversos elementos de sua teoria urbanística que, como salienta Cláudio Hiro Arasawa, em sua dissertação “A *Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello*”⁴, “Tratava-se não de oferecer amplos projetos de intervenção espacial, expressos em croquis, plantas e aquarelas, mas de construir uma instância de poder capaz de, a um só tempo, educar as massas, interpretar seus desejos e elaborar um ‘plano da cidade’”⁵.

A importância de Anhaia Mello para a formação do pensamento urbanístico na cidade de São Paulo não se deve apenas à sua vasta produção sobre o assunto, mas também pelos desdobramentos de suas idéias na administração da capital paulista. Cândido Malta Campos discute em seu livro *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*⁶ a repercussão do pensamento de Anhaia Mello na administração municipal de Fábio Prado. Além disso, Stella Bresciani, em seu texto *A Algaravia das pequenas memórias*

⁴ ARASAWA, Cláudio Hiro. “A *Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello*”. Dissertação de Mestrado, orientação de Elias Thomé Saliba. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, dezembro de 1999.

⁵ ARASAWA, Cláudio Hiro, *op. cit.*, p.13.

⁶ CAMPOS. Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

*encontrando-se com a linguagem especializada: estética moderna e cidadania em São Paulo de 1890 a 1940*⁷, afirma que no período de 1890 a 1940, é impossível diferenciar, em termos conceituais, o vocabulário do urbanista e do administrador municipal, seja porque os governantes, em sua expressiva maioria foram alunos da Escola Politécnica ou porque recorriam a relatórios desses especialistas. Apesar da sobreposição das carreiras de político, urbanista e professor universitário, devido ao conjunto de fontes escolhido, a ênfase deste trabalho recai sobre sua produção acadêmica, em detrimento de sua atuação na administração pública, durante o período que foi prefeito de São Paulo. Em relação às suas supostas “influências” nos governos municipais que o sucederam, esta análise se restringe ao tema do recreio ativo e organizado.

A seleção de artigos trabalhados teve como referência o livro *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*⁸ organizado por Maria Cristina Leme, em que a autora faz um levantamento das publicações de Anhaia Mello, além de fornecer informações sobre sua atuação profissional. Neste trabalho, Leme afirma que “Anhaia Mello foi o principal teórico sobre o urbanismo em São Paulo, neste período [primeira metade do século XX]. Seguir a sua produção intelectual é, também, perceber os rumos do pensamento urbanístico paulistano, pois ele sinalizava as direções desse caminho”⁹.

O recorte temático referente à sua proposta de lazer foi feito a partir dos artigos publicados por Anhaia Mello em periódicos que se dirigiam a um público especializado, cujos leitores, em grande parte, eram seus colegas engenheiros, engenheiros-arquitetos e especialistas nos assuntos urbanos. Desta forma, ele se dirige a um leitor que possuía uma formação acadêmica e que, portanto, partilhava de um campo comum de conhecimentos e com quem era eficaz dialogar conceitualmente, pois se tratava dos responsáveis pelas realizações da ciência do Urbanismo na cidade.

Uma característica marcante nas publicações de Anhaia Mello é a repetição dos temas centrais de sua teoria urbanística. Assuntos como a relação entre legislação e urbanismo, a importância da regulamentação dos serviços de utilidade pública, a necessidade de um plano regional para a capital paulista, além de um planejamento urbano

⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *A Algaravia das pequenas memórias encontrando-se com a linguagem especializada: estética moderna e cidadania em São Paulo de 1890 a 1940*. Relatório à Bolsa Pesquisa CNPq.

⁸ LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: FUBAM: Studio Nobel, 1999.

⁹ LEME, Maria Cristina da Silva, *op. cit.*, p.479.

que trouxesse a cidade para o plano das necessidades humanas, são recorrentes em sua produção. Muitas vezes explicitava que a repetição tratava-se de uma estratégia de convencimento sobre a importância do que estava discutindo.

Da mesma forma, Josianne Cerasoli, em *A Grande Cruzada: Os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República*¹⁰, considera que os formandos da Escola Politécnica concebiam sua participação política na administração pública de São Paulo como uma missão, motivada por uma disposição para a ação e resolução dos problemas, pelo otimismo científico e pela crença no progresso¹¹, Anhaia Mello partilhava do mesmo sentimento, mas o que o impulsionava eram as conquistas da linha de pensamento que denominava Urbanismo Moderno. Sendo assim, o tema do sistema de recreio ativo e organizado não aparece apenas no seu artigo de 1929, “Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas”¹², mas também quando discute os princípios urbanísticos da “Cidade-Celular”¹³, em 1933, ou em seu artigo dedicado às “Cidades-Jardins”¹⁴, publicado em 1945, e, de modo geral, quando abordava assuntos referentes ao planejamento urbano, quando, por exemplo, chama a atenção para o problema dos transportes públicos nas cidades modernas, uma vez que o deslocamento entre residência, trabalho e recreio deveria ser rápido e eficiente.

Anhaia Mello foi prefeito da capital paulista por dois breves períodos entre 1930 e 1931¹⁵ que somados não contam um ano e como responde a Prestes Maia em 1946, no artigo “Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano”¹⁶, estas incursões no governo municipal não lhe possibilitaram, pela brevidade do tempo, implantar de modo consistente as medidas que tanto defendia para o combate aos problemas metropolitanos. Sua atuação acadêmica, no entanto, estendeu-se do ano de 1918, quando

¹⁰ CERASOLI, Josianne Francia. *A Grande Cruzada: Os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

¹¹ CERASOLI, Josianne Francia, *op. cit.*, p.186.

¹² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.47, p.145-61, abr. 1929.

¹³ MELLO, L.G.R. de Anhaia. A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.94, p.131-42, set. 1933.

¹⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.36, p.27-30, nov. 1947.

¹⁵ Esses dois períodos foram: de dezembro de 1930 a julho de 1931 e de 14 de novembro a 04 de dezembro de 1931.

¹⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano. *Engenharia*. São Paulo, n.41, p.169-75 e 180, jan. 1946.

começou como professor substituto na Escola Politécnica, sendo efetivado apenas em 1922, até por volta de 1968 no curso de Pós-Graduação desta mesma instituição. Foi vice-diretor da Escola Politécnica entre 1928 a 1930, retornado ao cargo em 1931. Nos os anos de 1929 e 1930 foi presidente do Instituto de Engenharia, sendo que, no período de 1933 a 1934, foi membro de sua diretoria, momentos em que suas publicações se concentram no periódico desta instituição.

Anhaia Mello foi nomeado diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no ano de sua criação, 1948, permanecendo no cargo até 1951. Foi um intenso divulgador da ciência do Urbanismo, não apenas por sua numerosa produção sobre o assunto, mas também devido à defesa calorosa do tema frente a seus colegas especialistas, sendo um importante articulador da criação de uma faculdade de arquitetura articulada ao ensino de urbanismo. O urbanista, na concepção de Anhaia Mello, tinha grande responsabilidade social, pois seu conhecimento técnico, que lhe dava a capacidade de prever o desenvolvimento urbano, deveria ser posto a serviço dos interesses da população, viabilizando a vida em comunidade. Fazia uma nítida distinção entre cidade e comunidade, sendo que a cidade poderia chegar ao status de comunidade se suas instituições e dispositivos administrativos funcionassem “organicamente” visando o bem estar da coletividade e o desenvolvimento de uma postura cívica em seus habitantes.

O viés fortemente acadêmico de Anhaia Mello lhe rendeu a característica de teórico em contraposição à Prestes Maia, que por sua longa atuação frente à prefeitura de São Paulo, é reconhecido em igual importância para a construção do urbanismo paulista, mas em termos práticos. Cláudio Hiro Arasawa faz a pergunta “Luís de Anhaia Mello, o negativo de Prestes Maia?”¹⁷, afirmando ser recorrente que a participação de Anhaia Mello na formação do pensamento urbanístico paulista seja interpretada como “planejamento discurso” e a de Prestes Maia como “planejamento executado”, tendo em vista o seu “Plano de Avenidas”. Anhaia Mello teria sua atuação fortemente relacionada à formulação teórica sobre os problemas da cidade de São Paulo, enquanto Prestes Maia materializou seu pensamento em importantes obras públicas.

Arasawa questiona o papel de teórico atribuído a Anhaia Mello por não acreditar na dissociação entre teoria e prática, pois mesmo que não tenha executado obras

¹⁷ ARASAWA, Cláudio Hiro, *op. cit.*, p.06.

representativas para a configuração atual da capital paulista, Anhaia Mello participou da implementação de vários projetos urbanos, como é caso dos Parques Infantis, na administração de Fábio Prado. Sua proposta de recreio ativo e organizado encontrou campo de atuação e este engenheiro-arquiteto pode auxiliar na substituição dos “parques inúteis”, como chamava os espaços públicos sem uma proposta de lazer dirigido, por “modernas” áreas de lazer munidas do “arsenal” do recreio ativo e organizado.

Entretanto, é bastante improvável que uma pesquisa dedicada a Anhaia Mello não esbarre em Prestes Maia e acreditamos que o inverso também ocorra. Anhaia Mello estabelece um embate direto com Prestes Maia em 1946 cobrando a coerência entre suas medidas administrativas e suas convicções urbanísticas enquanto prefeito da cidade. Quando defende, em seu artigo sobre a cidade-jardim, um planejamento urbano adequado à “escala humana”, destaca que planejamento é mais que um “Plano de Avenidas”. Se contabilizarmos o número de vezes que suas críticas ao crescimento acelerado da cidade de São Paulo sugerem uma referência ao seu colega e/ou ao seu plano urbanístico, o diálogo mostre-se muito mais intenso. Prestes Maia, em contrapartida, era bastante enfático em relação ao idealismo de Anhaia Mello, alertando para a falta de coerência entre suas formulações teóricas e a “realidade” dos problemas paulistanos¹⁸.

Como Marisa Carpintéro já destacou ao afirmar não haver diferenças tão abruptas em seus pressupostos de análise, estes dois engenheiros-arquitetos possuíam a mesma formação acadêmica, ex-alunos da Escola Politécnica, e pertenciam a uma mesma geração de profissionais, pois Anhaia Mello se formou em 1913 e Prestes Maia em 1917. A diferença teórica marcante está na opinião sobre o crescimento da capital paulista. Enquanto Prestes Maia entendia que se deveria organizar o crescimento da cidade, Anhaia Mello defendia um limite para a expansão urbana. Entretanto, no que se refere à proposta de recreio ativo e organizado, também houve divergências quanto à utilidade e a quantidade de área a ser ocupada pelos espaços verdes destinados ao lazer.

A proposta de recreio ativo e organizado é analisada a partir das questões e dos diálogos presentes no artigo “Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas”, que se originou de uma palestra, no ano de 1929. O objetivo foi compreender

¹⁸ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954)*, p.103.

de que forma Anhaia Mello constrói conceitualmente este projeto de intervenção na capital paulista e qual sua concepção sobre a atuação social desses espaços de recreação, devido a isso, este trabalho está dividido em duas partes.

Na parte “Os ‘lugares’ do recreio ativo e organizado no pensamento urbanístico de Luiz de Anhaia Mello” o objetivo foi relacionar esta proposta de lazer com os temas centrais da teoria do Urbanismo propostos por este engenheiro-arquiteto. Desta forma, em “A cidade de São Paulo em ‘escala humana’, foi desenvolvida uma análise sobre as referências teóricas a partir das quais Anhaia Mello fundamenta o seu sistema de recreio ativo e organizado. Ao falar sobre “Os Estados Unidos e sua bem sucedida experiência em Urbanismo”, mais que destacar a ligação deste engenheiro-arquiteto com o urbanismo daquele país, o principal interesse foi demarcar uma posição interpretativa que não corrobora a idéia de essa relação significava a simples reprodução de um modelo. E, por último, em “O recreio ativo e organizado e sua relação com a ‘Árvore do Urbanismo’”, foi especificado de que forma este sistema de recreio se ligava aos fundamentos da “Árvore do Urbanismo”.

Na segunda parte deste trabalho, “Da Polícia ao Playground: a ‘política expressiva’ formando ‘cidadãos úteis à pátria’, foram abordadas as estratégias de atuação social contidas nessa proposta urbanística, com a problematização daquilo que Anhaia Mello chamou de “política expressiva”, um investimento na formação de “cidadãos úteis à pátria”. Sua posição é clara quando afirma que a promoção de “bons” comportamentos deveria ser adotada em substituição da estratégia de manutenção da ordem social baseada na punição ou na repressão a condutas “inadequadas”. A concepção de que os espaços de lazer deveriam atender às necessidades sociais de educação das camadas populares para o aproveitamento do “tempo livre”, é o tema de “Uma moderna concepção de lazer”. E, em “A formação do ‘cidadão útil à pátria’”, o objetivo foi analisar a funcionalidade desses espaços e sua relação com a prevenção do surgimento dos “maus cidadãos”.

Parte I:

Os “lugares” do recreio ativo e organizado no pensamento urbanístico de Luiz de Anhaia Mello

Desde a publicação de seu primeiro artigo, “Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento”¹⁹, em 1927, até a póstuma “Considerações a respeito do Planejamento Regional de São Paulo”²⁰, de 1974, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello defendeu assiduamente o seu projeto político de cidade. Este não abrangia apenas aspectos administrativos, legais ou de gerenciamento espacial, mas, principalmente, a formação moral dos cidadãos.

Seu Urbanismo não era cirúrgico, como costumava referir-se às abruptas intervenções físicas no espaço urbano, mas poderia ser chamado de medicamentoso, pois acreditava que suas propostas para a cidade de São Paulo resultariam na resolução de problemas iminentes e na elaboração de um método eficaz de prevenção de novas mazelas. Para Anhaia Mello, o papel do urbanista era prever o cenário urbano a longo prazo e, para isso, era necessário um domínio da situação presente, procurando intervir no espaço da cidade da melhor maneira, eliminando definitivamente os problemas, quando possível.

O tema do artigo, “Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas”, publicado no *Boletim do Instituto de Engenharia*, no ano de 1929, é a implantação de um sistema geral de lazer nos bairros operários. A intenção de Anhaia Mello era dotar estes espaços com o embelezamento, através de áreas verdes planejadas, e atividades de lazer, dotadas de aparelhos, ou como ele gostava de tratar, “arsenais de lazer”, para a prática de ginástica, brincadeiras infantis. A motivação para este projeto era sua preocupação com a configuração dos bairros industriais e sua consequência sobre os hábitos e a moral dos moradores desta área, pois declarava:

“Todos os dias contemplo, pelas janelas do meu escritório, do alto da colina central, o espetáculo grandioso que oferecem os bairros industriais da cidade –

¹⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. *Revista Politécnica*, São Paulo, n.83, p.343-65, jun. 1927.

²⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Considerações a respeito do Planejamento Regional de São Paulo”. *Engenharia Municipal*, São Paulo, n.62, p.06-10, jan./mar. 1974.

Braz, Mooca, Ipiranga, – alastrados pela planície e lentamente, tentaculares, galgando os morros que molduram o horizonte. Chaminés esguias e fumegantes emergem de todo o lado, por entre o casario denso, marcos comemorativos do progresso da cidade, balisa da marcha triunfal para o futuro.

[...] A edificação desses bairros é compacta, justaposta, sem intervalos; a população mais densa ainda.

Nem um espaço aberto aproveitável; o ‘playground’ é a rua.

Bordejando-os, o vasto Parque da Várzea do Carmo, de gramados imensos, não direi inúteis mais inutilizados.

Não será melhor transformar esses canteiros em ‘playgrounds’ ou terrenos para jogos, com areia, gangorras, barras fixas e todo esse variadíssimo arsenal do recreio organizado moderno?”²¹

Anhaia Mello reitera a importância desses espaços afirmando que o restabelecimento do contato entre o homem e a natureza era um dos princípios fundamentais do Urbanismo Moderno, naquele momento. Entretanto, para que a natureza estivesse presente no espaço da cidade, apontava duas direções: os urbanistas partidários da idéia de levar a cidade para o campo, com a implantação de cidades-jardins ou cidades regionais, e aqueles que acreditavam que a solução para este dilema seria levar o campo para a cidade, organizando um sistema de recreio. Por considerar difícil, num futuro próximo, a adaptação da cidade de São Paulo aos princípios de organização da cidade-jardim, devido a interesses imobiliários e financeiros já estabelecidos na capital paulista, defendia a implantação de um sistema de recreio ativo e organizado como uma solução provisória e rápida para trazer o campo para a cidade.

O estabelecimento destes espaços de lazer não se restringia à disponibilidade de áreas para sua incorporação no plano geral da cidade, era uma questão que envolvia distribuição e uso adequado do solo urbano, fatores, segundo Anhaia Mello, fundamentais para o efetivo sucesso de sua proposta. Desta forma, o acelerado crescimento da capital paulista constituía tema de grande importância nesta proposta urbanística, que continha, ao mesmo tempo, a preocupação de trazer espaços verdes para a cidade e o desejo de suavizar

²¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, 1929, p.p.24-6.

o impacto psicológico causado pela “metrópole tentacular”. Os habitantes das cidades modernas²² teriam sua rotina afetada pelas cansativas jornadas de trabalho, pela grande quantidade de tempo dispensada em seu deslocamento na cidade e pela privatização de serviços básicos para a manutenção da vida urbana, os quais deveriam essencialmente ser oferecidos pelo Estado.

A cidade de São Paulo para qual Anhaia Mello dedicava seus estudos urbanísticos era aquela em que o progresso econômico havia levado a uma necessidade ou a um desejo acrítico de crescimento, o qual se materializava em expansão desordenada. Suas considerações sobre a capital paulista e outros grandes centros urbanos o levava a classificá-los como improvisações²³, macrocefalia perigosa²⁴, caprichos do individualismo movido pelo lucro²⁵. Manifestava-se enfaticamente contrário ao crescimento urbano “[...] por acréscimos desordenados de série de arruamentos desconexos ou ‘pseudo-jardins’, desprovidos de qualquer equipamento social, mesmo rudimentar”²⁶. Assim, orienta suas reflexões a partir da idéia de que “[...] só um diagnóstico muito cuidadoso pode autorizar um prognóstico acertado”²⁷.

Anhaia Mello acreditava que a resolução dos problemas urbanos viria da pesquisa, da análise de suas causas, pois apenas estudos completos e exaustivos levariam à “verdadeira” razão de seus surgimentos e á conseqüente elaboração de um plano de intervenção eficiente. A relação que ele estabelece com o espaço urbano em muitos aspectos é análoga àquela que o médico mantém com seu paciente: um organismo doente. Philip Gunn e Telma de Barros Correia, em seu artigo “O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade”²⁸, discutindo a forte relação conceitual que o Urbanismo estabelece com a Biologia e o discurso médico – sendo este empregado na

²² Para Anhaia Mello as expressões “cidades modernas”, “grandes centros urbanos” e “metrópoles” são sinônimos, pois as utiliza para se referir a uma cidade que contempla as mesmas características.

²³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim.

²⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. MELLO, L. G. R. de Anhaia. Visão do futuro e realidade do presente. *Habitat*. São Paulo, n.21, p.1-2, mar./abr. 1955.

²⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.27.

²⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Os novos moldes da composição urbana” – “TOWN DESIGN”. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.107, p.95-104, 1953, p.103.

²⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Os novos moldes da composição urbana” – “TOWN DESIGN”, p.100.

²⁸ Philip Gunn e Telma de Barros Correia. “O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade”. In: *Palavras da Cidade*. Org. Maria Stella Martins Bresciani. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

nomeação de partes e componentes da cidade, assim como na designação de técnicas de análise e intervenção do urbanismo²⁹ – afirmam que:

“As representações negativas da grande cidade – vista como ambiente perigoso do ponto de vista sanitário, social, moral e político – que se difundem no século XIX vão recorrer com frequência a analogias médicas para definir os problemas atribuídos à cidade – suas ‘doenças’ e ‘taras’ – e explicitar como devem ser investigados – ‘diagnosticados’ –, prevenidos e equacionados – os ‘remédios’ e ‘cirurgias’.

Os problemas no funcionamento deste organismo urbano são localizados através de sintomas, que revelam patologias e tendências degenerativas, para as quais buscam-se remédios. A congestão das ruas e casas, o crescimento e transformação rápidos, incontrolláveis e desordenados, uma tendência à degeneração física e moral de seus habitantes, são algumas das patologias atribuídas à grande cidade. Posteriormente, nos procedimentos e técnicas do planejamento urbano no século XX incorpora-se o termo diagnóstico numa análise da situação existente, capaz de fundamentar e justificar propostas de intervenção”³⁰.

Desta forma, Anhaia Mello, ao elaborar suas propostas de intervenção na capital paulista, dentre elas o sistema de recreio ativo e organizado, tem como objetivo sanar o grande mau desta cidade, o crescimento descontrolado, que desencadeava e/ou agravava todos os outros problemas. Ele constrói uma imagem da cidade de São Paulo que, assim como a historiografia sobre a cidade do início do século XX, enfatiza as transformações ocasionadas pela adaptação desta ao ritmo de uma grande cidade industrial. Ao mesmo tempo, o diálogo que estabelece com seus colegas especialistas ocasionava divergências quanto aos benefícios do progresso na configuração da cidade.

Os bairros populares eram os lugares que para ele abrigavam potenciais problemas de conduta social devido à sua falta de planejamento urbano, o que possibilitava o adensamento populacional e construtivo, com a conseqüente ausência de espaços verdes. Estes se faziam necessários como contraponto à cidade, na obtenção do equilíbrio

²⁹ Philip Gunn e Telma de Barros Correia, *op. cit.*, p.232.

³⁰ Philip Gunn e Telma de Barros Correia, *op. cit.*, p.236.

psicológico de seus habitantes. A capital paulista aparece nos textos de Anhaia Mello como a “cidade tentacular”³¹.

Sua análise crítica sobre os desdobramentos “positivos” do progresso alheio às intervenções governamentais é enfatizada quando, em 1931, no Congresso de Habitação do Instituto de Engenharia, na condição de prefeito da cidade, afirma que a cidade clandestina era maior que a oficial, ou seja, que São Paulo escapava de forma preocupante à regulamentação da administração pública. Entretanto, sua visão de progresso como produtor de mazelas urbanas e sociais só se efetivava quando o poder público não exercia controle sobre práticas capitalistas que afetavam diretamente o interesse da população. Desta forma, Anhaia Mello não se opunha à idéia de modernização ou ao crescimento urbano, desde que a adaptação da cidade às novas demandas econômicas se fizesse sob a orientação da regulamentação da administração pública e que tivesse como objetivo a preservação dos direitos da população e a manutenção ou o aumento da qualidade de vida. A cidade industrial era uma realidade e o Urbanismo Moderno um importante recurso teórico e metodológico para pensar esse novo cenário. Segundo Nicolau Sevcenko, em *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*³², a década de 20 é marcada pelo desenraizamento do homem moderno, pois:

*“A emergência das grandes metrópoles e seu vértice de efeitos desorientadores, suas múltiplas faces incongruentes, seus ritmos desconexos, sua escala extra-humana e seu tempo e espaço fragmentários, sua concentração de tensões, dissiparam as bases de uma cultura de referências estáveis e contínuas”*³³.

Pela análise de jornais do ano de 1919, Sevcenko aponta para uma mudança na sensibilidade do paulistano em relação ao seu cotidiano e à sua cidade, a qual se conformava a novos padrões de gestão pública decorrentes, em grande parte, da experimentação de novas tecnologias. Desta forma, a construção imagética da capital paulista, no momento em que Anhaia Mello propõe seu sistema de lazer, é de uma cidade que precisava se reformular, pressuposto comum seja entre as opiniões favoráveis à sua

³¹ Segundo Philip Gunn e Telma de Barros Correia, Patrick Gueddes ao se referir à cidade de Londres do século XIX utilizava as expressões “polvo”, “esqueleto de pedra”, “imensa e envolvente ameoba” para ilustrar seu crescimento irregular e implacável. Nos textos de Anhaia Mello, a expressão “cidade tentacular” tem esse mesmo papel, sendo importante destacar que ele era leitor de Gueddes.

³² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³³ SEVCENKO, Nicolau, *op. cit.*, p.32.

crescente expansão, seja entre aquelas voltadas ao controle dos limites físicos de uma cidade cuja maior parte inexistia legalmente.

Raquel Rolnik, em seu trabalho *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, afirma que “[...] o período entre 1926 e 1930 foi marcado pela falência dos métodos políticos e espaciais da cidade da Primeira República com o surgimento de um Estado intervencionista, com forte apelo nacionalista, que visava controlar essa cidade ilegal composta por pobres e necessitados”³⁴. Segundo Rolnik, essa nova cidade tinha como diretrizes:

“[...] o fortalecimento do papel do Estado na regulamentação dos serviços públicos, a idéia de proteção dos pobres através de tarifas contratadas – que há muito já estavam sendo objeto de protestos e demonstração –, o estabelecimento de um critério público e transparente para os cálculos, baseado nos custos reais e na capacidade de pagar”³⁵.

O urbanismo de Anhaia Mello possuía fortemente o propósito de normatização da cidade em expansão e de assistencialismo à classe operária. Sendo assim, suas propostas para a cidade de São Paulo estavam inseridas numa nova configuração administrativa que já estava sendo reivindicada pelos habitantes³⁶ e que pretendia lidar com uma parcela da população que começava a tomar conhecimento de sua representatividade. Suas formulações, portanto, partem não só de uma discussão já estabelecida em relação à expansão ou não da cidade de São Paulo, mas também de uma concepção administrativa legitimada socialmente.

Em seu artigo “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)”³⁷, Maria Stella Bresciani afirma que na década de 1920 o enfoque dos planos de intervenção na cidade de São Paulo deslocou-se da preocupação em dar à capital paulista um aspecto de cidade moderna para a obtenção de uma solução para a crise de seu crescimento, representativo da transição ao status de grande metrópole. Num primeiro momento, a idéia de crise adquire uma representatividade positiva, pois estava associada ao

³⁴ ROLNIK, Raquel, *op. cit.*, p.160.

³⁵ ROLNIK, Raquel, *op. cit.*, p.161.

³⁶ ROLNIK, Raquel, *op. cit.*, p.p.148-9.

³⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)”. In: *Palavras da Cidade*. Org. Maria Stella Martins Bresciani. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

otimismo da entrada da cidade na “era do industrialismo”³⁸. Entretanto, após citar Anhaia Mello, com sua idéia de que construir cidades é construir homens, considera que no final daquele período “[...] a **cidade** projetada como obra de cooperação coletiva, **fruto do civismo**, assume a frente da cena estimulando racional e afetivamente a adesão de especialistas e da população aos planos”³⁹. Anhaia Mello apresenta sua proposta de lazer em 1929 e a concebe como um lugar de formação de “cidadãos úteis à pátria”, conscienciosos de suas obrigações cívicas e dos benefícios de uma cidade bem planejada à estruturação da vida em comunidade, pois “Afirmar que determinada cidade é a que mais cresce no mundo não tem urbanisticamente sentido nenhum de excelência, se esse crescimento fenomenal e a carência de elementos essenciais a uma vida equilibrada e feliz progridem de mãos dadas”⁴⁰.

A sua teoria urbanística, que chamou de “Árvore do Urbanismo”⁴¹, estrutura-se em três pontos principais: a administração das cidades, a legislação urbana e a adesão do público à idéia de boa cidade. Segundo Cláudio Hiro Arasawa, em sua dissertação “A ‘Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello’”:

“Tratava-se não de oferecer amplos projetos de intervenção espacial, expressos em croquis, plantas e aquarelas, mas de construir uma instância de poder capaz de, a um só tempo, educar as massas, interpretar seus desejos e elaborar um ‘plano da cidade’, ao qual as demais esferas de poder municipais deveriam se subordinar. Os [...] três temas [...] formariam o ‘ciclo completo e ordenado do desenvolvimento urbanístico’: ‘conquista da opinião pública’, ‘a comissão do plano da cidade’ e a criação da ‘legislação necessária’”⁴².

Sendo assim, as raízes desta árvore seriam a opinião pública, pois somente com o apoio da população um projeto de cidade poderia efetivar-se. O tronco era a “Comissão do Plano da Cidade” que, composta por profissionais de diversas áreas e alheia aos jogos de interesses políticos das administrações públicas, concentraria suas atenções num plano de desenvolvimento sustentado e, conseqüentemente, viabilizaria a elaboração de uma

³⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)”, p.357.

³⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)”, p.362, grifos da autora.

⁴⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Os novos moldes da composição urbana” – “TOWN DESIGN”, p.98.

⁴¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico.

⁴² ARASAWA, Cláudio Hiro, *op. cit.*, p.13.

legislação voltada aos interesses do urbanismo, a copa frondosa da árvore. Desta forma, não só o vigor, mas a existência da “Árvore do Urbanismo” dependia dos habitantes da cidade. Fazia-se necessário, portanto, trabalhar a compreensão dos cidadãos sobre os benefícios de uma cidade urbanisticamente planejada, e, além disso, garantir uma assimilação conceitual sobre qual tipo de planejamento urbano deveria ser adotado.

A proposta de recreio ativo e organizado, desenvolvida para a cidade de São Paulo, além de representativa da adoção de um determinado projeto de cidade, exerceria um papel fundamental de cooptação da opinião pública, uma vez que trabalhava a correção de “desvios” comportamentais e/ou criava novos parâmetros culturais para se viver em sociedade. O recreio ativo e organizado seria uma fábrica de opiniões favoráveis ao Urbanismo defendido por Anhaia Mello, um eficiente método para lidar com uma população, até então, “pouco” capturada pelas normas da cidade moderna, aos olhos do profissional detentor do conhecimento especializado. De qualquer modo, este sistema de lazer pretendia atender às expectativas da população dos bairros operários sobre sua participação no espaço da cidade, através da inclusão no recebimento de serviços públicos, servindo a uma postura administrativa de cunho assistencialista.

Este sistema de lazer se insere entre os principais temas trabalhados por este engenheiro-arquiteto no decorrer de suas publicações e oferece importante respaldo à constituição e manutenção da “Árvore do Urbanismo”. Ora como decorrência de um posicionamento urbanístico que acreditava implicar em qualidade de vida nas grandes cidades, ora como ferramenta para a formação de cidadãos mais colaborativos aos ideais do Urbanismo. Em termos urbanísticos, esta proposta de lazer está atrelada ao desejo de Anhaia Mello de que a cidade de São Paulo se adequasse à escala humana.

I-1. A cidade de São Paulo em “escala humana”.

Anhaia Mello acreditava que, num futuro não tão distante, as cidades-jardins substituiriam as “supercidades metropolitanas”⁴³, e por considerar o recreio ativo e organizado uma solução provisória para a meta urbanística de unir a cidade ao campo, esta proposta de lazer relaciona-se teoricamente com o conceito de cidade-jardim, desenvolvido por Ebenezer Howard em seu livro *Cidades-Jardins de Amanhã*⁴⁴, publicado em 1898.

Em suas publicações, Anhaia Mello associou a proposta de recreio ativo e organizado à prática do Urbanismo que privilegiava a obtenção de maior qualidade de vida nas grandes cidades. Devido ao seu desejo de compor um cenário urbano harmônico, que estivesse voltado às necessidades humanas, a cidade-jardim parecia-lhe a concepção de cidade mais adequada ao período histórico em que vivia, por ser capaz de lidar de modo eficiente com os desafiantes problemas dos grandes centros urbanos. Estas cidades representavam a utopia social do urbanista Anhaia Mello, tanto do ponto de vista teórico, no que diz respeito às medidas, ao planejamento espacial, à formação de um sentimento de comunidade, mas também no que se referia à prática⁴⁵, pois se mostrava factível devido às cidades inglesas de Letchworth, Welwyn e Wythenshawe⁴⁶.

Na introdução de seu livro, Ebenezer Howard afirmava a importância de intervir no acelerado crescimento das cidades modernas com o objetivo de reverter este processo, reconduzindo as pessoas ao campo. Para ele, as cidades-jardins apresentavam a resposta mais adequada a este dilema, pois nela se adotava o princípio da união entre as vantagens da vida na cidade e dos benefícios de se viver no campo.

A opção pela junção dos dois modos de vida, o urbano e o rural, visava descartar os pontos negativos de cada um deles e, além disso, oferecia uma resposta diferenciada ao

⁴³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.146.

⁴⁴ HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonegro. Introdução: Dacio Araújo Benedicto Ottoni. – São Paulo: HUCITEC, Estudos Urbanos: Série Arte e Vida Urbana, 1996.

⁴⁵ A referência a aspectos teóricos e práticos não tem a intenção de diferenciar a teoria da prática, mas de destacar que a proposta de cidade-jardim era ideal em relação às suas formulações conceituais e aos exemplos existentes, pois o método científico adotado por Anhaia Mello baseava-se na empiria, discussão presente no sub-tema que aborda sua relação com o urbanismo norte-americano.

⁴⁶ Se em seu programa de curso do ano de 1933 a experiência das cidades-jardins ocupa apenas um tópico entre suas discussões, no ano de 1938 Anhaia Mello reserva uma parte do curso ao assunto, destacando seus exemplos atuais. (Programa da Cadeira no. 18: Composição Arquitetônica e Urbanismo. Curso de Composição Arquitetônica, Curso de Engenheiros Arquitetos, 1933 e 1938. – Arquivo Histórico da Escola Politécnica.)

problema do congestionamento urbano das cidades modernas. Segundo Howard, até o momento da apresentação de sua proposta de cidade, havia apenas duas opções: ou as pessoas permaneciam nas cidades congestionadas e continuavam convivendo com um ambiente degradado, ou se mudavam para o campo e privavam-se da vida social e cultural das cidades. A cidade-jardim tinha o mérito de desestruturar essa forma binária de lidar com os problemas das grandes cidades.

Afim de que o contingente populacional das cidades-jardins não excedesse o seu limite máximo projetava-se a construção de novas cidades, próximas daquela que precisava expandir-se. Assim, seriam duas cidades diferentes, em termos administrativos, mas devido à proximidade, a idéia era formarem uma única comunidade. O objetivo de Howard constituía-se em que:

“[...] tal princípio de crescimento – sempre preservar um cinturão rural ao redor de nossas cidades – seria retido em mente até que, com o passar do tempo, tivéssemos uma rede de cidades, [...] agrupadas em torno de uma Cidade Central, em que cada morador de todo o grupo, ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade viva e desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos a pé ou de condução, de todas as delícias do campo: relvados, sebes e bosques e não meramente parques afetados e jardins. E pelo fato de o povo em sua capacidade coletiva possuir a terra sobre a qual é construído esse belo grupo de cidades, os edifícios públicos, as igrejas, as escolas, as universidades, as bibliotecas, as galerias de arte, os teatros seriam de uma escala de magnificência impossível de ser sustentada por qualquer cidade do mundo que tivesse suas terras penhoradas a indivíduos privados”⁴⁷.

Desta forma, sendo o solo propriedade coletiva, os impostos pagos pelos moradores, devido à utilização da terra urbana e rural, eram investidos na manutenção da cidade e no oferecimento de serviços públicos. O cinturão rural ao redor da cidade-jardim também contribuía para sua auto-suficiência, pois a abastecia com produtos agrícolas, que, aliás, nem sempre se limitavam ao consumo interno.

A proposta de Howard leva Anhaia Mello a afirmar que estas cidades constituíam um “[...] organismo e como tal é um todo, de tamanho definido e definitivo. É preciso ser

⁴⁷ HOWARD, Ebenezer, *op. cit.*, p.p.187-9.

planejada de início, a fim de haver equilíbrio e harmonia entre as quatro funções urbanas: residência, trabalho, recreio, comunicação”⁴⁸. Admirava o impacto positivo do tamanho restrito das cidades-jardins sobre sua população, pois tornava o espaço da cidade compatível à “escala humana”; nelas, as distâncias podiam ser percorridas a pé, o que diminuía a incidência de congestionamentos e facilitava o trajeto residência-trabalho.

O crescimento contido das cidades-jardins também estendia seus benefícios ao maior contato entre as pessoas, pois Anhaia Mello acreditava que a aglomeração perturbava a disponibilidade para a associação. Desta maneira, na pequena comunidade ocorria o inverso da impessoalidade e não havia o suposto ônus de não conhecer aqueles com quem se compartilhava o mesmo espaço; constituía “[...] um estado de espírito, uma participação consciente na vida comum. [em contraposição ao ambiente das grandes cidades com] o metropolitana [...] ‘taxpayer’ anônimo, sem obrigações para com a vida coletiva. [onde] O sentimento cívico não existe, desintegrou-se pela pressão da massa aglomerada [...]”⁴⁹. Sendo assim, em 1947, ao discutir o intenso crescimento urbano das cidades modernas e suas implicações no deslocamento do cidadão, no artigo “O transporte individual e coletivo na Cidade Moderna”⁵⁰, Anhaia Mello afirmava a importância em se levar em consideração a dimensão humana como medida de todos os planos para as cidades, pois, citando Lewis Mumford, “[...] ou se humaniza a cidade ou se desumaniza o cidadão”⁵¹.

Contudo, não só a limitação da população e do crescimento dos núcleos urbanos caracterizava o interesse de Anhaia Mello pela cidade-jardim, sua atenção incluía, sobretudo, os desdobramentos positivos do controle sobre essas medidas. Segundo ele:

“[...] É, pois, uma cidade com vida autônoma e quanto possível self-suficiente, destinada à habitação e trabalho e não simples subúrbio residencial; organicamente concebida e planejada desde o início; de população que possibilite vida social completa e não maior, e fixada entre 30 e 50.000 pessoas; envolvida por uma cinta verde rural permanente, destinada a impedir o crescimento em extensão, além dos limites determinados; a terra sendo propriedade pública, o que impede a especulação imobiliária e faz com que o “unearned increment”, em vez de ser

⁴⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. *A Cidade Jardim*, p.28.

⁴⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. *A Cidade Jardim*, p.29.

⁵⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O transporte individual e coletivo na Cidade Moderna. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.30, maio 1947.

⁵¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O transporte individual e coletivo na Cidade Moderna, p.39.

canalizado para o bolso de uns poucos felizardos, reverta para o bem geral. [...] Nessas cidades orgânicas, o problema do transporte é de simples solução, pois se resolve com um quarto de hora de saudável marcha a pé, da residência para o trabalho, sem necessidade de veículos de uso coletivo, e mesmo o de uso pessoal é simples conforto e não necessidade. [...] O dinheiro que deveria ser gasto em transporte coletivo – instalação e uso diário – é empregado na elevação do “standard” da vida urbana. [...] Esse é o tipo ideal de organização das funções da vida urbana, pois que elimina o atrito no funcionamento da máquina coletiva [...]”⁵².

Deste modo, o enfoque de Anhaia Mello dirigia-se para a humanização do planejamento urbano, na obtenção de uma cidade que obedecesse às possibilidades de desempenho humano. Uma alteração qualitativa no modo de pensar a organização urbana, que teria como decorrência a sensibilização do urbanista em relação às medidas adotadas, passando a compreender uma questão considerada essencial, a de que “A escala da vida humana deve ser a escala humana e não a das possibilidades técnicas, hoje ilimitadas. Cidade é organismo e não mecanismo. [...] E não há vantagem em livrar-se alguém da ditadura dos homens para cair na ditadura da máquina, igualmente nefasta”⁵³. Sendo assim, considerava que:

“A nossa época deve ter as suas cidades sociais, adequadas ao homem do século XX, e nas quais seja absoluta a precedência dos valores humanos sobre os mecânicos e imobiliários. [...] E nenhum preço é demasiado quando se trata de obter ou preservar os elementos essenciais a uma vida digna de ser vivida”⁵⁴.

A “escala humana” desejada e defendida por Anhaia Mello ultrapassava, assim, uma questão de dimensões territoriais para ganhar um viés de consciência social e preocupação humanitária. O aspecto social se manifestava na preocupação em conter os “tentáculos” das grandes cidades que engoliam tudo à sua volta e reduziam as pequenas comunidades a subúrbios. Em relação aos aspectos humanitários, eles se referiam à obtenção do bem estar coletivo, tanto no que dizia respeito à “saúde” psicológica de cada

⁵² MELLO, L. G. R. de Anhaia. O transporte individual e coletivo na Cidade Moderna, p.p.39-0.

⁵³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Planejamento e governo urbano. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.35, p.17-20, out. 1947, p.18.

⁵⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Planejamento e governo urbano, p.18.

cidadão, mas, principalmente, quanto ao funcionamento organicista da cidade, que se torna sinônimo de comunidade⁵⁵.

Anhaia Mello acreditava na sua correta previsão do agravamento dos problemas metropolitanos, um processo inevitável, cujos efeitos estendiam-se a todos os habitantes deste espaço desprovido de crescimento orientado. Em seu artigo “Visão do futuro e realidade do presente”⁵⁶, de 1955, critica o fato de São Paulo, tendo completado mais de 400 anos, ainda não possuir um Plano Diretor que disciplinasse seu desenvolvimento. Por ser uma das cidades que mais crescia no mundo, considerava necessário “[...] ‘um poder diretivo’, que trace os planos fundamentais, que harmonize, em esforço unidirecional, as forças coletivas, e que ponha em marcha, afinal, uma sociedade que dispõe de uma

⁵⁵ Essa dupla significação do ato de tornar a cidade compatível com os parâmetros humanos pode ser entendida com o auxílio das reflexões de Françoise Choay, expressas no livro *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma antologia*. (CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 5ª edição, 2003.) Nele, esta autora propõe a análise da ciência Urbanismo por meio de algumas categorias explicativas que apontam confluências e dissonâncias no modo de pensar a cidade. Com esse intuito, ela contrapõe o modelo progressista, em que predomina o pensamento técnico, ao modelo culturalista, no qual a dimensão cultural da cidade se sobrepõe a seus aspectos materiais. Por sua adesão à noção de comunidade e limitação da área urbana, Anhaia Mello pode ser situado entre os culturalistas. Entretanto, a própria autora salienta a precariedade de uma rígida classificação.

Anhaia Mello constrói seu posicionamento urbanístico pautado em várias características culturalistas, mas também podemos estabelecer fortes ligações da sua produção acadêmica com aquilo que Choay denomina “Antropólis: com vistas a um planejamento humanista”. Segundo esta autora, o planejamento humanista “suprime a recorrência ao modelo”, porque não trabalha com a “cidade-tipo” do futuro, mas com tantas cidades quanto forem os casos particulares. A dimensão utópica dos dois modelos, progressista e culturalista, com seu caráter a-histórico em leituras da cidade e deslocamento em relação ao factível no presente, que não é problematizado, é substituída por uma visão singularizada do presente, o qual estabelece com o passado uma continuidade histórica. A cidade do futuro não é utópica, é aquela em que as possibilidades tecnológicas de pesquisa e planejamento solucionarão as causas efetivas dos problemas herdados do passado. Sendo assim, nos dois modelos “O que é expressão de desordem chama sua antítese, a ordem. Assim veremos opor-se, a essa pseudodesordem da cidade industrial, propostas de ordenamentos urbanos livremente construídas por uma reflexão que se desdobra no imaginário. Por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia; orienta-se nela segundo as duas direções fundamentais do tempo, o passado e o futuro, para tomar as formas da nostalgia ou do progressismo” (CHOAY: p.07). Se a idéia principal do progressismo é a modernidade, a qual está associada ao uso da razão em favor, sobretudo, da eficácia, mas também da estética, o culturalismo, para Choay, tem como premissa a idéia de cultura, voltando-se ao passado idealizado com o intuito de resgatar o sentimento de agregação perdido com o surgimento dos grandes centros urbanos. Ambos se estruturam sobre a negação do presente e sua realidade insustentável que deve ser combatida. No entanto, isso se dá através da construção de uma outra realidade sem correlação com a que se deseja eliminar.

Sobre a diferenciação entre o culturalismo e o olhar humanista em relação à cidade, Choay afirma que na análise humanista “O ponto de vista da continuidade introduziu uma mutação na reflexão sobre a cidade da era industrial. Transformou de modo irreversível o método do planejamento urbano, mas continua ligado a uma ideologia próxima do culturalismo – cujas soluções ele ordenou em função de um conjunto global e mais realista com a atualidade” (CHOAY: p.43). O intuito não seria propor algo totalmente diferente do existente, mas solucionar os problemas da melhor maneira, na medida em que ocorressem.

⁵⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Visão do futuro e realidade do presente, p.01.

tecnologia magnífica mas que a usa de maneira suicida, contra si mesma”⁵⁷. O progresso tecnológico de São Paulo deveria ser utilizado em favor da contenção da formação de uma megalópole, não no incentivo desta.

O objetivo, portanto, era intervir naquela cidade que se desenvolvia de forma equivocada. A solução de utilizar os recursos técnicos disponíveis para a obtenção e gerenciamento da ordem espacial urbana colocava-se em oposição a medidas paliativas que apostavam em obras que viabilizavam a expansão desmedida. Assim, Anhaia Mello afirmava que constituía tarefa do poder diretivo criar condições para a administração pública utilizar a tecnologia criada pelo homem de modo eficiente, pois esta seria a única porta aberta para escapar do caos social. É importante destacar que, para ele, o melhor era o menor, e não o maior: o menor crescimento das cidades, a menor altura dos edifícios. Havia apenas duas opções: escolher o ambiente “risonho” e “confortável” da cidade-jardim ou o aumento do número de “vítimas” do caos metropolitano.

Para alcançar o ambiente “agradável” das cidades-jardins, fazia-se necessário colocar os desejos materiais da vida urbana no mesmo plano das aspirações espirituais da civilização. Anhaia Mello trabalhava com a hipótese de apreensão da vontade comum, apostando na universalidade dos desejos humanos, pois acreditava numa natureza humana. Entretanto, essa apreensão de uma espécie de essência humana se faz mais na esfera pública do que na privada, pois, para ele, os interesses coletivos vêm antes dos interesses privados e sua teoria do urbanismo estabelecia como finalidade última o cidadão útil à pátria.

A harmonia entre a prática do urbanismo na cidade e as aspirações dos habitantes só poderia ocorrer se, como afirma no artigo “A Cidade Jardim”, o planejamento fosse concebido de forma inteligente. Essa posição pressupunha abandonar o custosíssimo urbanismo cirúrgico nos centros supercongestionados, forma pela qual se referia às intervenções na cidade de São Paulo cujo objetivo maior era viabilizar o seu crescimento. O urbanista, segundo ele, “[...] não pode ignorar os problemas fundamentais do planejamento regional e limitar a sua ação a remediar males, cujas causas ele pode e deve remover. [Pois] Querer apenas corrigir os erros, retocando os moldes atuais, agrava condições de vida já

⁵⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Planejamento e governo urbano, p.p.18-9.

intoleráveis”⁵⁸.

Anhaia Mello defendia que a época das reformas e remodelações urbanas já havia passado, e que o mais sensato a fazer seria um Plano Regional de longa base, uma vez que “[...] o Urbanismo é problema de fundo e não de superfície: problema estratégico e não tático”⁵⁹. Na condição de “problema estratégico”, as cidades deveriam ser pensadas como parte orgânica de um grupo social e não como uma área administrativa arbitrária. Destacava ainda que o plano constituía meio para um fim, e que o verdadeiro fim, a razão de ser da cidade, deveria ser o bem estar da população “[...] a liberação das suas energias para o trabalho criador, um standard de vida elevado, generalizado, seguro. ‘All things for all men’. ‘Tudo, para todos’”⁶⁰.

Nas cidades-jardins, o limite ao crescimento faria com que as pessoas se familiarizassem com os outros habitantes, tanto no sentido de saber com quem conviviam, quanto no de desenvolver “bons sentimentos” em relação ao próximo. Para ele, o cinturão verde que contornava estas cidades era o responsável pela manutenção da pequena comunidade, pois, além de não permitir o desenvolvimento urbano “em fita”, ao longo das vias de comunicação, impedia que as cidades-jardins fossem “engolidas” pelo crescimento desenfreado do centro metropolitano mais próximo.

Pela impossibilidade de se implantar um cinturão verde na cidade de São Paulo, conseqüência de suas dimensões físicas e dos interesses econômicos envolvidos no estímulo ao crescimento desta cidade, Anhaia Mello acreditava que o sistema de recreio ativo e organizado estimularia a vida em comunidade. O objetivo de incentivar os cidadãos a gastarem seu “tempo livre” de forma eficiente baseava-se na premissa de que o recreio ativo e organizado atuaria “positivamente” em sua constituição moral e psíquica e, conseqüentemente, suavizaria os conflitos emocionais causados pelo recente surgimento das cidades industriais modernas.

O ideal de cidade voltava-se para a cidade-jardim de Howard, mas o recreio ativo e organizado significava a concretização do mais próximo que dela ele conseguiria chegar, em um curto espaço de tempo. Sua proposta de lazer é, ao mesmo tempo, a possibilidade de experimentação de um dos elementos da cidade idealizada e a crítica a uma São Paulo que

⁵⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.27.

⁵⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Visão do futuro e realidade do presente, p.01

⁶⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Visão do futuro e realidade do presente, p.02.

havia se rendido às relações impessoais por se tratar de uma grande aglomeração urbana. Sua intenção visava resgatar nesta cidade a vida em comunidade, cujo significado adquire diferentes níveis simbólicos, ora pensada como um conjunto de relações sociais mais intimistas, ora atravessada pelo apelo religioso, mas que adquire caráter universal quando argumento de harmonia e felicidade coletiva, sua utopia social. A cidade-jardim é sua utopia, o sistema de recreio ativo e organizado o factível diante da realidade construída por Anhaia Mello, entretanto, na passagem da idealização para as condições restritivas do presente, manteve-se o referencial teórico da humanização da vida urbana, que significava adequar o planejamento urbano à “escala humana”.

Entretanto, se cabia ao sistema de recreio ativo e organizado o incentivo da vida em comunidade, através do lazer, e a instalação de espaços verdes na cidade, esta proposta é decorrência não apenas de um diálogo teórico com Howard e com as experiências das cidades inglesas concebidas como cidades-jardins, mas também das realizações na própria cidade de São Paulo, que neste momento, 1929, já possuía bairros residenciais jardins. A presença do arquiteto inglês Barry Parker em São Paulo, entre os anos de 1917 e 1919, e seus planos para a cidade, concebidos a partir de sua adesão ao movimento pela cidade-jardim, é tema do trabalho de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, em sua tese *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*⁶¹.

Ao discutir as ressonâncias do projeto de cidade-jardim no Brasil e o impacto das propostas de Barry Parker entre os urbanistas paulistanos, Monteiro de Andrade destaca a adesão de Victor Freire a princípios do urbanismo norte-americano em relação às moradias operárias e às cidades-jardins, que cumpria os requisitos de uma vida moralmente sã e com as vantagens da existência ao ar livre⁶². Além de Anhaia Mello, o autor também faz referência à Prestes Maia, afirmando que:

“Prestes Maia, em sua proposta para um plano de avenidas para a cidade, de 1930, revelando sua filiação, mas também suas diferenças, faz referência à proposta de ‘Park Ring’ formulada por Parker, e afirma a respeito: ‘O nosso traçado aproxima-se do indicado por Barry Parker, o célebre town-planner que

⁶¹ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, orientação de Murillo de Azevedo Marx. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, junho de 1998.

⁶² ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de, *op.cit.*, p.358.

esteve entre nós. Mas este, se não nos enganamos desejava ampla faixa de verdura [...] ao passo que nós nos limitamos a uma largura menor e preocupamo-nos mais com a circulação'. De qualquer modo, o circuito de avenidas e parques que propõe para a cidade, retoma a concepção de Parker”⁶³.

Desta forma, Prestes Maia também concebe a existência de espaços verdes na forma de parques em seu plano para a capital paulista, embora a estes fosse atribuída uma menor importância do que entre os irrestritos partidários da cidade-jardim. Este era o caso de Anhaia Mello, para o qual esta concepção inglesa, como já foi dito, representava “a porta de saída para o caos metropolitano”. Para falar do comprometimento de Anhaia Mello com a idéia de cidade-jardim e, ao mesmo tempo, remeter suas propostas aos projetos de Barry Parker, Carlos Roberto Monteiro de Andrade faz referência ao artigo “A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais”, publicado em 1933 no *Boletim do Instituto de Engenharia*.

Neste artigo, Anhaia Mello, assim como Prestes Maia em seu Plano de Avenidas, também se mostrava preocupado com a circulação na cidade, mas seu enfoque concentrava-se na diminuição do tráfego nas zonas residenciais, para evitar o “massacre de crianças pelos automóveis”⁶⁴. Assim, ele defende a célula residencial concebida como um todo orgânico, contendo todos os elementos necessários ao pleno desenvolvimento da vida urbana, para que desta forma o tráfego pesado fosse deslocado para vias rápidas distantes da movimentação cotidiana dos habitantes. É uma proposta de agenciamento do espaço urbano que não deixa de contemplar os princípios das cidades-jardins. Desta forma Monteiro de Andrade considera que:

“A proposta de ‘unidade de vizinhança’, presente nas formulações de Anhaia Melo, também indicam a influência de Parker em outro urbanista que teve uma atuação decisiva no planejamento da cidade. Sua concepção de ‘Cidade Celular’, de 1933, revelava uma forte presença das concepções dos urbanistas norte-americanos que tinham elaborado o primeiro plano regional de Nova York e arredores, como Thomas Adams, um dos pioneiros do movimento pela cidade-jardim [...]. Tendo sua origem nas primeiras realizações de Parker & Unwin para Letchworth e

⁶³ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de, *op. cit.*, p.360.

⁶⁴ MELLO, L.G.R. de Anhaia. A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais, p.131.

Hampstead, a idéia de unidade de vizinhança era apropriada por Melo como sendo uma célula de cidade. Dizia ele: ‘É essa malha entre vias principais, que deve ser tratada como unidade, célula completa, de vida autônoma, o quanto possível, chamada pelos urbanistas americanos: neighborhood unit cell’ [...]. As propostas que Melo apresentava para o traçado de áreas residenciais, em que destacava as vantagens do sistema hexagonal do urbanista canadense Noulan Couchon – o qual também influenciaria o plano de Parker para Wythenshawe – era reduzir a largura das ruas circundantes, aumentar o comprimento das quadras e aumentar a profundidade da quadra. As duas primeiras já haviam sido feitas por Parker, em seus planos para o Pacaembú e Alto da Lapa, daí Melo ilustrar seu artigo com um trecho deste último loteamento, em que anota: ‘quadras alongadas com ‘foot-walks’. Cia. City – Barry Parker’”⁶⁵.

Sendo assim, ao falar das reservas de Prestes Maia frente às propostas de Parker e da insistente defesa de Anhaia Mello em relação ao planejamento nos padrões cidades-jardins, o autor destaca, como outros estudos que remetem à atuação destes dois profissionais, as discordâncias entre eles, mesmo quando pareciam demonstrar interesse por uma mesma concepção teórica. Carlos Monteiro de Andrade considera que:

“Na polêmica entre as propostas para a cidade dos engenheiros, professores da Escola Politécnica e políticos, Prestes Maia e Luís de Anhaia Melo, as influências de Parker também não deixaram de estar implícitas. Ao discutir as formas de descentralização das cidades, em seu livro de 1930, Prestes Maia retoma a concepção de cidade satélite conforme foi formulada por Howard, afirmando: ‘As cidades satélites consistem essencialmente em aglomerações afastadas, de grandeza limitada, mas em si completas. Elas recebem de preferência o caráter de cidade-jardim, o que o preço do terreno permite’. Dá como exemplo Santo Amaro e São Bernardo, mas não as considera cidades-jardins ‘por faltar-lhes a organização característica’ e sugere que tal concepção ‘é inegavelmente sedutora’.

Até aqui seu raciocínio parece coincidir com as idéias de Melo, que marca sua posição urbanística apontando os inconvenientes do crescimento contínuo e desmesurado das cidades, bem como criticando uma concentração e centralização

⁶⁵ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de, *op. cit.*, p.p.360-1.

excessivas. Mas, em continuação, Maia chama a atenção para o reverso daquela concepção, passando a defender a centralização como uma das razões de ser das grandes metrópoles. Desfia, então, suas críticas à cidade-jardim, considerando que ‘a dispersão representa um aumento considerável de despesas gerais, a cujo cálculo foge o urbanista’, e conclui afirmando que ‘as cidades-jardins são apreciadas apenas pelos intelectuais’”⁶⁶.

Apesar da proximidade conceitual de Anhaia Mello com as propostas de Parker, um dos diferenciais da proposta de recreio ativo e organizado, em relação aos princípios organizacionais de cidade-jardim trazidos por aquele arquiteto inglês para a capital paulista, era o público para o qual ela destinava-se. O sistema de lazer proposto em 1929 visava trazer para a cidade o ambiente encontrado nas cidades-jardins, com a presença de áreas verdes e a organização das células de vizinhança, adequando o espaço à “escala humana”, no entanto, uma das preocupações centrais de Anhaia Mello é a formação e/ou correção moral da classe operária, que habitava bairros sem nenhum planejamento urbano. Sua proposta certamente engloba referências da atuação de Barry Parker em São Paulo, contudo, um dos mais importantes objetivos de Anhaia Mello era implantar uma reforma social na periferia da cidade, composta por uma população não só economicamente desfavorecida, mas necessitada de orientação moral em sua trajetória de adaptação à vida metropolitana.

A questão da adaptação humana a essa nova cidade surgida a partir do crescimento da atividade industrial e a preocupação em restabelecer nos grandes centros urbanos a pessoalidade nas relações cotidianas constituíram o elo entre Anhaia Mello e a Sociologia Urbana norte-americana. Segundo Otávio Guilherme Velho, em seu livro *O Fenômeno Urbano* :

“[...] a idéia de uma Sociologia Urbana teria surgido não de uma preocupação acentuada de elaboração teórica, o que exigia um extremo rigor lógico na definição da ciência, mas da necessidade de enfrentar certos problemas ‘práticos’ urgentes ligados ao enorme crescimento das grandes cidades que acompanha a industrialização e o desenvolvimento capitalista, especialmente nos Estados Unidos, com o imigração em massa de contingentes europeus em fins do século XIX

⁶⁶ ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de, *op. cit.*, p.361.

e início do século XX.

Esse crescimento traz consigo uma série de fenômenos desconhecidos até então, pelo menos em tal escala, inclusive manifestações de ‘patologia social’ tais como sub-habitação, delinqüência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral. É em resposta a esses desafios que se desenvolve a Sociologia Urbana”⁶⁷.

Anhaia Mello, no decorrer de sua produção sobre Urbanismo, assim como em sua proposta de sistema de lazer, recorre a autores norte-americanos que no início do século vinte estavam discutindo os problemas urbanos na perspectiva da Sociologia Urbana e procuravam soluções que não se restringiam às explicações “puramente” técnicas. Referências a autores como Robert Park e Louis Wirth, os quais George Velho considera representantes da chamada “Escola de Chicago”, caracterizam tentativas de apreensão dos aspectos psicológicos afetados pela rotina no ambiente das cidades industriais.

A Sociologia Urbana norte-americana tem uma base teórica que se aproxima àquela trabalhada pela proposta de cidade-jardim, uma vez que também está preocupada com a humanização das cidades modernas, indagando-se sobre os motivos do surgimento de uma nova sensibilidade aplicada aos relacionamentos sociais. Desta forma, assim como o recreio ativo e organizado representava para Anhaia Mello a possibilidade de atuação imediata no espaço urbano, a Sociologia Urbana oferecia análises sobre o comportamento humano que complementava o conhecimento técnico na busca pela eficiente intervenção urbanística. O sistema de recreio, além de sua composição espacial, constituía-se como mecanismo de controle social voltado, em especial, às classes operárias. Os sociólogos norte-americanos, com destaque para Robert Park, exaustivamente citado por Anhaia Mello, estavam preocupados com a forma como os códigos de relação social estavam se estabelecendo nas metrópoles do início do século XX.

Na Sociologia Urbana dos autores encontrados nos artigos de Anhaia Mello a constituição psicológica do homem da metrópole está relacionada com o grau de ruptura que ele estabeleceu com o modo de vida rural. É interessante ressaltar que a dicotomia campo-cidade está presente na cidade-jardim, embora nesta proposta a intenção seja unir os dois modos de vida, mesmo procedimento aplicado por Anhaia Mello em relação à sua

⁶⁷ VELHO, Otávio Guilherme (Org.). “Introdução”. In: *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1976, p.p.07-8.

proposta de lazer. Outro aspecto convergente é a definição de cidade, cuja significação ultrapassa a materialidade e estende-se a aspectos culturais.

O filósofo alemão Georg Simmel, referência teórica para Robert Park, Louis Wirth e também de Anhaia Mello⁶⁸, em “A metrópole e a vida mental”⁶⁹, afirmou que a vida na metrópole exige do homem uma consciência diferente daquela pedida pelo meio rural, assim:

“A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial de imagens mentais flui mais lentamente, de modo mais habitual e mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível – enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais”⁷⁰.

Sendo assim, Simmel acreditava que o homem das grandes cidades tende a reagir racionalmente em relação aos contatos sociais porque vive num ambiente que obedece aos ideais das ciências naturais, que tendem a transformar o mundo em um problema aritmético⁷¹. A vida, portanto, submete-se à exatidão das horas, aos prazos dos calendários, num esforço direcionado de agenciar as relações e atividades de pessoas com interesses diferenciados em um organismo altamente complexo⁷².

Entretanto, para o autor norte-americano Louis Wirth, em “O Urbanismo como modo de vida”⁷³, não se podia esperar diferenças abruptas entre os relacionamentos vividos no campo e aqueles presentes nas cidade, já que esta não surgiu espontaneamente. Segundo este autor:

“Já que a cidade é produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam

⁶⁸ Embora Anhaia Mello não cite diretamente Georg Simmel nos textos que foram utilizados para a elaboração deste trabalho, há trechos em alguns de seus artigos que de certa forma se assemelham a discussões do texto “A metrópole e a vida mental”.

⁶⁹ SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1976.

⁷⁰ SIMMEL, Georg, *op. cit.*, p.12.

⁷¹ SIMMEL, Georg, *op. cit.*, p.14.

⁷² SIMMEL, Georg, *op. cit.*, p.15.

⁷³ WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1976.

capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente.

[...] Conseqüentemente não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbana e rural. A cidade e o campo podem ser encarados como dois pólos em relação aos quais todos os aglomerados urbanos tendem a se dispor”⁷⁴.

A despeito do impasse sobre a ruptura psíquica ocorrida no movimento de deslocamento do campo para a cidade, Anhaia Mello acreditava que o restabelecimento do contato com alguns aspectos da vida campestre, como o envolvimento com a natureza e os relacionamentos mais estreitos entre vizinhos, num estilo de vida em comunidade, constituía-se fundamental para a “saúde mental” do cidadão metropolitano. Embora seja importante destacar que partilhava da idéia de Simmel sobre o processo de racionalização das relações entre as pessoas nas grandes cidades, empreendia esforços para reivindicar a volta do envolvimento emocional.

Em seus estudos sobre os impasses e/ou conflitos emocionais do cidadão metropolitano, a Sociologia Urbana norte-americana discute a importância de se substituir as relações secundárias pelas relações primárias. As relações secundárias seriam superficiais, sem laços de intimidade. Simmel acreditava que isso se devia ao fato de que os habitantes das grandes cidades, apesar de dependerem de muitas pessoas para atenderem às suas necessidades cotidianas, não as reconheciam como pertencentes à sua rede de relacionamentos, o que levava à impessoalidade. Segundo Anhaia Mello, “As populações das grandes cidades se cruzam, se encontram, se reúnem, mas não se conhecem”⁷⁵. As relações primárias, ao contrário, pressupõem um envolvimento emocional entre os habitantes da cidade, no seu dia-a-dia.

A substituição do contato mais próximo pelos relacionamentos sem envolvimento emocional foi para Simmel uma questão de adaptação ou até mesmo de sobrevivência. Segundo este autor, a racionalização da vida humana através da lógica do capital originou um novo tipo de sensibilidade para se viver em grupo. O homem precisou proteger-se das características da vida em comunidade porque suas relações com as pessoas aumentaram de

⁷⁴ WIRTH, Louis, *op. cit.*, p.p.91-2.

⁷⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. *A Cidade Jardim*, p.29.

tal forma que, caso se envolvesse emocionalmente, entraria em colapso psíquico. Ao mesmo tempo, teve que se voltar para uma individualidade profunda numa tentativa de se diferenciar em meio à multidão. Para o cidadão metropolitano as relações primárias se restringiam a um pequeno número de pessoas, como estratégia de auto-defesa. Anhaia Mello critica esse homem introspectivo, afirmando que o estilo de vida metropolitano “[...] transformou o "homo sapiens" em nova e esquisita espécie de ser humano, o ‘homo sporogènes’, que se fecha, que se protege com uma membrana ou carapuça para poder viver ou sobreviver”⁷⁶.

Robert Park e Louis Wirth, entretanto, consideram que o restabelecimento da vida em comunidade significava uma reação à proliferação dos “desvios comportamentais” produzidos em decorrência da vida nas grandes cidades. Segundo Wirth:

“Os traços característicos do modo de vida urbano têm sido descritos sociologicamente como consistindo na substituição de contatos primários por secundários, no enfraquecimento dos laços de parentesco e no declínio da significação social da família, no desaparecimento da vizinhança e na corrosão da base tradicional da solidariedade social”⁷⁷.

Para estes dois autores, assim como para Anhaia Mello, essa mudança no modo de se relacionar levou à perda dos referenciais morais dos habitantes das grandes cidades, gerando um ambiente propício para o aumento do vício e da criminalidade. Desta forma, Anhaia Mello concorda com Park quando este afirma que um dos meios para se controlar esta situação e impedir que a cidade se torne um lugar de degeneração social é:

“[...] renovar vizinhanças ruins pela construção de pátios de recreio e pela introdução da prática supervisionada de esportes de vários tipos [...] Estas e outras atitudes, destinadas em primeiro lugar a elevar o tom moral das populações segregadas das grandes cidades, devem ser estudadas em conexão com a investigação da vizinhança em geral. Devem [...] ser estudadas não apenas em seu próprio benefício, mas pelo que nos podem revelar do comportamento humano e da natureza humana em geral”⁷⁸.

⁷⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Os novos moldes da composição urbana” – “TOWN DESIGN”, p.96.

⁷⁷ WIRTH, Louis, *op. cit.*, p.109.

⁷⁸ PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) O Fenômeno Urbano. RJ: Zahar, 1976, p.33.

O sistema de recreio ativo e organizado também comporta esse viés sociológico de experimentação no combate a “comportamentos desviantes”. No artigo sobre esta proposta de lazer, relaciona o aumento das áreas de recreio à diminuição dos índices de criminalidade, tema da segunda parte deste trabalho, uma vez que, segundo ele, “Os nossos difíceis problemas sociais [...] têm sua origem no fato de não se basearem mais nas relações primárias de grupos, mas em relações secundárias frouxas, ocasionais, sem controle”⁷⁹.

Para definir os objetivos sociais de sua proposta de lazer, Anhaia Mello recorre às idéias de Robert Park. No que se refere às camadas pobres da população, estes espaços de lazer, pensados para integrar o planejamento urbano dos bairros industriais, estabelecia como uma de suas finalidades o controle sobre o comportamento desses habitantes. Sendo assim, ele corrobora a afirmação de Park de que “Provavelmente é a ruptura das uniões locais e o enfraquecimento das restrições e inibições do grupo primário, sob a influência do meio urbano, que são grandemente responsáveis pelo aumento do vício e do crime nas grandes cidades”⁸⁰. Desta forma, as relações primárias exerceriam controle sobre os comportamentos humanos por se basearem no comprometimento com o outro e/ou com as convenções morais, ao passo que as relações secundárias não comportam esse mecanismo de controle dado ao pouco peso atribuído à opinião alheia.

A importância da manutenção da cidade de pequenas dimensões, em aspectos sociológicos tem como importante finalidade esse auto-controle do grupo, pois para Park “[...] o problema de toda sociedade é prático: como assegurar os máximos valores da competição, ou seja, liberdade pessoal, iniciativa e originalidade, e, ao mesmo tempo, controlar as energias que a competição libertou no interesse da comunidade”⁸¹. Para este autor, “[...] a comunidade pode ser caracterizada, em um dos seus aspectos, como uma divisão de trabalho e uma forma de cooperação competitiva, ela é caracterizada, por outro lado, pelo consenso e por uma ordem moral”⁸².

Ao adotar como categoria de análise o conceito de Ecologia Humana desenvolvido por Park, Anhaia Mello postula que a cidade não é apenas materialidade mas uma relação

⁷⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais, Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres. *Engenharia*. São Paulo, n.31, p.269-77, mar. 1945, p.272.

⁸⁰ PARK, Robert Ezra, *op. cit.*, p.48.

⁸¹ EUFRASIO, Mário A.. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. – São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Editora 34, 1999, p.107.

⁸² EUFRASIO, Mário A., *op. cit.*, p.123.

entre distribuição espacial e relações sociais. Como cita em um de seus artigos:

*“Cidade – define um sociólogo, Roberto Park – é um mecanismo psico-físico, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, de atitudes organizadas e sentimentos que decorrem dos costumes e são transmitidos pela tradição. E há uma entrosagem perfeita entre a parte material e os processos vitais da população”*⁸³.

Para ele, a Ecologia Humana consiste em uma ciência que isola e descreve agrupamentos tipificados de pessoas e instituições através da análise de inúmeras forças atuantes nas comunidades urbanas, pois “Há forças invisíveis puxando os cordéis das marionetes urbanas”⁸⁴. Uma vez que a lógica de funcionamento social de um determinado grupo fosse desvendada e trabalhada tornava possível manipular a resultante das “forças invisíveis” levando a um menor atrito social. Desta forma, o meio controlado formaria homens adaptados à disciplina da vida em comunidade. Esse princípio alicerçava a idéia de Park, assim como de Anhaia Mello, de que o lazer orientado e organizado combateria a proliferação da criminalidade e do vício entre as camadas populares, que necessitavam de tutela para que suas forças invisíveis não entrassem em colapso. A organização moral e física de uma cidade interagem moldando e modificando uma a outra

Ambos trabalhavam, pois, com a idéia de que através de um meio controlado se poderia atuar sobre a formação do homem que nele viveria. Se o espaço urbano fosse pensado com o intuito de propiciar o desenvolvimento de atividades que estimulassem os bons hábitos, a boa sociabilidade, ficaria difícil para quem o habitasse romper com estes propósitos. Logo, a cidade seria campo experimental para a formação de uma sociedade cada vez melhor.

Ao afirmar que a cidade-jardim era estilo de arquitetura urbana que deveria ser adotado com o intuito de combater os males do crescimento desordenado, Anhaia Mello corrobora a importância do estabelecimento do contato primário entre os habitantes da cidade. No detalhamento das características da cidade-jardim, menciona as pequenas distâncias entre residência, trabalho e recreio e cita a frase de Robert Park, em que diz que a

⁸³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais, Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres, p.271.

⁸⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais, Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres, p.271.

metrópole era “um mosaico de pequenos mundos que se tocam mas não se interpenetram”⁸⁵, para evidenciar que a aglomeração excessiva perturbava a associação entre as pessoas, pois estabeleceria com forma de relacionamento o contato secundário.

No artigo em que fala sobre o recreio ativo e organizado, Anhaia Mello propõe um “Programa para o futuro”⁸⁶, no qual pede que se inicie, no Brasil, uma política dos parques e reservas naturais e faz um apelo para que se organize “[...] como parte integrante do plano geral da cidade de S. Paulo, a produção e o consumo do nosso lazer, pois o futuro, “[...] depende também mais do que fizermos nas horas de descanso do que daquilo que naquilo que fizermos naquelas em que trabalharmos”⁸⁷. Sendo o urbanismo um fator de transformação social, atuando na formação do caráter dos cidadãos, a sociedade brasileira, na concepção de Anhaia Mello, estaria por se formar. Para ele, as cidades brasileiras não haviam experimentado a ação de um urbanismo inteligente.

⁸⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.28.

⁸⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.159.

⁸⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.161.

1.2. Os Estados Unidos e sua bem sucedida experiência em Urbanismo.

Apesar de utilizar diversificada referência bibliográfica em seus artigos, Anhaia Mello recorre freqüentemente à experiência norte-americana em Urbanismo, sempre destacando o exemplo bem sucedido deste país na área. Os Estados Unidos seriam, para este engenheiro-arquiteto, o país que aplicava da melhor forma os verdadeiros princípios do urbanismo moderno por terem desenvolvido bons dispositivos administrativos e possuírem uma população com espírito cívico bastante acentuado.

Entretanto, o olhar de simpatia para com os métodos norte-americanos não caracterizava um desejo de reprodução do “urbanismo norte-americano” no Brasil, como ele mesmo destaca ao afirmar que “Examinemos como os outros os resolveram [seus problemas] e procuremos aplicar, com inteligência e não servilmente ou por mero espírito de imitação, os métodos e processos que se adaptem às nossas condições locais”⁸⁸.

Uma questão freqüentemente retomada por Anhaia Mello, em seus artigos, era a importância de se adaptar as soluções urbanísticas às especificidades locais. Quando discute a relação entre legislação e urbanismo, em “A Cidade, problema de governo”⁸⁹, afirma que:

“Nos Estados Unidos, porém, terra da standardização, não há um tipo standard de governo de cidade.

Nem há mesmo sequer um tipo estadual, Californiano ou Novaiorquino.

[...] Esta política é muitíssimo inteligente porque não deve haver uniformidade de organização municipal onde não haja igualdade de condições e de problemas e não há duas cidades que se possam dizer iguais, física, econômica ou socialmente.

E se essas condições mudam, a forma de governo também muda”⁹⁰.

Portanto, as leis, consideradas por este engenheiro-arquiteto um fator de realização do urbanismo, deviam adequar-se às condições locais, sendo elaboradas para melhor atender aos problemas que deveriam solucionar. As diretrizes do urbanismo norte-americano teriam, assim, que se ajustar às questões das cidades brasileiras, o que descaracterizaria a simples transposição de um modelo.

⁸⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p.13.

⁸⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A cidade, problema de governo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.43, p.278-87, dez. 1928.

⁹⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A cidade, problema de governo, p.279.

O urbanismo norte-americano representava, para Anhaia Mello, mais um exemplo de procedimento a ser seguido, do que um esquema administrativo a ser implantado mimeticamente neste país. Se o Brasil deveria seguir o modelo adotado pelas cidades norte-americanas para resolver seus problemas, seria mais no sentido de garantir maior investimento financeiro e técnico por parte dos governos, de adotar princípios que levassem a uma cidade mais orgânica, pautados no projeto das cidades-jardins, do que na direção de aplicar no país o urbanismo praticado nas cidades norte-americanas.

Ao discutir o problema da habitação nos Estados Unidos, Anhaia Mello compara a situação norte-americana e a brasileira em termos governamentais, e destaca que, além dos norte-americanos desenvolverem pesquisa na área, para conhecer com detalhes a situação de seu país, estavam empenhados em criar um plano definitivo para acabar com o problema da habitação para as camadas populares. No Brasil, eram oferecidas apenas medidas paliativas para este setor. A utilização de métodos ineficientes e a escolha de caminhos errados eram as falhas brasileiras.

Não havia, portanto, a intenção de que os exemplos norte-americanos fossem simplesmente imitados. O que ocorria era o desejo do urbanismo ser encarado, no Brasil, a partir da perspectiva daquele país, e que se desenvolvesse aqui um sentimento cívico de intensidade semelhante. As estratégias de atuação poderiam ser as mesmas, pois os fins do Urbanismo eram universais, mas deveriam se adequar às particularidades de cada cidade.

Desta forma, se os estudos realizados nos Estados Unidos pretendiam descobrir a solução para o problema das habitações das massas de baixos salários, estas pesquisas serviriam, na opinião de Anhaia Mello, para todos os países de crescimento rápido, onde os problemas sociais se agravavam, como o caso do Brasil. Os norte-americanos estavam a caminho de assegurar ao cidadão um padrão mínimo de moradia, para que ele pudesse vir a ser útil à sociedade, pois “Tão necessária como a educação é a habitação salubre e digna, porque um padrão mínimo de lar para todas as famílias não é apenas indispensável para a higiene das comunidades mas também para a estabilidade social e econômica das nações”⁹¹. Anhaia Mello acreditava que, assim como o sistema de recreio ativo e

⁹¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. *Revista Politécnica*. São Paulo, n.121, p.161-4, jan./mar. 1936, p.162.

organizado atuaria no combate à criminalidade urbana, o fim da moradia precária era fundamental à erradicação da “criminal culture”⁹², a herança social do morador do cortiço.

Ainda em relação ao problema da habitação popular, Anhaia Mello retoma a idéia de que as soluções urbanísticas precisavam se adaptar às necessidades locais. De acordo com este engenheiro-arquiteto, “A habitação é essencialmente um problema local, pois que depende de condições locais que variam largamente, de estado a estado, e de cidade; tais como o clima, hábitos de vida, caráter e composição das populações e respectivas ocupações, crescimento urbano e seu controle pelo urbanismo”⁹³.

Desta forma, ao adotar como referencial o urbanismo norte-americano, Anhaia Mello não deixava de considerar como fator relevante as diferenças culturais e políticas existentes entre os dois povos e os dois países. Ao salientar, portanto, no decorrer de toda sua produção, a necessidade da propaganda para conseguir formar na população uma consciência cívica, apostava que, apesar de se tratarem de países distintos, a mensagem do “verdadeiro urbanismo” seria capaz de apaziguar eventuais conflitos culturais. Sua referência aos métodos norte-americanos não se fundamentava na imposição de um modelo, mas na crença de haver uma “verdadeira” solução dos problemas da cidade moderna. Para Anhaia Mello, os Estados Unidos haviam descoberto o caminho antes do Brasil.

Assim, em “Os parques estaduais americanos”⁹⁴, Anhaia Mello volta ao tema do recreio ativo e organizado para destacar a importância dos espaços de recreação e o empenho dos estados norte-americanos em disponibilizar áreas para este fim, demonstrando a diferença de abordagem no Brasil. Desta forma, seu principal argumento sobre esta questão era que, “Quando, em futuro não remoto, se adensarem as populações, estas áreas prestarão ainda maiores serviços, reservadas que estão, ao uso e gozo das futuras gerações”⁹⁵. O Brasil estava, portanto, muito aquém da preocupação norte-americana com os espaços de lazer.

⁹² MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.27.

⁹³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. *Revista Politécnica*, n.122, p.119-24, abr./dez. 1936, p.119.

⁹⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Os parques estaduais americanos. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, n.109, set.1929, spn.

⁹⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Os parques estaduais americanos, s.n.p.

Os urbanistas brasileiros, assim como os norte-americanos, deveriam tratar os problemas referentes aos parques e às áreas de recreio com o mesmo empenho, tornando-o tema de discussão nacional, pois se tratava de uma questão que não dizia respeito somente às autoridades municipais. Essa seria mais uma das lições que o urbanismo praticado nos Estados Unidos teria a ensinar sobre o recreio ativo e organizado. O sistema de recreio merecia atenção nacional, de acordo com Anhaia Mello, devido à sua capacidade de repor as energias gastas durante o dia de trabalho, o que o tornava tão importante para a cidade quanto o sistema de ruas, o sistema de distribuição de água, o sistema de transporte coletivo.

Além disso, sua referência ao Urbanismo norte-americano tinha relação com método de pesquisa adotado por ele, que considerava que “[...] o urbanismo, mais que qualquer ciência é ‘um saber de experiência feito’”⁹⁶. Desta maneira, Anhaia Mello indicava que suas formulações teóricas pautavam-se no empirismo, ou seja, no factível, naquilo que já fora provado possível de realizar. Os Estados Unidos haviam superado, em um passado não muito distante, dificuldades de crescimento parecidas com as enfrentadas pelo Brasil, naquele momento. Anhaia Mello, portanto, embasava suas argumentações em defesa do exemplo norte-americano no recente processo de industrialização deste país em comparação com a Europa, assim como nas suas “jovens” cidades se pensadas em relação às existentes no “Velho Mundo”.

Suas avaliações positivas dos exemplos norte-americanos mereceram críticas da arquiteta Sarah Feldman, em seu livro *Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947-1972*⁹⁷. Na parte intitulada “Anhaia Mello e a Americanização do Setor de Urbanismo”, a autora aponta alguns equívocos de Anhaia Mello em sua defesa da “americanização” do urbanismo brasileiro, entre eles a sugestão de implantação da Comissão do Plano da Cidade na administração da capital paulista.

Esta comissão seria, para a autora, um dos princípios de organização das cidades norte-americanas que Anhaia Mello defendia para o urbanismo em São Paulo sem que, necessariamente, tivesse coerência com as práticas de governo até então praticadas na cidade. Composta por um conselho consultivo e comissões voluntárias, a Comissão do

⁹⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p.43.

⁹⁷ FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947- 1972.* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005.

Plano da Cidade pressuporia um exercício político estranho aos brasileiros, pois o conselho consultivo nomeado não era remunerado e contava com a participação voluntária de membros da sociedade. Segundo Feldman:

“A criação de uma Comissão nos moldes pretendidos por Anhaia Mello, nos anos de 1920 e 1930, ou seja, portadora de amplos poderes sobre a realização de um plano e com participação minoritária do executivo, constitui uma proposta que vai contra a mentalidade vigente no setor de urbanismo e desqualifica os engenheiros municipais. A constituição de comissões para introduzir novas questões emergentes na cidade, e sua posterior incorporação na estrutura administrativa, era recurso amplamente utilizado na administração municipal. Mas a Comissão do Plano tinha um caráter diferente, uma vez que era pensada numa estância de caráter definitivo e não transitório, com poderes de interferir no trabalho dos engenheiros-municipais”⁹⁸.

Desta forma, Feldman indaga sobre até que ponto os exemplos norte-americanos mantinham sua coerência quando pensados na perspectiva da administração brasileira. Nesse sentido, é interessante estabelecermos uma relação entre a interpretação de Feldman e a indagação de Marisa Carpintéro frente a Prestes Maia. Carpintéro, em sua tese de doutorado, cujo enfoque é o Plano de Avenidas de Prestes Maia, pergunta na parte intitulada “O principal interlocutor: Anhaia Mello”⁹⁹ se havia coerência entre a metrópole idealizada pelo urbanista Prestes Maia e a dinâmica da cidade¹⁰⁰, fazendo pensar sobre o difícil trânsito entre o papel de político e o de técnico.

Embora Anhaia Mello também tivesse trilhado o caminho da política, a questão que se coloca seria referente à distância entre o acadêmico e o urbanista. Em que medida o detalhado conhecimento conceitual sobre o Urbanismo não o levava a uma crença otimista de que havia “desvendado” as causas dos problemas das grandes cidades e, em consequência disso, possuía a formulação de sua solução? As possíveis inadequações entre uma concepção teórica e sua viabilidade de aplicação constitui um problema que Anhaia Mello se dedica a resolver a partir de seus conhecimentos sobre a maquinaria da

⁹⁸ FELDMAN, Sarah, *op. cit.*, p.65.

⁹⁹ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954), p.100.

¹⁰⁰ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954), p.107.

administração municipal, mas que, certamente, nem sempre obteve sucesso. A retomada de suas propostas em administrações posteriores à sua indica, por outro lado, algum êxito em tornar factíveis suas reflexões acadêmicas. Marisa Carpintéro destaca, entretanto, que “Para Prestes Maia, havia nas propostas de Anhaia Mello uma certa insistência em fincar seus argumentos teóricos, calcado em situações e modelos ‘ideais’ distante da cidade paulistana”¹⁰¹.

Contudo, a elaboração de propostas pautadas em experiências realizadas não era característica exclusiva de Anhaia Mello, mas fazia parte do método científico vigente em sua época. Para ele era contundente que:

*“Nada poderá progredir se pretendermos sempre recomeçar o caminho já por outros percorrido e, em vez de tomarmos por marco inicial das nossas pesquisas a alheia experiência, avançarmos às tontas, varejando atalhos em busca de soluções que outros, mais velhos ou mais sagazes, já encontraram. Esta é a norma geral da pesquisa científica à qual devemos prestar obediência no caso particular do estudo dos nossos problemas urbanos”*¹⁰².

O apreço pela análise das “experiências alheias” também constitui método de elaboração teórica de Victor da Silva Freire que, tal como Anhaia Mello, destacava a recente inserção do Brasil entre os países “apreciados” pelo fenômeno das grandes cidades. Em seu artigo Melhoramentos de S. Paulo¹⁰³, publicado na *Revista Politécnica* no ano de 1911, afirmava que:

*“A era do industrialismo foi que criou este estado de coisas, e nós somos dos últimos a sentir-lhe as conseqüências. Aproveitemos dessa circunstância para utilizarmos a experiência dos que nos precederam. Na mesma ordem de idéias manda o bom senso que observemos os que melhor resolveram os seus problemas e aqueles cujas condições mais se assemelham às nossas”*¹⁰⁴.

Embora este engenheiro considerasse que São Paulo encontraria na Europa seus problemas em termos idênticos, não nos Estados Unidos, várias de suas idéias são reencontradas nos artigos de Anhaia Mello, como a importância do “urbanismo preventivo”

¹⁰¹ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954), p.102-3.

¹⁰² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p.13.

¹⁰³ FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos de S. Paulo. *Revista Politécnica*, fevereiro/março, 1911.

¹⁰⁴ FREIRE, Victor da Silva, *op. cit.*, p.93.

em contraposição ao “urbanismo cirúrgico”, a necessidade do Governo Municipal não ser afetado por disputas políticas, a adequação das leis às necessidades das cidades modernas, destacando o papel das taxas de melhoria. Entretanto, sobre estes impostos, Victor da Silva Freire sugere que:

“Poderia o Congresso tomar uma medida excessivamente simples, inspirando-se na orientação norte-americana. Práticos como são, os nossos grandes amigos não se resignaram facilmente a uma situação que dava em consequência pagarem todos para que um fosse beneficiado. Isso é bom para nós”¹⁰⁵.

A valorização dos sistemas de parques e recreio e seus benefícios para a formação do cidadão útil à pátria também é um tema comum entre estes dois profissionais e também neste assunto Victor da Silva Freire faz referência à experiência norte-americana, pois, a seu ver, este país havia compreendido a verdadeira importância desses espaços para a vida nas grandes cidades.

Além das áreas de engenharia e arquitetura, as experiências norte-americanas também encontravam seu espaço em outras ciências como a higiene pública e o sanitarismo. Cristina Campos, em seu livro *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Horácio de Paula e Souza para a cidade (1925-1945)*¹⁰⁶, identifica o que considera a forte relação das propostas de Paula e Souza no Código Sanitário para a cidade de São Paulo, do ano de 1925, e sua pós-graduação nos Estados Unidos, além do patrocínio da Fundação Rockefeller às iniciativas do setor de higiene por todo o estado paulista. Segundo a autora:

“Em 1922, assume a direção do serviço sanitário o médico sanitarista Geraldo Horácio Paula Souza, recomendado ao secretário dos Negócios do Interior pela fundação Rockefeller. Ao retornar dos Estados Unidos, em 1922, após a conclusão de seu curso de doutorado na Johns Hopkins University, assumiria também a direção do Instituto de Higiene e do Serviço Sanitário”.

Geraldo Paula Souza retornou ao Brasil com novos ideais e metodologias na área da higiene e da saúde pública, e estes ficaram patentes em seu primeiro relatório como diretor do Serviço Sanitário ao secretário dos Negócios do Interior. Nesse

¹⁰⁵ FREIRE, Victor da Silva, *op. cit.*, p.p.142-3.

¹⁰⁶ CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Horácio de Paula e Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: RiMa, 2002.

relatório, [...] o médico expõe todas as suas doutrinas, bem como sua aversão ao modelo de saúde baseado no policiamento e nas campanhas sanitárias. O novo problema da saúde pública, para o médico, [...] [é] ‘a vida moderna, urbana, (...) o nosso principal objeto, por ter conseqüências trágicas para a nossa sociedade em termos do processo saúde/doença’. As críticas também estão direcionadas ‘(...) para o atraso em que nos encontramos em relação à aplicação da ciência, em particular a Higiene, para a melhoria das condições de vida das pessoas. Ressaltou as experiências dos serviços de Saúde Pública em outros países, em particular nos Estados Unidos”¹⁰⁷

Cristina Campos afirma que muitas vezes a ligação com os propósitos sanitários norte-americanos causava problemas com profissionais que mantinham posturas mais tradicionais, originadas da Europa. Entretanto, considera que “Historiar a trajetória do Instituto de Higiene na sociedade paulista é interessante porque nos permite identificar a presença de experiências norte-americanas no campo da saúde pública”¹⁰⁸.

É importante ressaltar, no entanto, que Anhaia Mello não acreditava que os americanos haviam resolvido todos os problemas do urbanismo, pois, segundo ele, “Não se pode dizer que os complexos problemas do moderno urbanismo tenham tido, em qualquer parte, solução perfeita e integral, porque não são equações que se armem definitivas, mas questões multifárias e multiformes, que surgem a toda a hora, se entrecem e entrosam nesse caleidoscópio caprichoso que é a cidade moderna”¹⁰⁹. Sendo assim, comprova sua percepção do Urbanismo como um processo e, de certa forma, nos ajuda a entender a referência a autores de diversas nacionalidades em sua bibliografia, ainda que sobrelevem os autores norte-americanos.

¹⁰⁷ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.p.50-1.

¹⁰⁸ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.59.

¹⁰⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p.13.

I.3. O recreio ativo e organizado e sua relação com a “Árvore do Urbanismo”.

A preocupação de Anhaia Mello com as origens conceituais do Urbanismo o levou à elaboração de sua própria teoria, que chamou de “Árvore do Urbanismo”. Como já foi dito, ela não trazia projetos que visassem a reestruturação do espaço da cidade de São Paulo através de obras específicas, mas pretendia combater as “causas” dos problemas urbanos. Sendo assim, a “Árvore do Urbanismo” reúne temas que Anhaia Mello retoma ao longo de toda a sua produção, porque acreditava serem pontos de partida para a resolução dos problemas da capital paulista e, devido a isso, tomou para si a missão de convencer seus colegas de profissão sobre a importância das medidas que estava defendendo.

A construção de seu método de análise sobre os problemas da cidade de São Paulo sistematiza todas as suas crenças sobre o Urbanismo, sendo assim, sua finalidade seria adequar esta cidade à “escala humana”. Baseado nos pressupostos de Ebenezer Howard, nas reflexões a respeito da Sociologia Urbana e no “bem sucedido” Urbanismo norte-americano, referenciais de seu pensamento urbanístico, constrói os alicerces da proposta de recreio ativo e organizado. Este sistema de lazer não está entre as partes da árvore teórica de Anhaia Mello – raízes, tronco, copa e, como consequência benéfica de seu desenvolvimento, a sombra – mas todas elas trabalham para a sua efetivação no espaço da cidade.

A relação entre a proposta de recreio ativo e organizado e a legislação, a copa da “Árvore do Urbanismo”, era de cooperação. Para se efetivar socialmente, este sistema de lazer necessitava do respaldo legal, que deveria sublinhar sua importância na melhoria da qualidade de vida nos grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo, disponibilizar espaço para a sua implantação. As leis, desta forma, existiam não apenas para zelar pela manutenção da harmonia social, mas para representar as prioridades para se alcançar o bem estar geral.

A legislação urbana e o sistema de recreio ativo e organizado agiam conjuntamente na preservação da estabilidade social, as leis garantindo a igualdade de direitos e deveres e o recreio ativo e organizado promovendo a renovação das energias para o trabalho. Sendo assim, no ano de 1929, o mesmo da publicação do artigo sobre o recreio ativo e

organizado, Anhaia Mello, em “Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei”¹¹⁰, traduz e resume um estudo norte-americano sobre a necessidade de uma nova orientação legal para o Urbanismo Moderno. Ao discutir o papel social da lei, afirma que “[...] a ordem legal é uma instituição social e uma forma altamente especializada de controle social”¹¹¹. A mensagem que desejava passar ao seu leitor era de que as leis só adquiriam sentido se postas a serviço da sociedade, atuando no equilíbrio das forças existentes em seu interior. A sociedade, mesmo civilizada, necessitava das leis para administrar os diferentes anseios, desejos e exigências em conflito na vida em coletividade, proporcionando o máximo de satisfação e o mínimo de conflito, sempre visando o progresso coletivo.

Concomitantemente às suas conclusões sobre as aspirações essenciais dos seres humanos, pautadas em análises bastante amplas e padronizadoras, acreditava que as leis deveriam se especializar. Anhaia Mello defendia que, ao contrário do que havia acontecido no século XIX, em que uma legislação generalizadamente atendia às aspirações sociais, o momento em que vivia exigia individualização, desta forma as leis deveriam adequar-se a cada caso. Critica, portanto, a aplicação indiscriminada de leis sem antes verificar sua coerência em relação ao problema a ser solucionado.

O controle sobre a vida em sociedade servia para alcançar um ideal, significando mais que um simples agregado de regras. Segundo Anhaia Mello, a lei deveria ser um dispositivo para a formação de indivíduos adequados à sociedade em que viviam e aos ideais de seu tempo. Recorre a uma metáfora que enfatiza as leis como decorrentes de seu tempo, ajustadas ao momento vivido, sem se aprisionarem ao passado e as considera “flores” e não “raízes” da civilização. Esse pensamento justificaria a atuação legal em favor do recreio ativo e organizado por seu trabalho na formação de “cidadãos úteis à pátria”, um objetivo que atendia ao desejo de estender a vida em comunidade à escala nacional e, ao mesmo tempo, solucionava questões mais imediatas, como a redução da criminalidade urbana.

¹¹⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei. Por Roscoe Pound, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Havard. Resumo e tradução pelo eng. arquiteto Luiz de ANHAIA MELLO. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, p.235-38, maio 1929.

¹¹¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei, p.236.

A atualização das leis às necessidades modernas significava para Anhaia Mello que elas seriam repensadas em relação ao binômio poder público e poder privado. Ao fazer apologia à cidade celular, em seu artigo “A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais”, destaca dois lados da atuação legal. Um deles – o negativo – seria a inflexibilidade dos padrões das leis municipais, que traziam grandes despesas aos proprietários de lotes isolados, no caso de desejarem se integrar ao sistema viário. O outro – o positivo – tratava da necessidade de controle dos loteamentos da cidade, afim de que fossem preservadas as belezas naturais desse espaço. Estas belezas naturais estavam ligadas a fins residenciais, pois, “Um grupo de velhas árvores, uma encosta pedregosa, uma gruta sombria, a água corrente, são ativos residenciais de imenso valor”¹¹², demonstrando seu apreço pela manutenção de áreas verdes nas cidades. Evidencia, portanto, a necessidade do poder público, com sua legislação urbana, não se tornar um empecilho ao desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo, destaca a importância da intervenção pública para a manutenção das características de um planejamento urbano, atuando no espaço privado quando este não respeitasse as prioridades de uma configuração geral.

Na discussão sobre a legislação, o objetivo central de Anhaia Mello era tornar as leis mecanismos que garantissem a realização de uma nova concepção de urbanismo, que precisava de meios legitimados para reconfigurar o espaço da cidade. Para isso, no entanto, elas deveriam se adequar às necessidades do urbanismo moderno, que, por sua vez, já estava adaptado aos anseios da sociedade moderna daquele período.

Ao considerar o Urbanismo uma intervenção inteligente, refletida e ordenada da vontade humana nas leis naturais de existência e crescimento das aglomerações urbanas, defende, em seu primeiro artigo, “Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento”, publicado em 1927, a idéia de que o urbanismo precisava ser amparado por uma legislação que oferecesse à cidade uma estrutura racional de funcionamento dos seus diversos setores. A ausência de uma legislação adequada ao exercício do urbanismo impossibilitava o progresso das cidades, entretanto, era tarefa do urbanista transformar a “flora urbana selvagem” em “flora selecionada”, de rendimento social máximo, através de uma legislação adequada. As leis, se compatíveis com os interesses do urbanismo,

¹¹² MELLO, L. G. R. de Anhaia. A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais, p.141.

possibilitaria o planejamento urbano, único capaz de contornar os problemas de gerenciamento anteriores ao seu advento. No atendimento às necessidades do Urbanismo Moderno, as leis viabilizariam o funcionamento orgânico da cidade, que para Anhaia Mello significava um eficiente funcionamento das funções trabalho, recreio e moradia.

As leis como fatores de realização do urbanismo moderno também eram, por consequência, facilitadoras do progresso técnico, pois a técnica era inerente ao urbanismo, mesmo para um profissional como Anhaia Mello, questionador da supervalorização da técnica como método infalível de intervenção bem sucedida. Em seu artigo “Urbanismo”¹¹³, publicado em 1928, afirma que uma legislação adequada aos interesses do urbanismo permitiria transformar em realidade os benefícios da técnica, modificando para melhor a vida da comunidade. Contudo, a pertinência e a imparcialidade dos procedimentos técnicos estavam subordinadas ao trabalho conjunto, praticado por economistas, juristas, governantes, legisladores, com o apoio da população. Esta precisava desejar se submeter de bom grado a alguns sacrifícios de sua própria comodidade em benefício do bem estar geral.

No artigo “O Governo das cidades”¹¹⁴, de 1929, se propõe a detalhar a importância das leis para a administração municipal, dedicando parte de seu texto ao “progresso da lei”, ao destacar a importância das leis se adaptarem às novas condições da vida social e econômica. Nesse sentido, precisavam lidar com a escassez de espaços verdes disponíveis na cidade de São Paulo, devido ao avanço da urbanização, viabilizando a implantação dos sistemas de recreio organizado. Para Anhaia Mello, “Ou as leis progredem, se ajustam ao progresso e às novas condições sociais ou, elas que são a máxima garantia desse progresso, tornam-se barreiras intransponíveis às iniciativas pelo bem comum”¹¹⁵. Desta forma, “Leis antigas não podem pretender dar solução a problemas de cuja existência nem se suspeitava, na ocasião em que foram elaboradas”¹¹⁶.

Para uma objetiva contribuição ao planejamento urbano, além de não se tornarem anacrônicas em relação aos avanços tecnológicos do início do século XX, as leis deveriam atender, como já foi dito, às especificidades dos problemas de cada localidade. Como

¹¹³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.42, p.235-40, nov. 1928.

¹¹⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O Governo das cidades. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.44, p.03-10 jan. 1929.

¹¹⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O Governo das cidades, p.05.

¹¹⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O Governo das cidades, p.06.

maneira de tornar coerente seu argumento, Anhaia Mello utiliza o exemplo da legislação norte-americana, cuja recusa à padronização das leis urbanas teria possibilitado a este país diversas formas de atuação na administração de suas cidades, desencadeando um importante progresso legislativo.

Num desdobramento dessa flexibilidade, em 1936, no artigo “Um programa de habitação para os Estados Unidos?”¹¹⁷, Anhaia Mello destaca o sucesso dos Estados Unidos e de alguns países europeus em seus esforços na implantação de um padrão mínimo de moradia, e considera fundamental para tal resultado a distribuição das responsabilidades. O Governo Federal, os Estados e os Governos Locais destes países cooperaram entre si para tornar possível esta realidade e fizeram isso através de um mecanismo legislativo que se particularizava e se distribuía financeiramente. Desta forma, a responsabilidade e os deveres foram repartidos com o intuito de evitar excessiva centralização, dado o caráter local do problema da habitação. Sugere, então, que tal método deveria ser adotado pela administração brasileira, uma vez que se mostrou eficiente na resolução de um problema de tamanha complexidade.

O exercício de colaboração entre a legislação e o urbanismo viabilizaria efetivas “melhorias” no espaço da cidade, o que significava, para Anhaia Mello, que ambos passariam a desfrutar da aprovação pública, um passo que para ele representava um alto grau de desenvolvimento social devido ao bom funcionamento entre a opinião pública e a administração municipal. Em 1929, ano em que publica sua proposta de lazer, Anhaia Mello discute, em “A verdadeira finalidade do Urbanismo”¹¹⁸, o quanto era importante as leis terem o respaldo da “simpatia geral e calorosa do público”. No caso da legislação adequada ao “bom urbanismo”, a aceitação pública representava também a aprovação da metodologia utilizada para administrar o espaço da cidade.

Anhaia Mello elege a taxa de melhoria como ponto ótimo nesta relação de cooperação. Tratava-se de um imposto a ser cobrado dos cidadãos que tivessem se beneficiado de intervenções públicas no espaço urbano. Este mecanismo, se aplicado com

¹¹⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. *Revista Politécnica*. São Paulo, n.122, p.161-4, jan./mar. 1936.

¹¹⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Verdadeira Finalidade do Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.51, p.106-12, ago. 1929.

seriedade, sem os desgastes de eventuais corrupções governamentais, tornaria possível planejar o espaço físico da cidade e formar habitantes com espírito cívico e mais colaborativos. A taxa de melhoria levaria à concretização do recreio ativo e organizado, pois seria fonte de recursos financeiros à sua implantação.

Desta forma, para que o urbanista conseguisse exercer suas funções, fazia-se indispensável que os proprietários beneficiados pelos melhoramentos urbanos, efetuados pela administração pública, contribuíssem para as despesas ocasionadas por tais intervenções, através da taxa de melhoria, a seu ver “O mais popular e o mais perfeito [...] dos métodos de custear melhoramentos [...]”¹¹⁹. O fato de, no Brasil, esse imposto ainda não ter sido aplicado, não justificava deixar de praticá-lo no futuro. Um precedente como a não utilização desse procedimento administrativo não poderia se transformar em barreira ao desenvolvimento da cidade e à defesa dos interesses da população.

A necessidade da cobrança da taxa de melhoria fazia-se imprescindível, no ponto de vista de Anhaia Mello, já que o município de São Paulo não dispunha de orçamento suficiente para financiar sozinho o calçamento da cidade, problema discutido no artigo sobre o calçamento urbano, de 1927. Alegava que a taxa de melhoria constituía um procedimento universalmente reconhecido como justo e indispensável ao progresso das cidades. Desta maneira, a legislação brasileira estava muito atrasada em relação aos padrões internacionais, fazendo-se necessário que os poderes públicos repensassem a legislação, atualizando-a e introduzindo novos dispositivos, caso necessário.

Em 1946, em “Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano”¹²⁰, no qual destaca a importância de um plano que possibilitasse o crescimento controlado da capital paulista, retoma a discussão a respeito da implantação da taxa de melhoria. No entanto, direciona a discussão para o debate com Prestes Maia, prefeito naquela ocasião, que alegava fortes argumentos para a não aplicação da taxa, no município de São Paulo.

¹¹⁹ ² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento, p.p.348-9.

¹²⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano. *Engenharia*. São Paulo, n.41, p.169-75 e 180, jan. 1946.

O seu Plano Regulador era formado por elementos de três ordens: “[...] traçados gerais ou plantas, legislação complementar, programa financeiro”¹²¹. Ao referir-se ao programa financeiro, Anhaia Mello afirmava que “O que se requer é plano geral e não apenas plano de avenidas; programa financeiro e não apenas reserva de determinadas sobras de verbas nos orçamentos anuais”¹²². Acrescentou também ser de interesse da população, responsável por fornecer dinheiro para a realização das obras, saber seus custos, além de detalhes como a movimentação do dinheiro público.

Anhaia Mello lembrou que, ao referir-se aos recursos financeiros para a realização de seu “Plano de Avenidas” para a cidade de São Paulo, Prestes Maia julgava ser a taxa de melhoria, “[...] *a mais apropriada e satisfatória quando se intentam melhoramentos urbanos, e desde que não seja transformada em panacéia para todas as dificuldades municipais*”¹²³. Contudo, oito anos depois, teria mudado de idéia, declarando ser inexecutável a aplicação desta “velharia”. Defendendo este imposto público, Anhaia Mello declarou não acreditar:

*“[...] que a Prefeitura da Metrópole Paulista, que tem uma ‘Divisão de Taxas de Melhoria e Avaliações’, com profissionais dos mais competentes e verdadeiros mestres na matéria, não seja capaz de lançar essa taxa. [...] Há qualquer coisa impedindo que eles hajam, por certo”*¹²⁴.

No debate entre os dois engenheiros-arquitetos¹²⁵, Prestes Maia criticava Anhaia Mello, o maior propagandista da taxa de melhoria, por não ter aplicado o imposto durante as duas vezes que esteve à frente da prefeitura de São Paulo. Anhaia Mello, por sua vez, argumentava que suas atuações na prefeitura haviam sido extremamente breves e que, como destacou o colega no “Plano de Avenidas”, o sucesso da taxa de melhoria dependia

¹²¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano, p.169.

¹²² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano, p.169.

¹²³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano, p.170.

¹²⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano, p.172.

¹²⁵ Anhaia Mello foi o único aluno que se formou engenheiro-arquiteto no ano de 1913, na Escola Politécnica de São Paulo. Prestes Maia obteve o diploma quatro anos depois, sendo também o único aluno de seu ano a graduar-se como engenheiro-arquiteto. Desta forma, ambos passaram pelo mesmo processo de formação profissional, administraram a cidade de São Paulo, mas desenvolveram posicionamento políticos distintos no decorrer de suas carreiras, como o caso da taxa de melhoria, entre outros.

de uma base legal sólida, o que não fora possível proporcionar em tão pouco tempo de administração.

Em dezenove anos¹²⁶, Anhaia Mello manteve sua opinião sobre a taxa de melhoria, imposto que seria, segundo ele, indispensável para garantir o progresso da cidade. Da mesma forma que Prestes Maia acreditava que as taxas de melhoria seriam fonte de recursos para a implementação de seu “Plano de Avenidas”, Anhaia Mello trabalhava com a mesma hipótese em relação à sua proposta de recreio ativo e organizado para a cidade de São Paulo. Segundo afirma em seu artigo sobre este sistema de lazer:

“Uma vez que não haja cidadãos ricos, de espírito cívico suficiente, para doar às municipalidades áreas para recreio, e também não tendo, em regra, as municipalidades, recursos ordinários suficientes para aquisição dessa ordem, essas aquisições devem ser custeadas por empréstimos especiais, pela expropriação marginal e por taxas de benefício”¹²⁷.

Desta forma, cabia ao Estado exercer seu poder de intervenção sobre a propriedade particular no intuito de estender os benefícios de uma cidade planejada a todos os cidadãos. As leis deveriam responder às necessidades de seu tempo, assim como se adequar às especificidades dos problemas municipais, de modo que criassem um ambiente propício ao exercício do Urbanismo Moderno que, com salientava Anhaia Mello, alertava sobre a urgência da criação de espaços verdes na cidade.

O legislativo, através da taxa de melhoria, deveria disponibilizar recursos para que se tornasse possível a concretização da proposta de recreio ativo e organizado, porque era função do Estado construir, manter e administrar esses espaços. Anhaia Mello classificava seu sistema de lazer como serviço de utilidade pública por enquadrá-lo entre as necessidades básicas da população. O oferecimento destes serviços públicos à sociedade era tema que lhe despertava grande preocupação.

A importância da regulamentação dos serviços de utilidade pública, assim como a adequação dos dispositivos legais aos interesses do Urbanismo Moderno, constitui tema de grande relevância entre as publicações de Anhaia Mello. Durante a década de 30, publica,

¹²⁶ Período compreendido entre 1927, com defesa do calçamento das ruas da capital paulista através da cobrança da taxa de melhoria, uma vez que a prefeitura não possui recursos financeiros para tal fim, até 1946, quando Anhaia Mello cobra da administração de Prestes Maia o uso dessa medida.

¹²⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.158.

no *Boletim do Instituto de Engenharia*, três conferências¹²⁸ que havia feito sobre o tema e, em 1940, no livro *O problema econômico dos serviços de utilidade pública*¹²⁹, aprofunda as discussões já iniciadas nestes artigos. No prefácio deste trabalho, afirma que pretende abordar esta questão pelos seus aspectos econômicos, pois sobre a abordagem técnica já havia estudos conhecidos.

Por serem serviços que afetavam diretamente as necessidades básicas da população, como o transporte urbano, a rede de esgoto, a rede elétrica e o sistema de lazer, deveriam passar por um processo de regulamentação e considerava ser tarefa do poder público estabelecer quais os direitos e deveres das empresas que os prestavam. No ano de 1934, no artigo “Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública”¹³⁰, Anhaia Mello afirmava que “NÃO SE PODE ABSOLUTAMENTE CONSENTIR QUE A PROPRIEDADE DEGENEREM EM INSTRUMENTO DE OPRESSÃO”¹³¹. Para ele, o setor de serviços de utilidade pública, no Brasil, representava o campo de maior risco nesse sentido.

Situando os serviços de utilidade pública entre as diversificadas atividades econômicas presentes na cidade moderna, Anhaia Mello defendia que os serviços essenciais para a vida em sociedade deveriam ser controlados pelo Estado, os demais ficariam sob a responsabilidade da iniciativa privada. Devido a isso, considerava seu posicionamento político um meio termo entre a política socialista, em que cabia ao poder público organizar os meios de produção e de distribuição de riqueza, e a política *laissez-faire*, na qual o poder público não tinha controle sobre esses serviços.

Anhaia Mello admitia não ser fácil esse posicionamento administrativo. Afirmava que embora quase toda atividade econômica estivesse ligada ao interesse público, apenas

¹²⁸ Os textos são: Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.102, p.283-9, maio 1934; Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (2ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.103, p.357-67, jun. 1934; e Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (3ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.104, p.03-12, jul. 1934. Além do artigo Natureza, classificação, características econômicas dos serviços de utilidade pública. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.58, p.117-27, mar. 1930.

¹²⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. *O problema econômico dos serviços de utilidade pública*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1940.

¹³⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.102, p.283-9, maio 1934.

¹³¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência), p.284.

isso não justificava o controle estatal. As empresas que desempenhavam funções públicas, entretanto, teriam obrigação legal e moral de se submeter ao controle do Estado, a bem do interesse público. Sendo assim, por serem fundamentais à coletividade, os serviços de utilidade pública deveriam sujeitar-se a um regime administrativo especial, pois em todo “mundo civilizado” eles se submetiam ao controle do público, representado pelo poder público, para o bem comum. Sobre a forma de regulamentar, Anhaia Mello retoma duas possibilidades já apresentadas no artigo “Natureza, classificação, características econômicas dos serviços de utilidade pública”¹³², no ano de 1930. Uma delas era o exercício direto do Estado na prestação dos serviços, a outra constituía a delegação desse direito a particulares, mandatários do Estado, mas ambas, segundo ele, continham defeitos e larga margem para melhorias.

Contudo, independentemente de quem fosse se responsabilizar pela prestação desses serviços, o Estado deveria desenvolver mecanismos de regulamentação, sob a pena de ser ineficaz na proteção dos interesses da coletividade. Anhaia Mello era bastante enfático em relação a esse pressuposto administrativo, pois acreditava que de outra maneira o Estado se tornaria “[...] criatura e não criador dos seus próprios agentes, permitindo, tolerando, que se subordinem melhoria de standards sociais, bem estar público e a própria soberania, a cobiça de mandatários e delegados, para enriquecimento privado e empobrecimento coletivo”¹³³.

O Estado, portanto, representava o lugar da imparcialidade administrativa, tomado de uma unidade de interesses que visava apenas o favorecimento da maioria. Anhaia Mello trabalhava com uma visão idealizada da administração pública, desconsiderando o fato de que esta era formada pela junção de vários interesses pessoais que, mesmo regidos por normas controladoras da sobreposição do particular ao geral, garantiam a presença das diferenças nessa suposta massa administrativa uniforme. Essa idéia fundamenta e permeia toda a sua reflexão sobre os serviços de utilidade pública.

Sendo assim, em sua terceira conferência, “Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública”¹³⁴, discute aspectos referentes à regulamentação,

¹³² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Natureza, classificação, características econômicas dos serviços de utilidade pública. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo. n.58, p.117-27, mar. 1930.

¹³³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência), p.286

¹³⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (3ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.104, p.03-12, jul. 1934.

afirmando, mais uma vez, o papel do Estado em limitar as ações de empresas que prestadoras desses serviços, caso delegue sua administração. Os direitos de atuação dados ao Estado proporcionava-lhe condições de fixar padrões para os serviços, tarifas razoáveis, lucros moderados e dispor de ampla autorização para esmiuçar o funcionamento dessas empresas, seja técnica, financeira ou administrativamente. A função da regulamentação era obrigar o mandatário da função pública a prestar um bom serviço a preço razoável. Desta forma, ressaltava a necessidade de eliminar, no Brasil, o sistema anacrônico de concessão sem regulamentação, pois “[...] se não houver um controle social crescente para atender ao aumento de complexidade social ninguém espere futuro mais feliz para a humanidade”¹³⁵. Sobre a competição, “motor da sociedade industrial moderna”, como costumava analisar criticamente, considerava que não poderia ocorrer nos serviços de utilidade pública sem que houvesse prejuízo para o público, pois daria lugar a disputas para oferecer serviços mais baratos, acarretando a redução da qualidade.

No artigo “O serviço de transportes coletivos da Cidade de São Paulo”¹³⁶, publicado em 1951, Anhaia Mello discute o aspecto social dos serviços de utilidade pública, em particular o caso dos transportes coletivos urbanos, que não poderiam ser pensados a partir da exploração comercial. Ele associa, em seus textos, a humanização da vida nas grandes cidades a um transporte público de qualidade, em especial no atendimento aos bairros populares, uma vez que “[...] o suburbano, pobre diabo, criação típica metropolitana, [...] é transportado diariamente de lugares onde não quer nem pode viver para outros longínquos lugares onde não quer nem pode trabalhar. É transportado, Deus sabe de que jeito ...”¹³⁷. Desta forma, se elogiava a facilidade de locomoção nas cidades-jardins, referia-se à situação do transporte urbano dos grandes centros metropolitanos como trágica. Mencionava o excessivo tempo gasto no deslocamento entre residência, trabalho e recreio, destacando que em consequência do crescimento desordenado das grandes cidades, o transporte coletivo ou mesmo individual rendiam o mesmo tempo que a marcha a pé. Sendo assim, aborda a necessidade da regulamentação desses serviços públicos e afirmava que o

¹³⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (3ª Conferência), p.12.

¹³⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O serviço de transportes coletivos da Cidade de São Paulo. *Engenharia*. São Paulo, n.106, p.385-8, jun. 1951.

¹³⁷ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais, Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres, p.272.

Estado poderia delegar sua prestação, mas nunca abandonar sua autoridade. Enfrenta a questão da exploração comercial a partir da idéia de que os lucros dessas empresas deviam ser controlados para que a relação entre menor custo e maior qualidade de serviço fosse mantida. De acordo com Anhaia Mello, “Transporte coletivo seguro, rápido, cômodo e barato é condição essencial para o bem estar das populações urbanas, porque é o elo de ligação das funções de Residência, Trabalho e Recreio”¹³⁸.

A única justificativa para a delegação dessa função pública, ressaltava Anhaia Mello, ficava com o possível rebaixamento do custo ou com o padrão mais alto do serviço. Caso contrário, a alternativa residia no controle direto pelo Estado. Nesse caso, uma das vantagens seria a “[...] ausência de lucros na operação, ‘overhead’ muito menores, capital a juros mínimos, ausência de inflação de valores, facilidades para coordenação e unificação, equilíbrio com o plano das cidades, não haver drenagem da economia local nem exportação dos lucros”¹³⁹. Esses fatores o levariam a afirmar que o Estado, ao prestar esses serviços não estaria invadindo o campo da iniciativa privada.

Entretanto, a classificação do que seriam os serviços de utilidade pública não se restringia apenas às atividades com finalidade lucrativa, como no caso dos transportes urbanos, da distribuição de água ou energia elétrica. Havia a tarefa de implantar sistemas de recreação nas cidades, cuja responsabilidade recaia nos poderes públicos, como discute no artigo “Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas”.

A comunidade deveria oferecer ao cidadão subsídios para lidar com os problemas da vida nos grandes cidades modernas. Problemas que não seriam apenas estruturais, como o empilhamento urbano, como costumava referir-se à construção de altos edifícios, ou a falta de contato com a natureza. Tratava-se também de problemas de aspectos psicológicos, como a especialização do trabalho industrial, que anulava os impulsos criadores da individualidade. Em 1929, Anhaia Mello apóia-se na declaração Herbert Hoover, presidente dos Estados Unidos, para destacar a importância da regulamentação pública da produção e do consumo do lazer nas cidades industriais modernas. Uma vez que a jornada de trabalho havia sido reduzida, era preciso, dizia Hoover, melhorar as horas de descanso, momentos em que as virtudes morais e espirituais do país poderiam se perder. A garantia

¹³⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. O serviço de transportes coletivos da Cidade de São Paulo, p.386.

¹³⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (2ª Conferência), p.367.

do uso democrático desse sistema de recreio apontava outra razão para se configurar como tarefa do poder público de modo que todos tivessem “[...] iguais direitos ao gozo integral da vida, portanto a um emprego são, honesto eficiente, do tempo de descanso e recreio”¹⁴⁰.

O sistema de recreio ativo e organizado também se relacionava aos serviços de utilidade pública na medida que dependia da prioridade do uso público do solo urbano. No artigo “A Cidade Jardim”¹⁴¹, toma como referencial de planejamento urbano a cidade-jardim e destaca que, em relação a forma de organização urbana, “O dispositivo fundamental é que a terra seja mantida como propriedade pública”¹⁴². Com essa medida acreditava impedir a especulação imobiliária e permitir ao Estado exercer controle sobre o crescimento das cidades, pois as construções só poderiam avançar até o limite imposto pelo interesse público.

Se a legislação constituía a copa da “Árvore do Urbanismo”, podemos pensar os serviços de utilidade pública como componentes do tronco, pois recaía também na Comissão do Plano de Cidade a responsabilidade de sua regulamentação já que, composta por profissionais competentes e de diversas áreas do conhecimento, tinha o compromisso de orientar os legisladores na elaboração das leis. Cabia a esta Comissão atuar diretamente na subordinação da administração pública aos interesses do Urbanismo Moderno, a seu ver, método científico de intervenção urbana e base de sua concepção teórica.

O recreio ativo e organizado seria um dos elementos da raiz dessa árvore, devido ao seu imbricamento na opinião pública. Esta proposta de lazer obedecia ao intuito de formar uma nova cultura de experiência de vida na cidade de São Paulo do início do século XX, acometida por um acelerado crescimento urbano. Deveria, portanto, estimular comportamentos que atendessem aos princípios de constituição do Urbanismo Moderno. Em sua teoria do urbanismo, este sistema de lazer se torna um espaço que possibilita dois importantes elementos de sua teoria: formar cidadãos úteis à pátria, cômicos/conscientes da importância da vida em coletividade, princípio considerado por Anhaia Mello fundamental para a vida na cidade, e o acesso irrestrito aos benefícios de uma cidade planejada em “escala humana”.

¹⁴⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.p.149-50.

¹⁴¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.36, p.27-30, nov. 1947.

¹⁴² MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.30.

Parte II:

Da Polícia ao Playground: a “política expressiva” formando “cidadãos úteis à pátria”

Anhaia Mello, em seu livro *Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico*, expõe suas impressões sobre os bairros industriais da cidade de São Paulo¹⁴³. Ironiza o acelerado processo de desenvolvimento econômico da capital paulista que presenteava a cidade com bairros industriais que se alastravam desordenadamente, mas acreditava no poder da ciência do Urbanismo na obtenção do bem estar social. Os bairros, de edificações adensadas e chaminés que emolduravam o horizonte¹⁴⁴, necessitavam de um espaço de lazer diferente das brincadeiras de rua. O sistema de recreio ativo e organizado amenizaria a vida nos bairros operários oferecendo um lazer “saudável” para todas as idades, mas em especial para as crianças.

Do alto da janela de seu escritório, este engenheiro-arquiteto consegue “diagnosticar” que se tratavam de lugares carentes em relação ao vastíssimo “arsenal” do recreio ativo e organizado. Arasawa, analisando o modo como Anhaia Mello constrói seu cenário nesta fala, afirma que a imagem evoca um discurso elitista em relação ao operariado, contendo a representação de um domínio sobre o “outro”, mesmo que isso se dê apenas no imaginário. Além disso, destaca que, ao mesmo tempo que a imagem do engenheiro-arquiteto no alto da colina reforça uma “identidade” de classe entre estes especialistas, os chama para ação de intervir sobre aquele espaço e seus moradores, podendo até mesmo caracterizar uma lembrança do fardo das elites¹⁴⁵.

Desta maneira, Arasawa interpreta Anhaia Mello como um especialista que desejava aplicar sua ciência em benefício daqueles que não acessavam a especificidade de

¹⁴³ Citação número 21, página 12, na qual ele conclui que os bairros operários, com seu adensamento construtivo devido à falta de planejamento urbano, necessitavam de áreas verdes e da implantação do recreio ativo e organizado, o qual substituiria a rua como espaço de lazer das crianças, em especial.

¹⁴⁴ A descrição que Anhaia Mello faz dos bairros operários da cidade de São Paulo se assemelha bastante com aquela feita por Charles Dickens, em seu livro *Tempos Difíceis*, da cidade de Coketown, uma referência à Londres do século XIX, em acelerado processo de industrialização. DICKENS, Charles. *Tempos Difíceis*. Tradução especial para o “clube do livro”, nota explicativa de José Maria Machado. – São Paulo: Clube do Livro, 1969.

¹⁴⁵ ARASAWA, Cláudio Hiro, *op. cit.*, p.27.

seu conhecimento e, portanto, eram ignorantes em relação à sua própria melhoria de condições de vida. Caberia, assim, à elite, em especial aos especialistas em assuntos urbanos, conduzir a classe pobre pelos caminhos da “boa conduta moral”, do comportamento higiênico e da “saudável” vida em sociedade. No artigo sobre seu sistema de lazer, Anhaia Mello manifesta preocupação com os malefícios que as horas de lazer poderiam acarretar à sociedade se fossem deixadas à disposição dos próprios operários. Sendo assim, transcreve a declaração de Herbert Hoover, presidente dos Estados Unidos, no ano de 1929:

“Nossa civilização atual depende mais do que fazemos nas horas de recreio e descanso do que daquilo que fazemos nas horas de trabalho. As grandes forças morais e espirituais do nosso país, não perdem terrenos nas horas em que trabalhamos, mas naquelas em que descansamos.

Organizemos pois também, a produção e o consumo do lazer.

Dedicamos tanto esforço, tanta ciência, tanto aparato para diminuir as horas de trabalho e não nos lembramos de melhorar as horas de descanso.

Eu, por exemplo, gosto de pescar; a pesca não é apanhar peixes, mas um estado de espírito, uma fuga da alma humana para a solidão”¹⁴⁶.

Anhaia Mello deixa claro, portanto, sua postura em relação ao lazer, que se constitui num controle público sobre a esfera privada, sobre o tempo passado longe da supervisão institucional das fábricas, no caso dos adultos, ou das escolas, em se tratando das crianças. O “tempo livre”¹⁴⁷ do trabalhador urbano passa a integrar os interesses do saber especializado por significar um momento propício ao estímulo de novos hábitos culturais, que deveriam se adequar aos projetos de “melhoria” social, um exercício do domínio sobre o “outro”.

¹⁴⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.149. O argumento de que a civilização dependia mais de como eram gastas as horas de recreio do que daquilo que era feito durante o período do trabalho aparece frequentemente na documentação do Departamento de Cultura, dirigido por Mário de Andrade, um indício que corrobora o argumento da forte presença das idéias de Anhaia Mello no projeto de lazer desta gestão.

¹⁴⁷ O surgimento das idéias de “tempo livre” e “lazer orientado” será discutido na parte “Uma nova concepção de lazer”.

Sendo assim, Maria Auxiliadora Guzzo Decca, em seu livro *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*¹⁴⁸, destaca a forma como o lazer operário era analisado socialmente por uma elite intelectualizada. Segundo ela:

*“Os meios operários eram vistos por instituições e grupos dirigentes como extremamente perniciosos para a ‘moral e disciplina do trabalho’, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram considerados vícios, e a recreação do operário era considerada ‘improdutiva’. O trabalho do menor nas fábricas foi muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de retirá-los dos meios ‘malsãos’ e viciados”*¹⁴⁹.

A figura do operário, construída a partir do avesso da moralidade que se desejava difundir no espaço urbano, representava a presença permanente do desconhecido para aqueles que desejavam fortemente mapear e adquirir domínio sobre as diferenças. A recreação operária era considerada improdutiva pelos grupos dirigentes porque não atendia aos interesses da produtividade disciplinadora das fábricas, que na sociedade industrial se estendia a diversas instituições, como a escola, o hospital, e aos códigos de conduta da vida social e privada. Quando Anhaia Mello afirmava que “Construir cidades é construir homens. [e que] O ambiente urbano é que plasma o caráter humano, de acordo com a própria feição, para a fealdade ou para a beleza”¹⁵⁰, manifestava o seu desejo de, através da atuação do conhecimento especializado no espaço da cidade, conseguir internalizar hábitos sociais e uma conduta moral entre aqueles que não acessavam culturalmente os “verdadeiros” valores da vida em comunidade.

O investimento dos especialistas em relação à classe operária precisava ser mais intenso, demonstrando a necessidade de priorizar a instalação dos sistemas de recreio ativo e organizado nos bairros industriais, pois, segundo este engenheiro-arquiteto:

“Uma cidade terciária, residencial, cujas habitações têm largos jardins e os habitantes, gente rica, são sócios de clubes recreativos e esportivos, não pode ser

¹⁴⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁴⁹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *op. cit.*, p.89.

¹⁵⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. *Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico*, p.17.

comparada com uma cidade primária, intensamente industrial, habitada por grande número de operários e classes pobres”¹⁵¹.

O direcionamento desta proposta de lazer para os bairros operários, ainda que alegados fatores urbanísticos, como a distribuição de áreas verdes na cidade ou a maior acessibilidade às atividades recreativas, estabelecia estreita relação com teorias sociais de degradação física e moral das classes populares. Para Maria Auxiliadora Decca, na década de vinte do século passado, a tentativa dos especialistas como médicos, engenheiros, sanitaristas, de disciplinar o lazer das camadas sociais mais pobres tinha um intuito específico e um alvo prioritário. Segundo a autora:

“A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma ‘idealizada’ nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanhavam os programas de saúde pública, em particular aos destinados aos meios pobres – ‘degenerados física e moralmente’ –, tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre através de um meio ambiente sadio”¹⁵².

Desta forma, o lazer direcionado objetivava, além de adaptar o trabalhador para a vida nas grandes cidades e à rotina fabril, formar física e moralmente um indivíduo “útil” para a vida em sociedade, e para isso centralizava suas investidas nas crianças. Entretanto, as iniciativas na área do lazer eram acompanhadas pelas intervenções sanitárias, de modo que os projetos de recreio organizado chegaram a coexistir com a assistência médica, como o caso dos Parques Infantis implantados em São Paulo pelo Departamento de Cultura, na administração de Fábio Prado, os quais deviam muito ao sistema de lazer de Anhaia Mello, chegando este a ser um dos colaboradores desta iniciativa administrativa.

Havia, assim, uma confluência entre os discursos dos engenheiros-arquitetos e dos médicos sanitaristas, pois ambos haviam deslocado suas atenções, da intervenção no meio para a atuação no indivíduo, trabalhando com a importância da assimilação da disciplina ao invés de sua imposição. Carmen Lúcia Soares, em seu *livro Educação Física: Raízes*

¹⁵¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.155.

¹⁵² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *op. cit.*, p.91.

*Européias e Brasil*¹⁵³, ao discutir o papel dos médicos higienistas na consolidação da disciplina de Educação Física no Brasil, também problematiza essa mudança de enfoque. Segundo esta autora:

"Essa mudança de direção que assumem os médicos higienistas em seu discurso e sua prática, voltando-se as 'cuidados com a infância' e para com a educação higiênica do povo, traduz-se em diferentes formas de intervenção na sociedade, as quais passaram a ser implementadas ao longo da década de 20 [...].

*Não são mais formas violentas, coercitivas. Agora são formas sutis, 'educativas', através das quais, os médicos denunciam as condições de trabalho nas indústrias, passam a fazer propostas sobre medidas higiênicas a serem tomadas para o bom funcionamento das fábricas, das escolas e dos locais públicos em geral [. . .]"*¹⁵⁴.

Em relação a essa mudança de direção na postura intervencionista da fala especializada, Cristina de Campos afirma que, no caso do médico Paula Souza, o abandono da prática de policiamento sanitário, que dava ao sanitarista poderes de intervir forçadamente no ambiente em que as pessoas viviam, para a adoção de campanhas educativas, era consequência de suas referências norte-americanas. No caso de Anhaia Mello também podemos relacionar seu projeto de recreio à sua ligação com o urbanismo norte-americano e suas propostas de reforma social. Esta autora afirma que o código sanitário de Geraldo Paula Souza, de 1925, “[...] trazia medidas até então inovadoras, nunca utilizadas em São Paulo e no Brasil, pois era dado destaque ao indivíduo. [...] trouxe inovações à legislação trabalhista para crianças e mulheres, atingindo áreas até então fora do alcance do Serviço Sanitário, como a assistência social”¹⁵⁵.

Cristina de Campos considera que, apesar da mudança de abordagem em relação às classes populares, os preconceitos que fundamentavam a intervenção especializada no mundo do pobre ainda permaneciam. Assim, afirma que “Um óbvio preconceito de classe está subentendido na descrição da ignorância popular quanto à higiene na fala de Geraldo Paula Souza”¹⁵⁶. Destaca uma fala deste especialista em que afirma:

¹⁵³ SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: Raízes Européias e Brasil*. Prefácio de Dulce Maria Pompêo de Camargo. – Campinas, SP: Autores Associados, 1994. (Coleção Educação Contemporânea).

¹⁵⁴ SOARES, Carmen Lúcia, *op. cit.*, p.127.

¹⁵⁵ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.53.

¹⁵⁶ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.53.

“Coloquemos o caboclo ignorante na casa do patrão e este, instruído, na choça do caboclo; ou o proprietário de Higienópolis no cortiço do Brás, a família inculta no palácio do primeiro, e observe o acerto do que afirmo. Rápida seria a transformação da choça e do mocambo em locais compatíveis com a vida digna de viver, bem como a da ‘casa grande’ e do palácio nos mais perigosos antros da doença e da miséria”¹⁵⁷.

A valorização da internalização de hábitos disciplinares, combinada com a crença da influência do meio na formação do cidadão, constituem a fala especializada do período que Anhaia Mello propõe o sistema de recreio ativo e organizado. O pensamento de Paula Souza, de que o pobre transformava o ambiente salubre em “antro” porque não sabia acessar seus recursos e, portanto, aplicava naquele espaço seus maus hábitos higiênicos, não era uma exclusividade deste médico. Da mesma forma, não era singularidade da proposta de lazer de Anhaia Mello formar cidadãos intervindo em sua constituição psicológica através de um controle do meio. Cristina de Campos, ao falar sobre o projeto de Paula Souza de implantação de centros de saúde, cita trechos das normas de atuação destas instituições, nas quais consta que:

“Quanto à educação sanitária presente no centro de saúde:

[...] O serviço de educação sanitária visará de modo especial à higiene individual, a pré-natal, a infantil e a da idade escolar [...]; aproveitará na infância e na mocidade para imprimir ou desenvolver hábitos de higiene e, sempre que operar o serviço fora do centro, fará propaganda intensiva das vantagens da população em freqüentá-los”¹⁵⁸.

Esse posicionamento intervencionista das elites intelectuais em relação às camadas populares representava a crença na incapacidade do trabalhador em gerenciar sua própria vida, necessitando de amparo e orientação, o que para Carmen Soares caracteriza um discurso paternalista. Ao falar sobre a definição dos hábitos da família moderna, esta autora ressalta a importância do discurso dos médicos higienistas na construção destes comportamentos, o que evidenciava o papel “protecionista” exercido pelos especialistas. Sendo assim, afirma que:

¹⁵⁷ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.53.

¹⁵⁸ CAMPOS, Cristina de, *op. cit.*, p.111.

"O discurso higienista [...] veiculava a idéia de que as classes populares viviam mal por possuírem um espírito vicioso, uma vida imoral, liberada de regras e que, portanto, era premente a necessidade de garantir-lhes não somente a saúde, mas fundamentalmente a educação higiênica e os bons hábitos morais. Poderíamos afirmar que o pensamento médico higienista, elegendo a família como locus privilegiado de intervenção, 'auxilia' o Estado num processo de reorganização disciplinar da classe trabalhadora [. . .]"¹⁵⁹.

A intervenção social do higienista não se distanciava muito daquela pretendida pelo sistema de recreio ativo e organizado, pois ambas desejavam educar as classes populares tomando-as como ignorantes em relação ao modo “correto” de conduzir suas vidas, mas conhecedoras de como “corrompê-las”. O discurso higienista atuava sobre os hábitos familiares, pois “São esses hábitos a ‘fonte de toda miséria’ da classe operária. É preciso reorganizar suas vidas, alterar radicalmente seus hábitos ... redefinir o seu espaço de vida”¹⁶⁰. O discurso presente no sistema de recreio ativo e organizado desejava que a eficiência da disciplina das fábricas ampliasse o seu campo de atuação, exercendo um domínio sobre o “tempo livre” dos operários, período em que não estavam nos limites das fábricas, orientando-lhes sobre o que fazer em suas horas de descanso.

Os médicos higienistas e os engenheiros-arquitetos possuíam projetos de intervenção social bastante parecidos. Aliaram ao controle das práticas sociais e dos hábitos cotidianos a tentativa de interferir sobre aspectos culturais da formação individual do trabalhador. Este deixou de buscar a “felicidade” na bebida e na “promiscuidade”, e passou a valorizar, como forma de obtenção de bem estar, o lazer dirigido. O recreio ativo e organizado, segundo Anhaia Mello, fecharia a “porta larga do crime”, escancarada após a diminuição da jornada de trabalho¹⁶¹.

O território de intervenção deixava de ser exclusivamente o espaço urbano e o ambiente doméstico, passando ao campo da subjetividade. O discurso sobre o recreio ativo e organizado, além de se preocupar com o controle do meio, queria restabelecer o contato do homem com a natureza, numa preocupação com a saúde psíquica do cidadão, e promover a “boa sociabilidade” através da democratização dos parques públicos,

¹⁵⁹ SOARES, Carmen Lúcia, *op. cit.*, p.34.

¹⁶⁰ SOARES, Carmen Lúcia, *op. cit.*, p.38.

¹⁶¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

oferecendo lazer para todas as idades e classes sociais. Anhaia Mello considerava que apenas o controle do meio ambiente não era suficiente para atuar positivamente sobre o comportamento dos habitantes das cidades, sendo necessário auxiliá-los a respeito do controle psicológico dos impulsos humanos. Desta forma, a punição não era mais tão eficiente aos propósitos da disciplina. O recreio ativo e organizado visava os mesmos objetivo da educação higiênica que, segundo Carmen Soares:

“[...] Em nome da saúde, [...] consegue inculcar uma tal disciplina corporal cujos princípios da moral burguesa figuram através das noções de bem e de mal, de certo e errado, contribuindo, assim, para uma aceitação 'pacífica' ao modo de ser e viver burguês; e a disciplina corporal, através das normas higiênicas, é tratada como a grande responsável pela pátria de amanhã”¹⁶².

A proposta de lazer de Anhaia Mello trabalhava com a internalização da disciplina corporal entre as camadas populares e a naturalização dos princípios morais burgueses, sob a justificativa do bem-estar social e da formação do “país de amanhã”, através do “cidadão útil à pátria”. Procurava combater os “maus hábitos” dessa parcela da população disseminando o modo de ser e viver burguês por meio de “práticas positivas”, ou seja, tornando os operários produtivos para o trabalho e para a vida em sociedade, passando-lhes a idéia de melhoria em sua qualidade de vida.

Do mesmo modo que a educação higiênica tinha como propósito prolongar a “vida útil” dos trabalhadores, o recreio ativo e organizado também atuava nesse sentido, seja através da produção dos corpos, por meio de atividades esportivas, ou da internalização de hábitos comportamentais, derivados da formação educacional oferecida nesses espaços. Este sistema de lazer pode ser analisado a partir do conceito de “corpos dóceis”, desenvolvido por Michel Foucault, em que “[...] a noção de ‘docilidade’ [...] une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”¹⁶³. A classe operária e as camadas pobres da população constituíam-se *locus* de experimentação da ciência moderna, passíveis de se adequarem não apenas às lógicas do discurso médico, do discurso higienista e sanitário, mas também às análises sociológicas do Urbanismo Moderno.

¹⁶² SOARES, Carmen Lúcia, *op. cit.*, p.p.137-8.

¹⁶³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977, p.126.

Entretanto, se o discurso dos especialistas tinha como um de seus objetivos mapear e desestimular hábitos culturais que lhes eram estranhos, não podiam controlar as diversas formas de assimilação desses novos saberes entre as camadas populares. A documentação do Departamento de Cultura, durante o período que esteve sob a presidência de Mário de Andrade, na década de 30, referente à autorização para a promoção de atividades de lazer, aponta para um relativo sucesso da fala especializada. Há pedidos para a realização de bailes na cidade, para a instalação de circos e oferecimento de quermesses, o que demonstra a regulamentação do divertimento popular. Muitas reivindicações vinham da própria classe operária, como no caso deste pedido da “Juventude Operária Católica”:

“São Paulo, 9 de novembro de 1935.

A ‘Juventude Operária Católica’, pela sua dirigente infra-assinada, vem respeitosamente solicitar de V. Excia. Que lhe seja cedido, no dia 29 do corrente, entre 12 e 17 horas, o Parque Infantil do Ypiranga, para que nele seja realizada a Festa de Natal da Juventude Operária. A suplicante responsabiliza-se pelas instalações ali existentes”¹⁶⁴.

Este documento é bastante representativo da assimilação da classe operária em relação aos espaços de lazer dirigido, como os Parques Infantis, considerados por Carlos Augusto da Costa Niemeyer, em seu trabalho *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis em São Paulo (1934-1954)*¹⁶⁵, um desdobramento do projeto modernista de recreação popular. Estes espaços de lazer haviam atingido seu público alvo, a juventude, e conseguiram, em certa medida, exercer a funcionalidade desejada por seus idealizadores, entre eles Anhaia Mello, pois suas instalações eram um dos motivos da realização da festa naquele local. A responsabilidade pela conservação das instalações só fazia sentido se estas fossem utilizadas durante o evento.

Contudo, no início do século XX, o discurso do lazer dirigido não foi o único a ganhar legitimidade entre as camadas sociais mais desfavorecidas econômica e politicamente. Marisa Carpintéro, em seu livro *“A Construção de um Sonho: Os*

¹⁶⁴ Documentação pertencente ao acervo do Departamento de Cultura, Arquivo Municipal Washington Luís.

¹⁶⁵ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis em São Paulo (1934-1954)*. Dissertação de Mestrado, orientação de Maria Lucia Caira Gitahy. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, abril de 2001.

*engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*¹⁶⁶, afirma que “Assim como os técnicos, os operários viviam denunciando os problemas urbanos. A falta de transporte, a ausência dos serviços de saneamento e limpeza das ruas tornara-se motivos de revolta para os moradores dos bairros operários”¹⁶⁷. Sendo assim, eles reivindicavam melhores condições de vida, as quais estavam bastante relacionadas a uma ampla aceitação do discurso da técnica. Lutar pelo direito a uma condição de vida melhor implicava pleitear o que o discurso técnico havia estabelecido como padrão para uma vida higiênica, confortável e moralmente saudável.

As reivindicações operárias se enquadravam dentro dos padrões urbanísticos estipulados pela fala especializada, pois era cobrado aquilo que François Béguin chamou de “maquinarias do conforto”¹⁶⁸, ou seja, a rede de esgoto, a rede elétrica, a água encanada, o sistema de transporte, o recreio. Por outro lado, devido à intensa preocupação com a divulgação dos hábitos de vida burgueses, como problematiza Carmen Soares, provavelmente os especialistas haviam construído uma imagem da classe operária um pouco distante daquela que os próprios operários escolheram para si mesmos.

Entretanto, independentemente da coerência interpretativa de Anhaia Mello em relação ao público para o qual destinava seu sistema de lazer, sua estratégia de atuação social já estava formulada. O recreio ativo e organizado contava com o respaldo metodológico da “política expressiva”. Expressiva porque desejava se contrapor a uma política repressiva, diferenciando-se desta quanto aos métodos utilizados para a obtenção da ordem pública. Os hábitos comportamentais dos habitantes da cidade deveriam se adequar aos propósitos do bem-estar da coletividade, num processo auto-reflexivo, no qual o “bom” comportamento social não estava vinculado ao medo da punição.

A “política expressiva” deveria produzir os “cidadãos úteis à pátria”, pois, segundo Anhaia Mello:

“A verdadeira política de supressão do crime não deve ser repressiva mas expressiva, isto é, deve-se procurar tomar normais e equilibrados os impulsos humanos.

¹⁶⁶ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

¹⁶⁷ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*, p.173.

¹⁶⁸ BÉGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: *Espaço e Debates*, n.34, NERU, 1991.

No trabalho? Não, no recreio”¹⁶⁹.

Assim, pretendia diminuir os fatores de desagregação social, como o caso da criminalidade, através de uma política afirmativa em relação a comportamentos socialmente desejáveis, uma vez que o recreio ativo e organizado era preventivo de “maus cidadãos”. Para Anhaia Mello, os mecanismos de repressão atrelados à “medidas brutais” como a condenação à morte, a tortura, além de estimularem comportamentos sociais violentos, combatiam a causa e não a origem do problema. Desta forma, a solução estaria na formação da opinião pública, por meio da “política expressiva”. O controle, não apenas da criminalidade, mas também daqueles comportamentos sociais que considerava incompatíveis com uma vida “moralmente sadia”, dependia de um ajustamento social em que todos respeitassem os direitos alheios. Esse trabalho de “conscientização”, para que fosse eficaz, deveria atuar no âmbito privado, que compreendia os momentos de recreio, nos quais se poderia atuar mais diretamente na constituição física e moral do indivíduo.

O discurso de estímulo à intervenção dos especialistas entre as camadas populares, no deslocamento de uma tutela punitiva para a atuação sobre a formação cultural dos habitantes da cidade, não era uma exclusividade do Urbanismo. Houve, de certa forma, uma popularização da idéia de que a punição e/ou a repressão não eram tão eficiente aos propósitos da ordem quanto, até então, parecia. Combater a criminalidade através da consciência dos possíveis criminosos passaria a atingir maiores resultados do que as punições previstas em lei. A sutileza do sistema de recreio ativo e organizado, no combate ao crime e aos “maus hábitos” higiênicos, sanitários e morais do operariado, estava justamente, nesse sofisticado mecanismo de controle social.

É interessante notar similaridades entre a “política expressiva” de Anhaia Mello e o projeto de cidade de Ebenezer Howard, referência em termos de planejamento urbano para este engenheiro-arquiteto. Ao tratar das singularidades administrativas das cidades-jardins, Howard, faz referência à participação popular em trabalhos em favor da comunidade, assim como à possibilidade da implementação de empresas semimunicipais, – nem municipal, nem particular, – e trabalha com o termo “opção local”, vinculando-o à questão da abstinência do álcool.

¹⁶⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

Tomando como princípio a municipalidade ser a única proprietária das terras da cidade-jardim, afirmava que esta teria meios de intervir drasticamente na proibição do comércio de bebidas alcoólicas. No entanto, ele não considerava esta medida a melhor a ser adotada porque:

“[...] tal restrição manteria afastada uma classe muito grande e crescente de moderados em uso do álcool, e também manteria afastados os bebedores pouco moderados, os que os reformadores estariam ansiosíssimos por trazer para as influências saudáveis que os envolveriam na Cidade-Jardim”¹⁷⁰.

Assim, a cidade-jardim seria um ambiente de regeneração dos maus hábitos causados pelo uso excessivo de bebidas alcoólicas, oferecendo maiores atrativos ao restabelecimento de uma vida “saudável”, por meio de oportunidades de lazer “baratas e racionais”, o que dificultaria o caminho a ser feito até a taberna. Desta forma, a melhor solução seria permitir o comércio controlado de bebidas, porque não afastaria estes consumidores do ambiente propício à abstinência do álcool. Com a proibição, o problema do alcoolismo apenas se afastaria dos limites da cidade-jardim, que tinha como um de seus atributos o desenvolvimento de uma vida feliz e saudável, longe das patologias da cidade industrial moderna.

Entretanto, Howard destacava que a comunidade teria que se precaver contra a proliferação indevida de tabernas licenciadas. Essa prevenção poderia ocorrer tanto no controle da municipalidade sobre esse comércio, empregando os lucros destes estabelecimentos na diminuição dos impostos pagos pelos cidadãos, ou aplicando o dinheiro, ganho com a venda de bebidas alcoólicas, em mecanismos que amenizassem seus efeitos maléficos, como centros de recuperação de alcoólatras.

Anhaia Mello utiliza o mesmo mecanismo de Howard, que ao invés de proibir a venda de bebidas alcoólicas nas cidades-jardins sugeria o seu comércio controlado, para manter por perto os mais necessitados das influências “benéficas” deste espaço propenso a uma “vida saudável”. Ele recorre à mesma estratégia argumentativa do inglês Howard; de que seria mais eficiente permitir, e dessa forma controlar as variáveis do problema, do que proibir e colocar-se alheio ao conhecimento sobre o modo de atuação daquilo que se

¹⁷⁰ HOWARD, Ebenezer, *op. cit.*, p.157.

desejava combater. Assim se constituía a “política expressiva”, uma estratégia de atuação social que teoricamente obedece à formulação de François Béguin de que a intervenção na vida das camadas populares é mais eficiente quando age no intuito de “[...] não proibir nada, mas substituir o que servia de suporte aos maus hábitos por um ambiente que consolide os bons hábitos”¹⁷¹.

O desejo de tornar normais e equilibrados os impulsos humanos, grande propósito da “política expressiva” do recreio ativo e organizado, além de servir, de modo eficiente, à promoção de um discurso médico sobre a normalidade, também atuava na valorização do modo de vida burguês. Uma vez preocupado em formar “cidadãos melhores”, esse sistema de lazer auxiliava na construção da definição dos “maus cidadãos”. O sistema de recreio de Anhaia Mello, que procurava combater a criminalidade através de hábitos de vida saudáveis, do contato com a natureza e do aumento da sociabilidade entre os habitantes da cidade, disseminava o modo de ser e viver burguês por meio de “práticas positivas”, que visavam tornar os operários produtivos no trabalho e socialmente, através da idéia de melhoria em sua qualidade de vida. Do mesmo modo como a educação higiênica tinha como um de seus propósitos prolongar a vida útil dos trabalhadores, Anhaia Mello, que desejava proporcionar à população uma vida mais “saudável”, também objetivava este fim.

¹⁷¹ BÉGUIN, François, *op. cit.*, p.48.

II.1. *Uma nova concepção de lazer*

“A ociosidade nega o trabalho, o lazer o supõe”.

Joffre Dumazedier¹⁷²

Anhaia Mello, quando defendia a idéia de que as cidades modernas necessitavam de um sistema de recreio ativo e organizado, referia-se a uma breve análise da história dos parques urbanos, afirmando que:

“O conceito de 'parque' tem evoluído muito.

Antes de 1900 era considerado como luxo, espaço perdido.

Passou depois a ser problema estético, de paisagismo [...] ou de jardim formal.

[...] Eram destinados ao recreio passivo, contemplativo, da população.

Isso é hoje uma velha idéia. Hoje, em regra, são os parques áreas de recreio ativo e organizado para todas as idades e classes da população”¹⁷³.

O modo como descreve o percurso evolutivo dos parques urbanos até sua adequação aos objetivos do lazer dirigido é bastante representativo do conteúdo da proposta de sistema de lazer que desejava implantar na cidade de São Paulo. Apenas no século XX os parques urbanos passaram a ter uma utilidade no espaço da cidade, de acordo com Anhaia Mello, embora ainda estivessem conceitualmente ligados a preocupações estéticas. A modernização dos espaços urbanos seria responsável por uma mudança de postura nesses espaços públicos, que significava o emprego “útil” do período de descanso da jornada de trabalho. Freqüentar os parques não garantia o aproveitamento desta experiência, fazia-se necessário que ela se ligasse a propósitos definidos, como a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de atividades educativas, no caso desses lugares abrigarem a função de zoológico ou reserva florestal.

Entretanto, a defesa da presença da funcionalidade nesses espaços verdes antecede Anhaia Mello nas discussões do urbanismo paulistano. No ano de 1911, em seu artigo “Melhoramentos de S. Paulo”, Victor da Silva Freire manifesta sua preocupação com a

¹⁷² DUMAZEDIER, Joffre. “Sociologia do Lazer”. In: *Sociologia Empírica do Lazer*. Tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg. – São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999. – (Debates; 164).

¹⁷³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.147.

distribuição de espaços verdes na cidade, salientando a experiência inglesa das cidades-jardins. Devido a isso, afirma que:

*“[...] nasceu a noção atual dos ‘sistemas de parques’, denominação técnica já consagrada e que exprime para cada cidade, a forma por que ela satisfaz a necessidade da distribuição de ar puro, luz, repouso e recreio ao melhor das suas forças vivas, as suas crianças. E não é só. É a salubridade moral que se procura também obter”*¹⁷⁴.

Freire atribui pertinência aos sistemas de parques não somente por propiciarem restabelecimento do contato com a natureza, mas a obtenção da salubridade moral, objetivos presentes na proposta de lazer de Anhaia Mello. Em certa medida, Freire já esboçava os objetivos dos espaços verdes na sociedade industrial moderna, apontando para o restabelecimento das “forças vivas” dos cidadãos, fator necessário para restabelecer o desgaste físico e emocional durante as jornadas de trabalho.

Entretanto, o que para Anhaia Mello significava “espaço perdido” poderia ser bastante útil às formas de sociabilidade de seu período histórico, que estavam voltadas a outras finalidades, diferentes daquelas entendidas como úteis no começo do século vinte. Em seu livro, *Ao amor do público: jardins no Brasil*¹⁷⁵, Hugo Segawa analisa a história dos jardins públicos, falando sobre as possíveis razões de sua origem e do início de sua implantação no Brasil, destacando as ressignificações culturais e sociais ocorridas neste espaço.

Ao sugerir que o jardim era o antídoto da praça, este autor trabalha com as mudanças no comportamento social das pessoas que freqüentavam as praças medievais para aquelas que passaram a usufruir dos jardins públicos do século XVIII, afirmando que “[...] da concentração complexa e caótica da praça [medieval] buscou-se a concentração organizada e elegante dos jardins”¹⁷⁶. Na análise de Segawa a existência de um processo disciplinador do público freqüentador dos jardins, já caracterizava sua finalidade social, o que se contrapõe à argumentação de Anhaia Mello, quando este se refere ao jardim como “espaço perdido”.

¹⁷⁴ FREIRE, Victor da Silva, *op. cit.*, p.132.

¹⁷⁵ SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

¹⁷⁶ SEGAWA, Hugo, *op. cit.*, p.49.

Para Segawa a história dos espaços verdes destinados ao lazer seria representativa das mudanças culturais ocorridas na cidade no decorrer do tempo. Sendo assim, o que para Anhaia Mello eram atividades contemplativas, em que contemplação adquire um sentido pejorativo por estar vinculado à idéia de inutilidade, o que justificava afirmar que o recreio havia progredido do estado contemplativo ao ativo, para Segawa significavam formas bastante ativas de expressão de regras de sociabilidade.

Ao afirmar que “Em fins do século 18: A natureza não era só bela [contemplativa], era moralmente benéfica”¹⁷⁷, Segawa atribui aos espaços verdes deste século uma das funcionalidades presentes na proposta de lazer de Anhaia Mello e também no artigo de Victor da Silva Freire, destacando que já naquele período a natureza constituía um remédio para a regeneração moral. A sociabilidade configurava outra finalidade social dos jardins:

*“Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades [...] mostrar filhas a procura de maridos, homens finos admirando e fazendo corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais - com tácita concordância entre seus praticantes - [...] tinham um palco magnífico nos jardins públicos”*¹⁷⁸.

Desta forma, as atividades que Anhaia Mello considerava recreio passivo, os jogos sociais de “ver e ser visto”, abrigavam uma série de códigos de sociabilidade que, em certas ocasiões, poderiam aparentar passividade, como no caso das moças à procura de maridos. No entanto, a aparente falta de ação dessas moças, uma vez que o que elas faziam era apenas se exibir para que fossem notadas pelos futuros pretendentes, desconsidera a intencionalidade do exibir-se, da seleção dos rapazes através do modo como se vestiam, se comportavam e até mesmo do jardim que freqüentavam. Richard Sennett, em seu *livro O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*¹⁷⁹, considera que tais espaços públicos eram como um palco, onde os cidadãos urbanos atuavam. Sendo assim, para Anhaia Mello, os parques eram inúteis ou espaços de recreio passivo se não objetivassem o preparo para a vida nos grandes centros urbanos industriais.

¹⁷⁷ SEGAWA, Hugo, *op. cit.*, p.24.

¹⁷⁸ SEGAWA, Hugo, *op. cit.*, p.46.

¹⁷⁹ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. – São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

A idéia de inutilidade também poderia derivar da diferença em relação ao público freqüentador desses espaços. Segawa discute como o jardim historicamente foi se tornando um espaço público elitizado, na medida em que se desvinculou da concepção medieval de praça. Segundo ele:

*“A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento era o ponto de convergência de tudo o que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de extraterritorialidade no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo tinha sempre a última palavra”*¹⁸⁰.

Destaca que a praça medieval e a renascentista eram locais em que o povo se reunia, onde variadas formas de conduta social eram aceitas. Sendo assim, ao passo que o jardim tornou-se antítese da praça, este espaço se “sofisticou”, iniciando um processo de elitização. Seja através dos códigos de conduta moral, necessários para se relacionar socialmente nas dependências do jardim, seja pelo esforço em disciplinar o comportamento de seus usuários, com um “Regulamento para o serviço e polícia no Bosque”¹⁸¹, estes locais deixaram de abrigar todas as idades e classes sociais. Com o tempo, foi necessário aos seus freqüentadores o acesso a todo um conjunto de saberes para que ficassem aptos a decodificar os jogos de sociabilidade ali presentes. Contudo, a preocupação demonstrada por Anhaia Mello em garantir que a população freqüentasse os espaços públicos de recreação, viabilizando o acesso a esses locais, não estava pautada em um retorno à concepção da praça medieval e renascentista, pois o recreio ativo e organizado não compreendia variadas formas de sociabilidade, ao contrário, desejava a padronização dos hábitos culturais.

O dispositivo disciplinador das áreas verdes destinadas ao lazer também tiveram relação com o processo de urbanização, é o que afirma Richard Sennett ao analisar os casos de Paris e Londres. Estas cidades ganharam uma nova organização espacial decorrentes de um grande incêndio no século XVII, em Londres no ano de 1666 e em Paris em 1680. Sennett considera que a partir desses incidentes estas cidades reformularam seus espaços públicos. As novas praças parisienses não foram concebidas para agregar uma multidão;

¹⁸⁰ SEGAWA, Hugo, *op. cit.*, p.33.

¹⁸¹ SEGAWA, Hugo, *op. cit.*, p.200.

proibiu-se nesses espaços barracas, comércio de rua, acrobatas, as estalagens¹⁸². Sennett considera essas medidas como parte da refuncionalização desses espaços públicos:

“As praças medievais e renascentistas eram zonas livres em Paris, em oposição à zonas controladas das casas. As praças monumentais do princípio do século XVIII, ao restaurarem a aglomeração populacional na cidade, reestruturaram também a função da massa, pois mudou a liberdade com que as pessoas podiam se reunir. A reunião de uma multidão se tornou uma atividade especializada; acontecia em três locais: no café, no parque para pedestres e no teatro”¹⁸³.

Desta forma, considera que a praça como antigo local de encontro, de múltiplos usos, havia sido substituída em Paris por um espaço tomado como monumento em si mesmo e em Londres como um museu da natureza. A possibilidade de uma reestruturação na organização espacial da cidade propiciou a ressignificação dos espaços de lazer, um processo que em certa medida se assemelha à lógica de planejamento do lazer moderno, que não se baseava em intervenções em espaços desenvolvidos na cidade para este fim, mas objetivava criá-los e, assim como as praças parisienses e londrinas, abrigavam tipos determinados de sociabilidade.

A escassez de áreas urbanas com disponibilidade para se tomarem parques e lugares de recreio, questão relevante ao projeto de recreio ativo e organizado, relacionava-se com o acelerado processo de urbanização das cidades industriais modernas. No artigo sobre sua proposta de lazer, Anhaia Mello ressaltava que:

“Não há mais terreno ao lado das habitações, não há mais campos, bosques naturais ao alcance do urbanita.

As cidades são ruas empedradas [...].

[...] O problema do recreio, da reserva de espaços livres, é pois, um problema nacional [...] assim devemos considerá-lo”¹⁸⁴.

O adensamento populacional devido ao processo de industrialização e a falta de controle sobre o crescimento das cidades, problemas que, como já foi dito, fundamentam o pensamento urbanístico de Anhaia Mello, são característicos da cidade moderna, ao menos na proporção que se apresentavam nas análises deste engenheiro-arquiteto. Segundo

¹⁸² SENNETT, Richard, *op. cit.*, p.75.

¹⁸³ SENNETT, Richard, *op. cit.*, p.76.

¹⁸⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.147.

Segawa, fosse devido a um incêndio, como o que ocorreu com as "squars" inglesas, fruto das áreas ocupadas após o incêndio de 1666 e representativas de um novo tipo londrino de praça, ou em decorrência de uma reforma urbana, a questão da disponibilidade de espaço não era tão significativa, na Idade Média ou no Renascimento. O mesmo não se pode dizer para o período em que Anhaia Mello deseja implantar seu sistema de lazer, preocupado com a falta de áreas livres até mesmo nos limites das habitações. Desta forma, as áreas de recreio precisavam ser cirurgicamente implantadas para atender às necessidades da população quanto ao contato com a natureza e ao convívio social harmônico, daí a preocupação com sua organização.

Havia, portanto, uma ligação entre o surgimento das cidades industriais modernas e a necessidade de se pensar formas de lazer organizadas pelo poder público. Os sistemas de recreio deveriam ser envolventes em relação às atividades que ofereciam, pois precisavam atrair a população para as suas dependências, numa tentativa de obter sucesso em seus propósitos sociais. Seja pela falta de disponibilidade espacial ou de hábitos culturais que valorizassem formas “adequadas” de lazer, distantes de comportamentos que incitassem ao desvio da “boa conduta”, era importante a implementação planejada de um sistema de recreio. A reserva de espaços para as atividades de lazer era considerada, por Anhaia Mello, um problema nacional devido à sua responsabilidade futura, pois, “Quando, em futuro não remoto, se adensarem as populações, essas áreas prestarão ainda maiores serviços, reservadas que estão ao uso e gozo das futuras gerações”¹⁸⁵. Devido a isso, a artificialidade da implantação desse sistema de lazer necessitava de políticas de estímulo à utilização de seus espaços.

A inutilidade dos espaços de lazer que antecederam sua concepção moderna é decorrente de um olhar que não reconhece no passado uma lógica de funcionamento social diferente da existente no presente. Anhaia Mello não dissociava a idéia de utilidade desses espaços verdes da sua proposta de reforma social. Sendo assim, os jardins públicos destinam-se ao lazer contemplativo porque, entre outros motivos, não tinham uma “missão social” definida, ao contrário do lazer dirigido, que se voltava à manutenção da estabilidade social através da inclusão das camadas pobres no espaço da cidade e de seu ajustamento ao funcionamento da sociedade industrial.

¹⁸⁵ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.149.

A concepção de lazer de Anhaia Mello atende à significação moderna da palavra lazer, a qual coincide com a formação da sociedade industrial moderna. O lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial¹⁸⁶, conclui o sociólogo francês Joffre Dumazedier. Para este autor, o tempo “fora-do-trabalho” sempre existiu historicamente, mas o que o diferencia do “tempo livre” da sociedade industrial é seu desligamento dos rituais sociais, passando a obedecer a lógica do trabalho nas fábricas. Em seu livro *Sociologia Empírica do Lazer*, afirma que desde o surgimento da sociedade industrial, os pensadores sociais do século XIX previram a importância do lazer ou, antes, do “tempo liberado” pela redução da jornada de trabalho. Sendo assim, ele afirma que:

“Em certos textos, Karl Marx, considera o trabalho em si como a necessidade primeira do homem. Ele especifica, alhures, que somente a apropriação coletiva da máquina possibilitará a conquista de um tempo livre, ‘espaço do desenvolvimento humano’, que findará por humanizar o trabalho. Segundo ele, é este tempo liberado do trabalho que deveria possibilitar a superação da atual antinomia do trabalho e do lazer com vistas à realização do Homem Total. [...] Sabe-se que A. Comte e C. Proudhon diferem de K. Marx em sua concepção da sociedade futura, porém todos atribuíram a mesma importância à conquista do lazer pelo progresso técnico e pela emancipação social. Todos associaram o desenvolvimento do lazer ao progresso da cultura intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade”¹⁸⁷.

A valorização do lazer na sociedade moderna está estritamente ligada à diminuição da jornada de trabalho, porque estabelece um paralelo entre o “tempo disponível” e a ociosidade. Ao mesmo tempo que era discutida a importância do “tempo livre” para a construção moral e social do trabalhador, o lazer passa a constituir, juntamente com o trabalho, um componente de realização do “Homem Total”. Segundo Dumazedier, os reformadores sociais se perguntavam sobre as consequências da obtenção do “tempo livre”, se seria “[...] utilizado para florescimento ou para a degradação da personalidade”¹⁸⁸.

O “florescimento” da sociedade estava relacionado com a manutenção e/ou incentivo do funcionamento da sociedade industrial. No período histórico em que Anhaia

¹⁸⁶ DUMAZEDIER, Joffre, *op. cit.*, p.26.

¹⁸⁷ DUMAZEDIER, Joffre, *op. cit.*, p.21.

¹⁸⁸ DUMAZEDIER, Joffre, *op. cit.*, p.21.

Mello propõe o recreio ativo e organizado, os trabalhadores das fábricas já haviam conquistado alguns benefícios em relação à redução da jornada de trabalho, assim como alguns direitos trabalhistas como o pagamento das horas extras, saindo então de um regime que monopolizava suas energias vitais. Paralelamente à “humanização” das jornadas de trabalho, iniciou-se um processo de controle sobre sua capacidade produtiva. Hannah Arendt, em seu livro *A Condição Humana*¹⁸⁹, considera que a intenção do homem em atuar sobre os processos da natureza, numa escala em que esta não é apropriada apenas para suprir suas necessidades de sobrevivência, faz com que o trabalho exija um empenho que supera a capacidade de realização humana. O trabalho consome o ser humano a partir do momento em que ele passa a ser a sua vida, deixando de apenas fazer parte dela. Assim, esta autora acredita que:

*“[...] a luta que o corpo humano trava diariamente para manter limpo o mundo e evitar-lhe o declínio tem pouca semelhança com feitos heróicos; a persistência que ela requer para que se reparem, dia a dia, os danos de ontem, não é coragem, e o que torna o esforço tão doloroso não é o perigo, mas a implacável repetição”*¹⁹⁰.

Os diferentes processos de especialização do trabalho humano e a adequação à idéia que o tempo equivale a dinheiro fizeram com que o homem deixasse de ter controle sobre sua vida produtiva. Edward Thompson, em seu livro *Costumes em Comum*¹⁹¹, no capítulo “Tempo, disciplina de trabalho e capital industrial”, afirma que, quando os homens tinham controle sobre sua vida produtiva, aliavam ao trabalho momentos de ociosidade, entretanto, “Numa sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’”¹⁹².

Concomitante à questão da melhoria das condições de trabalho, ocorria a discussão sobre os problemas ambientais decorrentes do funcionamento das fábricas e os parques urbanos passaram a representar o “pulmão” da cidade por possibilitarem o controle dos elevados índices de enfermidade entre trabalhadores urbanos, evitando custos econômicos ocasionados pela perda temporária ou definitiva da força de trabalho. Como uma primeira

¹⁸⁹ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. – 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

¹⁹⁰ ARENDT, Hannah, *op. cit.*, .112.

¹⁹¹ THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁹² THOMPSON, E. P., *op. cit.*, p.298.

função dos parques para a cidade industrial moderna, Camilo Sitte, em seu artigo “O verde na metrópole”¹⁹³ chama a atenção para o fato de que “Sem recorrer à natureza, a cidade seria uma calabouço fétido, e sob esse ponto de vista o sentimento popular tem toda a razão: ‘Quanto mais melhor’”¹⁹⁴. O verde supera sua importância estética, na leitura deste autor, estendendo seus benefícios à obtenção da boa saúde e ao “êxtase do espírito”. Sendo assim, estes espaços verdes em meio à cidade exerceram um importante papel no processo de obtenção de um controle político e científico do meio, organizado pelo poder público, no século XIX, que visava, segundo Michel Foucault, a medicalização da sociedade.

Segundo este autor, “A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”¹⁹⁵. Assim Foucault desconstrói o percurso da fala especializada destacando que a formação de um saber científico sobre a cidade partiu da análise da repercussão dos efeitos do meio sobre seus habitantes, ao contrário do que seria esperado, uma conformação do meio ao bem estar de quem nele vive. A presença do verde nas cidades industriais modernas fez parte da constituição do discurso sanitário não devido à “descoberta” de sua atuação benéfica à saúde dos cidadãos, mas tornou-se objeto de estudo a partir do olhar desse campo de conhecimento em formação.

Devido a isso, desenvolveu-se um conjunto de saberes que fundamentavam o estímulo aos hábitos higiênicos, em especial entre a classe operária. Segundo Foucault, “[...] a medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização”¹⁹⁶. Com o desenvolvimento da psicologia, os métodos de higiene ganham reforço científico e passam a ser aplicados no corpo, atingindo a mente, para garantir a preservação da normalidade do convívio social.

¹⁹³ SITTE, Camilo. “O verde na metrópole”. In: *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo – Editora Ática S.A., 1992. Este ensaio foi anexado ao livro, na forma de apêndice, no ano de 1908.

¹⁹⁴ SITTE, Camilo, *op. cit.*, p.167.

¹⁹⁵ FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do Poder*. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.92.

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”, p.93.

Os parques urbanos passam a atender a essa nova proposta de controle social, adequando-se aos ideais do *Reform Park*, definição utilizada por Galen Cranz, em seu livro *The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America*¹⁹⁷, para espaços públicos, que através do discurso de “humanização” da vida nas grandes cidades, atuavam no controle dos hábitos comportamentais das camadas pobres da população. Estes espaços eram dedicados ao lazer operário e faziam parte de uma estratégia de intervenção social originada no século XIX que desejava formar homens totalmente previsíveis, como destaca Stella Bresciani, em seu artigo “Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”¹⁹⁸:

*“A higienização dos bairros operários, a vigilância de suas casas e de seus hábitos, a edificação da família nuclear enclausurada no lar, protegida da presença de pessoas estranhas; o trabalhador constante e dedicado na fábrica, [...] um percurso de casa ao trabalho, e vice-versa, sem interrupções no bar e no cabaré; o tempo de folga bem utilizado nos afazeres domésticos, nos esportes saudáveis, na igreja, na escola dominical ... Tal é a projeção do fantástico trabalhador infatigável requerido pelo sistema produtivo ininterrupto na sociedade do trabalho”*¹⁹⁹.

O *Reform Park* atendia não apenas a esse desejo de padronização cultural das camadas populares desfavorecidas economicamente, mas fazia parte do projeto assistencialista do governo norte-americano em decorrência da política inclusiva do “New Deal”, por se voltar ao lazer das massas. A proposta de Anhaia Mello é um desdobramento desta experiência, tanto no aspecto assistencialista, quanto na organização espacial.

Com o propósito de oferecer a oportunidade do trabalhador gastar adequadamente o seu “tempo para o lazer”, expressão que segundo Granz surgiu no Estados Unidos pela primeira vez na *Recreation Magazine*, em 1907, Anhaia Mello inaugura, no bairro Ipiranga, o primeiro Parque Infantil da cidade de São Paulo, durante o breve período que esteve no governo municipal. Repetiu a mesma iniciativa no bairro da Lapa, explicitando seu interesse pelos bairros operários. Suas novas incursões em relação ao recreio ativo e

¹⁹⁷ CRANZ, Galen. *The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in América*. Cambridge: The Mit Press, 1982.

¹⁹⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.6 no. 11, set.1985/fev.1986.

¹⁹⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”, p.30.

organizado aconteceram na administração municipal de Fábio Prado, devido à sua participação no Departamento de Cultura, como destaca Carlos Augusto da Costa Niemeyer, em seu artigo “Do Velódromo aos Parques Infantis – Paradigmas e Contradições na Produção Social dos Espaços Lúdicos em São Paulo”²⁰⁰. Desta forma, Anhaia Mello obteve considerável sucesso quanto à implantação de sua proposta de lazer e pode realizar sua vontade de tornar mais humana a vida na capital paulista.

II.2. A formação do “cidadão útil à pátria”

A concepção de espaço útil estava ligada ao seu aproveitamento para fins produtivos, no caso, tornar os trabalhadores urbanos mais dispostos para o trabalho nas fábricas. O lazer renovaria as energias gastas durante a jornada de trabalho através de atividades lúdicas, que estivessem diretamente associadas ao prazer. Assim, os parques idealizados por Anhaia Mello compreendiam uma infra-estrutura pensada para este fim, com os equipamentos que ele costumava chamar de “arsenal do recreio ativo e organizado”.

No artigo sobre sua proposta de lazer, Anhaia Mello não utiliza croquis para definir a organização desses espaços, uma postura habitual, mas deixa bem clara sua concepção sobre como eles deveriam se constituir, uma vez pertencentes à cidade. Mais uma vez recorre aos Estados Unidos, referindo-se à “perfeita” organização dos sistemas de recreio municipal deste país, e apresenta a estrutura que considerava ideal aos espaços de lazer dirigido. Desta forma, detalha o funcionamento das unidades dos sistemas norte-americanos:

“I. Playgrounds (áreas de brinquedo), que são de dois tipos principais:

a) - o "play-lot" ou "kindergarten playground", para crianças até 5 anos de idade;

b) - "neighborhood playground" ou área de brinquedo distrital, para crianças até 12 ou 14 anos de idade.

²⁰⁰ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. “Do Velódromo aos Parques Infantis – Paradigmas e Contradições na Produção Social dos Espaços Lúdicos em São Paulo”. In: *Desenhando a Cidade do Século XX*. Maria Lucia Cairra Gitaby (org.). Fapesp – RiMa, 2005.

[...] II. O Playfield, ou área de jogos organizados, para idades superiores a 14 anos.

III. Tipos diversos de recreio ativo:

- a) Margens de rios e lagos ou praias;
- b) Campos de golf;
- c) Campos de atletismo e estádios
- d) Acampamentos municipais [...];
- e) Piscinas de vários tipos;
- f) Community club houses;
- g) Teatros ao ar livre e outros.[...]

IV. Áreas em que a paisagem é característica dominante:

- a) Ovais, triângulos, círculos e mais jardinetes centrais;
- b) Neighborhood Parks ou Parques urbanos;
- c) Grandes parques de periferia;
- d) Parques exteriores e reservas florestais, Estaduais e Nacionais.

V. Áreas de paisagem dominantes, mas de fins educativos:

- a) Jardins botânicos e zoológicos.

VI. Áreas de ligação dessas unidades:

- a) “Parkways” e “Plesure-drives”.

Essas unidades do sistema estão quase sempre associadas, afim de oferecer recreio, num mesmo sítio, a pais e filhos, de diferentes idades”²⁰¹.

Anhaia Mello salienta, no decorrer de sua exposição, a diferença entre a palavra “neighborhood” e “community”. A primeira significava um grupo de famílias vivendo próximas e em harmonia, uma extensão social da personalidade, a última referia-se a um grupo social auto-suficiente, em que os indivíduos estavam ligados por interesses comuns e sujeitos às mesmas leis. Desta forma, as estruturas do sistema de recreio ativo e organizado obedeciam a estas duas escalas de formação social, algumas delas dedicadas a um grupo menor de pessoas, a vizinhança, outras abrangendo a escala comunitária.

Há a preocupação de especificar todas as áreas de lazer pertencentes ao sistema de recreio ativo e organizado, ressaltando o público para qual cada uma delas se destinava,

²⁰¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.148.

com uma nítida separação entre as atividades infantis e aquelas direcionadas aos adultos. Num procedimento mais sofisticado, a separação etária segmentava estes dois grupos de usuários. O desejo de unir todos os membros da família operária se transfigurava numa diversificada opção de cenários que, em certos momentos obedeciam a fins educativos, ou mesmo a fins “contemplativos”, no qual a bela paisagem é o elemento dominante, embora o contato com a natureza, neste caso, tenha o firme propósito de elevar os ânimos para o cotidiano na cidade industrial.

O lazer dirigido se estabelece na cidade com propósitos muito bem definidos, motivo pelo qual Galen Cranz o chamou de *Reform Park*. Este autor afirma que seu interesse pela pesquisa da história dos parques urbanos dos Estados Unidos foi motivado pelo estado de abandono que eles se encontravam na década de 60. Sendo assim, percorre uma trajetória mapeando os diversos usos destes espaços urbanos em diferentes momentos da História dos Estados Unidos e considera que o sistema de lazer dirigido existente neste país durante a década de 30 do século passado voltava-se para a Reforma Social. Sua análise sobre os *Reform Parks* baseia-se no contraste com aquilo que define como *Pleasure Grounds*, os “parques inúteis” de Anhaia Mello. Assim, destaca que os *Reform Parks* diferenciavam-se dos *Pleasure Grounds* devido ao propósito de organização do lazer, mas se assemelhavam a estes por manter em paralelo as funções de preservar o ar puro e os benefícios da paisagem para a fluência do pensamento²⁰², as quais Anhaia Mello costumava responsabilizar por manter “normais” os “impulsos humanos”.

Os *Reform Parks* descritos por Galen Cranz são os citados por Anhaia Mello em seu artigo sobre o recreio ativo e organizado não apenas pela aproximação entre suas estruturas, mas, principalmente, no que se refere à idéia fundante desses espaços, direcionados para o combate à ociosidade, que com a diminuição da jornada de trabalho passou a representar uma ameaça para a sociedade. Além disso, possuíam o mesmo público alvo, as crianças e os adultos da classe trabalhadora. Cranz destaca que o discurso que estruturava esta forma de lazer apoiava-se na idéia de satisfação plena do ser humano. Para homens trabalhadores, esportes organizados garantiriam seu acesso a um complemento necessário para uma experiência humana plena, pois o trabalho dos escritórios e fabricas era percebido como rotineiro e repetitivo. Afirma que, ironicamente, o substituto para a perda da satisfação com

²⁰² CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.61.

o trabalho criativo foi especializar a recreação da mesma forma que o trabalho, ao invés de tentar valorizar os aspectos humanos das atividades. Da mesma forma, as escolas infantis eram moldadas à imagem das instituições econômicas, e a brincadeira era igualmente rotinizada²⁰³.

Tanto os *Reform Parks* quanto o sistema de lazer de Anhaia Mello, deveriam ser financiados pelo poder público, pois constituíam uma forma de lazer que atendia as “massas”, abrangendo um público diversificado, mas direcionado às camadas economicamente menos favorecidas. As aproximações não cessam, Granz destaca que crianças não supervisionadas prometiam riscos à sociedade, assim, muitos reformadores norte-americanos usaram a vulnerabilidade infantil como argumento para a implantação desses sistemas de recreio. Eles apontavam para as taxas de morte de crianças na estação quente para chocar o público e conseguir apoio. Pela primeira vez, segundo este autor, as crianças se tornaram um foco distinto e importante para o planejamento de parques. O movimento dos *Reform Parks* originava-se, em parte, do movimento dos playgrounds do fim do século XIX²⁰⁴, equipamentos de lazer para a faixa etária de até 14 anos, de acordo com as especificações de Anhaia Mello. Este, como já foi dito, tem como uma de suas maiores preocupações as crianças; é por elas que se lamenta ao olhar para a falta de espaços verdes de recreação nos bairros industriais de São Paulo e são a causa da separação das vias da “cidade celular”, entre rápidas e internas ao núcleo residencial, numa tentativa de diminuir o índice de atropelamentos. Segundo Granz, os reformadores sociais norte-americanos se referiam às ruas em relação às crianças da mesma forma que falavam da ação do álcool e do jogo na vida do adulto, alertando que a cada ano sua atração crescia de forma mais forte, seu fascínio se tornava irresistível e a vida era sugada por eles”²⁰⁵.

Outro aspecto que caracterizaria a proposta de lazer de Anhaia Mello como *Reform Park* era a convicção de que as brincadeiras deveriam ser orientadas. Este engenheiro-arquiteto afirma em seu artigo sobre o recreio ativo e organizado:

“É preciso dirigir, com inteligência e carinho, essa arma poderosa de educação, para que produza todos os seus efeitos.

²⁰³ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.62.

²⁰⁴ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.p.62-3.

²⁰⁵ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.80.

Assim como não basta dar um livro a uma criança, para que aprenda a ler, não se pode abandoná-la no playground, para que aprenda a brincar.

E não é apenas uma questão de fiscalização, mas de orientação.

Não é portanto serviço para guardas, de boné e bastão, mas para especialistas.

Há nos Estados Unidos, escolas de recreio para a formação de diretoras e diretores de recreio, os “playground leaders”.

Chicago, que é a primeira cidade americana em matéria de recreio mundial, estabeleceu no “Chicago Normal College” um curso especial, de três anos de estudos, para formar diretores de recreio.

Esse curso consta de uma série de estudos teóricos sobre psicologia, pedagogia, música e arte dramática e uma parte prática de jogos, ginástica, danças e trabalhos manuais.

Não basta ainda que cada playground tenha seu diretor; é preciso criar um departamento centralizador dessas atividades, dirigido também por um perito, apaixonado por esses problemas da moderna sociologia urbana²⁰⁶.

Anhaia Mello faz referência à formação de profissionais de recreação na cidade de Chicago e Cranz estuda os *Reform Parks* desta cidade. A orientação durante as atividades de lazer não tinha o intuito de caracterizar vigilância, mas segue a linha da “política expressiva”, atuando no estímulo a atividades que promovessem comportamentos socialmente desejáveis. Em relação à Chicago, Granz afirma que houve pouco debate sobre o propósito deste novo tipo de parque. Aqueles que acreditavam que era, primeiramente, um lugar diferente das ruas, onde as crianças iriam para brincar ou praticar atividades físicas espontâneas, deram lugar a uma opinião majoritária de que esses parques deveriam ser lugares para brincadeiras organizadas.

Ao invés de debate, houve a mudança de foco da brincadeira para a organização em si mesma²⁰⁷. Líderes de parques consideravam a brincadeira, seja espontânea ou supervisionada, como um instinto natural que, se bloqueado, encontraria escape num “comportamento desviante”. Profissionais concordavam que brincar era instintivo, mas sustentavam que os jogos deviam ser ensinados. O “playground” então provia não só um

²⁰⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.159.

²⁰⁷ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.p.65-6.

espaço para o instinto de brincar, mas também um lugar para a aprendizagem e o ensinamento de conteúdo social através dos jogos²⁰⁸. Sendo assim, eles procuravam garantir uma completa expressão da vida em comunidade e a socialização dos seus freqüentadores, residentes em um núcleo comum, os “neighborhoods”, difundindo os valores norte-americanos²⁰⁹.

Anhaia Mello descreve os “playgrounds” como espaços que deveriam conter:

“[...] grandes caixas de areia, gangorras, trapézios, barras fixas, balanços de toda a ordem, os bancos giratórios, os deslizadores e esse variadíssimo arsenal de brinquedos que qualquer catálogo das casas especialistas no assunto, a Everwear, a American Playground Device, a Laman, a Mitchell e outras, traz descrito com detalhes”²¹⁰.

Além de reforçar seu grande investimento nas crianças, oferecendo-lhes um espaço tão equipado, demonstra seu acesso a periódicos norte-americanos especializados em lazer. Desta forma, o recreio ativo e organizado se constrói como proposta urbanística a partir de toda uma carga de discussão, que não somente define o público do lazer dirigido, através de uma política assistencialista fundamentada numa atitude paternalista frente às camadas pobres da população, mas também divulga a configuração para tornar os espaços de lazer mais atraentes e, conseqüentemente, mais populares. Esses são uns dos motivos pelos quais Anhaia Mello dedica toda uma parte do seu artigo para as “piscinas públicas”, que se destacavam na preferência do público dos “playgrounds”. Assim, afirma que:

“Uma das unidades mais atraentes, e mais eficientes, do sistema de recreio, é a piscina.

A natação é um dos exercícios mais saudáveis.

Uma piscina, porém, não é um simples tanque cheio d’água, mas requer cuidados especiais. Se não for usada com precauções, não há meio mais adequado para a transmissão de certas enfermidades”²¹¹.

Como forma de evitar os inconvenientes do mau uso desse equipamento do recreio ativo e organizado, Anhaia Mello recorre à experiência norte-americana, citando um estudo

²⁰⁸ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.66.

²⁰⁹ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.68.

²¹⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.159.

²¹¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.158.

de 1925 da *American Public Health Association*, que definiu normas para a utilização nas piscinas públicas naquele país. Este regulamento previa “[...] carga limite de banhistas – 20 pessoas por 100 galões de água – a frequência da desinfecção, a cloração, a acidez ou a alcalinidade da água, a temperatura, a quantidade de bactérias [...] e outras disposições”²¹².

Em seu artigo, destaca apenas a popularidade das piscinas e o benefício da natação como um exercício físico completo, embora manifeste sua preocupação com os aspectos higiênicos envolvidos nessa atividade. Por sua vez, ao analisar o papel das piscinas no *Reform Park*, Granz afirma que elas foram introduzidas para encorajar pessoas da classe trabalhadora, muitas sem banheiros privados, a se manterem limpas. Destaca que chuveiros faziam parte do equipamento de ginástica, mas também serviam como sistemas públicos de banho. Instrutores de ginástica estimulavam o uso de chuveiros como parte do treinamento e como hábito higiênico. A importância dada à higiene estava também evidente na meticulosa limpeza e esterilização das roupas de banho nas lavanderias dos parques, e no cuidado de verificar se cada banhista havia tomado um banho completo antes de entrar na piscina²¹³. Por volta de 1911, segundo Granz, as piscinas de Chicago eram tão populares que grupos tinham que ser admitidos hora a hora, e cada um tinha uma hora para o processo de entrar, receber roupas de banho e toalha, trocar de roupa, tomar banho, nadar, se vestir, e abrir espaço para o próximo grupo²¹⁴.

O “arsenal” do recreio ativo e organizado atuava na construção dos “corpos dóceis”, uma vez que eram métodos de intervenção direta na constituição física da população pobre, que passava por um processo de higienização e tinham seus corpos moldados pelos exercícios físicos. No entanto, Mônica Raisal Schpun, em seu livro *Beleza em jogo. Cultura Física e Comportamento em São Paulo nos anos 20*²¹⁵, localiza essa estratégia de ação do discurso sobre o lazer também entre a elite, no que se referia à higiene e na formação de corpos atléticos, através de diversos dispositivos sociais.

Segundo esta autora, na década de 20 do século passado, introduz-se na cultura urbana da capital paulista novas formas de sociabilidade e novos equipamentos de lazer. Num momento em que a cidade é pensada para atender as necessidades da elite, que se

²¹² MELLO, L. G. R. de Anhaia. *Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas*, p.158.

²¹³ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.70.

²¹⁴ CRANZ, Galen, *op. cit.*, p.72.

²¹⁵ SCHPUN, Mônica Raisal. *Beleza em jogo. Cultura Física e Comportamento em São Paulo nos anos 20*. Prefácio: Michelle Perrot. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.

distanciava da parcela pobre da população morando afastada desta e criando códigos de sociabilidade não compartilhados, as práticas de lazer dirigido entram na cidade de São Paulo para atender a poucos. Assim, mapeia a entrada de vários esportes organizados na sociedade paulistana como o tênis, o hipismo e o futebol, além de atividades coletivas como a ginástica e a dança. Desta forma:

“Os eventos esportivos assumem dimensão central na vida urbana. Na forma de espetáculos, esses eventos envolvem não somente os atletas, mas também o público, os corpos e as emoções coletivamente expressas nos estádios. Eles fazem parte do processo generalizado de difusão e de organização da prática esportiva.

Mas os esportes não estão sozinhos nessa mobilização coletiva dos corpos: a dança, predileção da década, associada à indústria fonográfica nascente, é outra faceta desse fenômeno de múltiplas dimensões, em que os indivíduos são constantemente chamados à ação”²¹⁶.

As atividades de lazer da elite paulistana da década de vinte têm grande semelhança com as oferecidas pelo *Reform Park* e pelo projeto de lazer modernista da administração municipal de Fábio Prado que, de certa forma, pode ser considerado um desdobramento do recreio ativo e organizado de Anhaia Mello. Com exceção de esportes organizados que até hoje se mantêm elitizados, como o hipismo e, em menor medida, o tênis, estes sistemas de lazer previam campeonatos de dança, a prática da ginástica, da natação, do futebol. Esses espaços populares de lazer, concebidos já no final da década de vinte e início dos anos 30, nada mais faziam do que estender uma concepção de lazer às camadas pobres da população, pois a elite já havia incorporado a lógica do lazer produtivo. Schpun considera que:

“De modo geral, a educação física e a prática esportiva são consideradas na época como medidas de higiene destinadas a combater o ócio e os hábitos mundanos da juventude. A disciplina que constitui o exercício do corpo, praticado sob a vigilância de um treinador, e sem mistura entre os sexos, funciona como profilaxia”²¹⁷

²¹⁶ SCHPUN, Mônica Raisa, *op. cit.*, p.27.

²¹⁷ SCHPUN, Mônica Raisa, *op. cit.*, p.34.

O sistema de lazer de Anhaia Mello era preventivo do “mau cidadão”, já o lazer dirigido aplicado às elites era “gestador” da “pátria do amanhã”. Schpun aponta duas diretrizes do discurso da disciplina corporal dirigido à parcela abastada da população. Segundo ela, uma delas tinha relação com o discurso sobre o progresso, com sua idéia de que o “melhor” ainda estaria por vir, daí a necessidade de preparar o brasileiro para lidar de forma “inteligente” com as oportunidades vindouras, ensinando-lhe o controle sobre seus impulsos emocionais. A outra vertente discursiva provinha do impacto das impressões sobre a Primeira Guerra Mundial. O conflito alertava para a importância da sobrevivência, discurso atrelado à idéia da superioridade das raças, evidenciando a necessidade de trabalhar a constituição física dos jovens. Assim, ao falar sobre a disseminação da prática da ginástica na sociedade paulistana, Schpun destaca que:

“[...] o instrutor de ginástica do Club Athletico Paulistano define as vantagens dessas práticas para os jovens. Além da manutenção da forma física básica que ela oferece e de sua importância na conservação da saúde, a ginástica dá mais segurança pessoal, espírito de decisão, forma o caráter e educa a vontade para o controle das tendências corporais e psíquicas”²¹⁸.

O discurso do lazer dirigido dedicado à classe trabalhadora e à parcela elitizada da população da capital paulista é o mesmo, ambos obedecem aos princípios da eugenia e recorrem ao respaldo teórico da psicanálise. A diferença estava na função social para a qual se destinava, se no caso da elite o objetivo era formar os mentores de uma nação bem sucedida, em relação à população pobre a intenção era combater patologias sociais.

O pobre, se não educado para responder aos anseios do progresso, contribuindo produtivamente para o seu avanço, representava a ameaça a um “futuro glorioso”. Entretanto, não se pode perder de vista que a inclusão desta parcela da população nas atividades de lazer até então só acessadas pela elite representava, para especialistas como Anhaia Mello, a humanização das condições de vida dessas pessoas.

O esforço das elites em se apropriar dos hábitos culturais da classe trabalhadora vinha desde o século XIX, mas não é interessante pensarmos essa relação de forças como o pobre sempre sendo o dominado, atendendo aos desejos de controle de um saber científico construído pelas elites. Não é este o objetivo desta análise sobre o recreio ativo e

²¹⁸ SCHPUN, Mônica Raisa, *op. cit.*, p.40.

organizado. Ao longo deste trabalho apontamos a apropriação do conhecimento técnico sobre a cidade feita pela classe operária, o que viabilizava suas reivindicações de inclusão no espaço da cidade. Da mesma forma destacamos o olhar desfocado dos especialistas, que nem sempre conseguiam reconhecer o grau de assimilação de seu discurso entre o seu público alvo. O estudo de Schpun, mapeando o discurso disciplinador do lazer entre os componentes da elite, destacando os conflitos de gênero existentes no processo de promoção destas atividades, é bastante representativo da ausência de clareza em relação ao exercício do poder. O lazer dirigido aplicado às camadas pobres da população, ao mesmo tempo que objetivava discipliná-las para o trabalho fabril, acreditava na humanização da rotina da vida nas cidades industriais.

Desta forma, o sistema de recreio de Anhaia Mello obedecia ao propósito de adequar a vida nas cidades industriais à “escala humana”, interferindo positivamente na qualidade de vida; do mesmo modo caracterizava-se como medida de assistência social, que atendia a uma organização sanitária voltada à manutenção e/ou obtenção da higiene entre as camadas pobres da população, atuando no campo da prevenção de “maus comportamentos”. Em relação ao início do século XX, Maria Auxiliadora Decca considera que “[...] há uma retórica que se mantém em grande parte inalterada quanto à necessidade de um ‘lazer mais saudável e produtivo’ para o operariado no sentido de torná-lo mais ‘disciplinado e ordeiro’, esboçam-se iniciativas, até certo ponto freqüentes, de disciplinar seu lazer”²¹⁹. A criminalidade era consequência de um desvio de conduta, derivado da falta de “boas” referências morais e da privação da vida em comunidade, e constitui-se uma importante temática da proposta de lazer de Anhaia Mello.

Para Anhaia Mello, uma vez organizado de forma adequada, o sistema de recreio seria capaz de reduzir os índices de criminalidade urbana. Seu artigo tem um importante objetivo: convencer seus colegas especialistas sobre a eficiência do recreio ativo e organizado na manutenção da ordem pública e na economia que representava para as despesas da administração pública, pois reduziria os gastos com o sistema carcerário.

Uma das evidências, apontadas por Anhaia Mello, de que o recreio ativo e organizado representava a solução à criminalidade está em sua afirmação de que “A justiça social exige que toda a comunidade tenha recreio organizado. O bom recreio é o preventivo

²¹⁹ DECCA, Maria Auxiliadora, *op. cit.*, p.p.89-0.

do mau cidadão”²²⁰. Recorre ao poder deste sistema de recreio quanto à formação do caráter dos habitantes da cidade, pois servia como prevenção à proliferação de cidadãos indesejáveis ao convívio social. Assim, ao falar sobre a eficácia de tal constatação, afirma que “Sim. [...] o aumento de ‘playgrounds’ corresponde a uma diminuição sensível da delinquência juvenil, diminuição essa acentuadíssima dentro da zona de acessibilidade do playground”²²¹; ou seja, além de interferir moralmente sobre os cidadãos, o sistema de recreio ativo e organizado também alterava, positivamente, o cotidiano nas cidades, diminuindo a incidência de crimes em sua área de cobertura.

Outra estratégia utilizada por Anhaia Mello para atestar a eficiência do recreio ativo e organizado frente à criminalidade, foi a transcrição de um estudo norte-americano, realizado pelo Dr. Charles Pratt, então diretor da Comissão de Problemas Penais da cidade de Filadélfia, intitulado "Recreio, causa ou cura de crimes?", no qual afirma-se que:

“O tempo para descanso e recreio aumentou com o dia de trabalho mais curto e com a semana mais curta.

Esse aumento trará mais maldade para mãos ociosas ou oportunidade melhor para o desenvolvimento de uma melhor ordem social?

Tudo depende da organização do recreio.

A sociedade moderna tem muitos problemas para resolver, mas o maior de todos é ensinar como usar nossas horas de lazer.

A porta larga do crime está escancarada.

[...] A vida é tão complexa que não há, nem pode haver, fórmulas simples para a cura de males.

Quantas fórmulas já experimentamos: castigos, ameaças, torturas, morte até do criminoso.

A morte resolve o problema individual, eliminando o criminoso; como medida social e preventiva, nada vale.

Creio mesmo que, procurando corrigir a sociedade por métodos brutais, tornemo-la, por isso mesmo, ainda mais brutal, recalcitrante, indiferente.

²²⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

²²¹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

[...] Autocracias e aristocracias, foram substituídas por democracias, tentativas de socialismo, de anarquismo, e sua regressão, necessária e histórica, à autocracia, ao fascismo, ao despotismo.

O que isso significa? Que nós procuramos fórmulas para melhorar a sociedade, sem procurar melhorarmos a nós mesmos.

Queremos tornar a sociedade um melhor lugar para vivermos, sem começar por corrigir as nossas próprias faltas.

É fútil a tentativa.

O crime é resultado de um ajustamento social imperfeito, a expressão de um ‘ego’ inflexível, consequência da tentativa de guiar a vida do grupo numa base individual, sem respeito dos direitos alheios.

Todos nós nascemos egoístas absolutos, e temos que aprender, dura aprendizagem, a sermos sociáveis.

Essa aprendizagem se faz na escola e no recreio.

O recreio é pois uma responsabilidade social tão grande quanto a escola.

Se a escola desenvolve o lado intelectual o recreio desenvolve o lado social e moral.

Há limites naturais para a conquista do intelecto; não os há para as conquistas sociais e morais.

O nosso maior dever social, portanto, é o estabelecimento de um sistema de recreio de valor social, isto é, recreio ativo e organizado, para todas as classes e todas as idades”²²².

Este estudo tem como indagação inicial o questionamento sobre se o aumento das horas disponíveis após a jornada de trabalho traria prejuízos à ordem social. Uma problemática que, segundo Joffre Dumazedier, já era preocupação dos reformadores sociais no final do século XIX, início das primeiras conquistas trabalhistas. Desta forma, ainda na década de 20 do século seguinte, as mudanças na dinâmica da vida urbana decorrentes do intenso processo de industrialização não haviam sido inteiramente decodificadas pelo saber científico, mantendo-se o “medo” da não assimilação da concepção de “tempo produtivo”.

²²² MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.p.150 e 153.

Isso leva o autor do estudo afirmar que o maior problema da modernidade era ensinar como utilizar as horas de lazer, corroborando a idéia já expressa por Anhaia Mello em seu artigo, de que o tempo destituído de uma utilidade pré-determinada representava uma ameaça à construção de uma cultura social condizente com a vida nas grandes cidades modernas.

O sistema de recreio ativo e organizado, segundo o estudo feito na Filadélfia, é “cura” para a criminalidade porque forma “cidadãos úteis à pátria”, educando seus freqüentadores para o convívio em sociedade. O lazer dirigido é pensado por Anhaia Mello, não apenas como complementar à atuação da escola; atuava na constituição física dos indivíduos, mas também na formação da subjetividade. Os corpos se adequavam à rotina pedida pela disciplina e tal comportamento passava a ser culturalmente natural, e faziam parte de como as pessoas se definiam socialmente. Por se tratar antes de tudo de um mecanismo de formação de hábitos culturais, Anhaia Mello acreditava que a escola e o recreio organizado deveriam cooperar estreitamente.

Alicerçado no pressuposto da “política expressiva”, de que a prevenção a “patologias” sociais deveria ser feita a partir de políticas afirmativas de comportamentos socialmente desejáveis, Anhaia Mello conclui que o recreio ativo e organizado constituía um poderoso agente de manutenção da ordem social. Transcreve a conclusão do “American Prison Congress”, realizado nos Estados Unidos em 1926, para reforçar sua defesa sobre a eficácia do sistema de lazer dirigido em relação à criminalidade. Segundo ele:

*“O Congresso exprime sua convicção de que o valor do recreio, ativo e organizado precisa ser melhor compreendido por aqueles a quem incumbe o estudo dos problemas da criminalidade, e que, se toda a cidade oferecesse meios adequados de recreio à mocidade, muitas de suas tendências más poderiam ser corrigidas e ao mesmo tempo se formaria o bom cidadão, são, moralizado e alegre”*²²³.

Esta declaração reforça a idéia de que seria possível intervir na “má índole” do indivíduo, combatendo seus “instintos” negativos através do emprego de suas energias em atividades que estimulassem suas “boas” potencialidades. Assim, ao analisar a figura do delinqüente na sociedade moderna, Priscila Piazzentini Viera, em sua monografia *Michel Foucault e a História Genealógica em Vigiar e Punir*²²⁴, afirma que os discursos penal e

²²³ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

²²⁴ VIEIRA, Priscila Piazzentini. *Michel Foucault e a História Genealógica em Vigiar e Punir*. Monografia IFCH/UNICAMP, 2006.

psiquiátrico se fundem na análise de um crime, e o delinqüente passa a ser visto não apenas como autor de seu crime, mas está ligado ao seu delito pelos seus instintos, pulsões, tendências, temperamento²²⁵. Uma vez que o crime é considerado consequência e, ao mesmo tempo, parte da constituição subjetiva do infrator, justificava-se uma medida social que se propunha a atuar na “origem” dos problemas, transformando em sã uma personalidade que tendia a comportamentos sociais patológicos. O valor desta declaração do “American Prison Congress” é imenso na justificativa a favor da implantação do recreio ativo e organizado, pois o próprio sistema carcerário o reivindicava no espaço da cidade. Não havia melhor argumento para comprovar a existência de uma relação entre a necessidade de se controlar o lazer e o combate à criminalidade urbana.

Além disso, as conclusões a que chegou este Congresso fundamentavam o investimento econômico nas áreas destinadas ao recreio, o que leva Anhaia Mello a afirmar que caso faltasse convicção sobre os efeitos benéficos da prática do lazer para as camadas populares, os dados econômicos justificavam o investimento público em sua proposta urbanística. Desta forma, destaca que “As estatísticas mostram que, com o dinheiro gasto para manter um condenado nas prisões, pode-se dar recreio ativo e organizado a 86 crianças”²²⁶. Era melhor, portanto, investir no sistema de recreio, que promoveria a diminuição da população carcerária e, ao mesmo tempo, cuidaria da formação moral das crianças. Mostrava-se mais eficiente aplicar o dinheiro público no lazer dirigido do que no sistema prisional, pois afastaria o trabalhador daquilo que poderia interferir, de maneira negativa, em sua produtividade e cuidaria da construção da pátria do futuro.

A punição carcerária diminuía o número de indivíduos economicamente produtivos, enquanto o recreio ativo e organizado formava os cidadãos para o trabalho nas fábricas, oferecendo-lhes práticas de lazer que estimulavam sua disposição para o comportamento disciplinado. O mecanismo do sistema de recreio organizado funcionava da mesma forma que a disciplina corporal imposta pela educação higiênica, na qual, segundo Carmen Lúcia Soares:

“Impõem-se uma disciplina corporal que seria, evidentemente, mais adequada ao trabalho fabril, que pudesse tornar os corpos mais dóceis e submissos sob a ótica

²²⁵ VIEIRA, Priscila Piazzentini, *op. cit.*, p.69.

²²⁶ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.150.

*do poder e, ao mesmo tempo (e por isso mesmo), mais ágeis, fortes e robustos sob a ótica da produção enquanto expressão do poder e da ordem. Esta disciplina corporal foi elemento constitutivo da educação higiênica do trabalhador, a qual deveria se dar na escola, caso ele viesse a freqüentá-la. E freqüentar a escola tornava-se necessário para o tipo de desenvolvimento que se encaminha a jovem sociedade republicana”*²²⁷.

Mais uma vez os objetivos da educação higiênica se confundem com os do recreio ativo e organizado, pois um dos interesses que moviam a implementação deste sistema de lazer também prezava pela “produção enquanto expressão do poder e da ordem”. Anhaia Mello, quando traz para o seu texto esse conjunto de estudos que endossavam seu argumento de que o recreio ativo e organizado era preventivo do “mau cidadão” e, desta maneira, diminuiria a incidência dos problemas de sociabilidade, define a posição de sua proposta de lazer, cuja principal intenção era bem orientar a formação dos cidadãos, para que não fosse preciso o uso social de métodos punitivos, que poderiam atuar contra o conjunto de valores que desejava assimilados. Sendo assim, destacava que:

“Os objetivos do recreio são uns imediatos, como a atividade; outros intermediatos, como a formação de hábitos e atitudes e afinal remotos alguns, como a formação do caráter e do cidadão útil à pátria.

O recreio não é uma atividade inútil; é, pelo contrário, uma coisa séria para todos, mormente para a criança.

A criança brinca; o brinquedo cria, faz. Recreio é termo que se deve reservar para o adulto porque recrear é refazer as energias gastas.

*‘O recreio – diz Joseph Lee, pai do ‘playground’ – é o grande antídoto da civilização’*²²⁸.

É importante destacar o conceito, utilizado recorrentemente por Anhaia Mello, de “cidadão útil à pátria”, que seria o cidadão disciplinado para o trabalho, pois já passou pelo processo de normalização de seus impulsos humanos, adequando seu comportamento às exigências de um convívio social harmônico. O cidadão de impulsos descompassados traria

²²⁷ SOARES, Carmen Lúcia, *op. cit.*, p.121.

²²⁸ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.149.

problemas à sociedade, fosse por praticar atos de criminalidade, ou possuir hábitos “inadequados” moralmente, como a bebida, a promiscuidade.

Entretanto, o recreio ativo e organizado só cumpriria eficientemente o seu papel social se a ele se aliassem políticas habitacionais que garantissem padrões mínimos de salubridade nas moradias populares. A habitação oferecida à classe operária deveria ser higiênica e confortável, constituindo, na opinião de Anhaia Mello, um serviço de utilidade pública. Os cortiços custavam dinheiro, sendo o tipo mais caro de habitação para a sociedade, por promoverem o comportamento promíscuo e estimularem a criminalidade.

Sobre a tendência de considerar os cortiços um problema sociológico ou filantropo, Anhaia Mello ressalta que dar habitação digna às classes pobres não constitui caridade, afinal estas seriam pagas com os impostos e taxas para serviços públicos. Para ele, “[...] a acomodação decente das massas operárias corresponde a uma melhora social, superior a qualquer outro esforço nesse mesmo sentido”²²⁹. No artigo “A Cidade Jardim”, analisa as conseqüências do urbanismo puramente técnico para as grandes cidades e para a vida urbana, apontando o cortiço como seu resultado e a “criminal culture” como herança social oferecida aos moradores destes locais. Para comprovar o que diz, afirma que:

*“Um estudo feito em 1934, nas áreas deterioradas da cidade de Cleveland, nos Estados Unidos, demonstrou que em relação à área urbana total, a porcentagem de incêndios era 7 vezes maior; de assassinios era 8,5 vezes maior; de vícios sociais era 10,5 vezes maior; de delinqüência juvenil era 2,7 vezes maior; de filhos ilegítimos era 4,2 vezes maior; de tuberculosos era 5,0 vezes maior!”*²³⁰.

Marisa Carpintéro, em seu livro *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*, discute o tema da habitação operária problematizando os discursos dos engenheiros-arquitetos a respeito de tal questão. No capítulo, “O Direito de Habitar”, trabalha com o processo de naturalização de uma nova forma de habitação operária, a casa própria, tentando pontuar a origem daquilo que veio a se tornar um sonho. Essa assimilação do discurso técnico, que ganhou *status* de sonho e se internalizou em seu público alvo, é bastante semelhante àquela desejada pela proposta de

²²⁹ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos, jan./mar. 1936, p.162.

²³⁰ MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim, p.p.27-8.

recreio ativo e organizado, pois saiu do domínio técnico e passou a ser aceita de maneira contundente.

O desejo de aceitação contido na fala especializada é evidenciado por Carpintéro quando afirma que, de acordo com os engenheiros-arquitetos, “[...] uma vez conquistada a propriedade de um lar, os valores morais e religiosos estarão garantidos e transmitidos para as futuras gerações”²³¹. Assim, a autora destaca a formação de uma nova sensibilidade voltada ao espaço doméstico, cuja ênfase recaia sobre a vida privada da população pobre, uma vez que era afirmado pela imprensa que “Estar entre suas paredes [da “casa própria”] é para o operário, antes de tudo, não estar entre as paredes dos outros e em sua casa pode ser ele mesmo”²³². Havia, portanto, uma certa clareza, por parte dos engenheiros-arquitetos, quanto ao que deveria ser culturalmente assimilado pela classe operária, desde valores morais e religiosos, até uma percepção psicológica a respeito de si mesma.

Desta forma, este projeto de habitação e a proposta de recreio ativo e organizado tinham projetos de intervenção social semelhantes e complementares, intervindo individualmente sobre os habitantes das cidades e ensinando-lhes hábitos de higiene, condutas morais. Como ressalta Marisa Carpintéro, “Os trabalhadores urbanos viviam, até a década de 20, a maior parte do tempo fora de suas moradias. Quando não estavam trabalhando, entregavam-se a bate-papos com os amigos nos botequins, ou na conversa diária com os vizinhos nas calçadas”²³³. Fazia-se necessário aos propósitos de formação de “cidadãos úteis à pátria” interferir na eliminação de uma rotina que não obedecesse aos princípios de uma vida economicamente produtiva.

Nesse sentido, Anhaia Mello alerta sobre a importância de investir em propostas de intervenção social comprovadamente eficientes, afirmando que:

“Esta palestra não tem outro intuito se não contribuir modestamente para esse fim em que todos estamos empenhados. Qual o caminho a seguir? Aquele que os trinta anos de experiência dos melhores urbanistas americanos, estão indicando. As diferentes etapas desse percurso são as seguintes:

²³¹ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*, p.189.

²³² CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*, p.193.

²³³ CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*, p.180.

1º.) Um inquérito (survey) preliminar.

Nós, em regra, pretendemos realizar tudo sem estudos preliminares; com um simples 'fiat' poderoso. Não é possível.

É preciso verificar o que existe, depois estudar as necessidades de cada bairro, que são absolutamente diversas, para concluir das necessidades atuais e das futuras.

Podem ser aproveitados não só os parques atuais, mas também aquelas áreas de recreio das escolas, de tamanho suficiente, que devem ser equipadas e franqueadas ao público.

2º.) Estabelecer um plano de ação, escalando as aquisições de acordo com as necessidades, mais ou menos prementes, dos diversos bairros.

3º.) O uso dos principais parques precisa ser alterado.

Podemos e devemos localizar playgrounds nos gramados inúteis e dispendiosos dos jardins do Parque D. Pedro 2º., da Luz, das Praças da República, Buenos Aires e outras.

[...] 5º.) Criar um Departamento de Recreio Municipal, cuja direção seja entregue a um especialista nesses assuntos, e que centralize, promova e coordene todos os problemas do Recreio”²³⁴.

Além de reafirmar sua confiança no urbanismo norte-americano, estabelece uma estratégia de implantação do sistema de recreio ativo e organizado cuja base era o estudo sobre os bairros, concluindo sobre as futuras necessidades desses espaços de lazer. Devido a isso, sugere a criação de um órgão público especializado em recreação. Com o Departamento de Cultura da administração de Fábio Prado, Anhaia Mello pôde acompanhar e participar de um investimento municipal na área do lazer dirigido.

Os parques concebidos a partir dos propósitos políticos do *Reform Park* se efetivaram nesta administração através do empenho do Departamento de Cultura, presidido por Mário de Andrade. No período em que foi prefeito, Anhaia Mello, inaugurou o primeiro Parque Infantil da cidade de São Paulo, no bairro do Ipiranga, mas devido à brevidade de seu governo, viu sua proposta de lazer ganhar força na administração seguinte. Participou da fundação do Departamento de Cultura e pôde colaborar com o projeto social modernista de popularização da cultura nacional que contava com a

²³⁴ MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas, p.160.

implantação dos Parques Infantis, uma das metas do Recreio Ativo e organizado. Segundo Candido Malta Campos, em seu livro *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*, não foi apenas na área do lazer que Anhaia Mello integrou a administração de Fábio Prado, segundo ele:

“O papel de Anhaia Melo na gestão Fábio Prado foi decisivo. Maior representante do urbanismo moderno em São Paulo, Melo tornou-se consultor oficioso da prefeitura para questões urbanísticas, colaborando em iniciativas socialmente integradoras, como os parques infantis, levando à formalização de instrumentos como a taxa de melhoria e impondo diretrizes reguladoras nas negociações entre o poder público e o setor imobiliário. Garantidos pelo renome acadêmico e conhecimento técnico, seus pareceres ‘não seriam contestados pela política’. Em diversas disputas com proprietários, a municipalidade recorreu a Anhaia Melo para reforçar suas posições, evitando abusos em processos de desapropriação e outros”²³⁵.

Candido Malta Campos afirma que “Por meio de sua atuação com Fábio Prado, Melo buscava impor, extra-oficialmente, o princípio da taxa de melhoria, ou seja, a recuperação, pelo poder público, da valorização da propriedade imobiliária resultante de melhoramentos urbanos”²³⁶, sendo este imposto um fator que, segundo Anhaia Mello, possibilitaram financeiramente seu projeto de lazer para a cidade de São Paulo.

Em relação à participação de Anhaia Mello no Departamento de Cultura, as propostas modernistas de intervenção social vinham ao encontro do projeto de lazer deste engenheiro-arquiteto. Segundo Carlos Augusto da Costa Niemeyer, em sua dissertação *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis em São Paulo (1934-1954)*, “o Departamento de Cultura transformará o sonho modernista em realidade, iniciando uma tentativa de integração cultural das massas, jamais vista no município”²³⁷. O objetivo do Departamento de Cultura, segundo este autor, era não apenas popularizar a cultura, o esporte e o lazer, mas arrancá-los das camadas privilegiadas, socializando seus benefícios para as parcelas menos favorecidas da

²³⁵ CAMPOS. Candido Malta, *op. cit.*, p.502.

²³⁶ CAMPOS. Candido Malta, *op. cit.*, p.503.

²³⁷ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa, *op. cit.*, p.97.

população. Anhaia Mello defendia, em seu artigo sobre o recreio ativo e organizado, a democratização do lazer que deveria se estender a todas as classes e todas as idades.

No projeto modernista, lazer e cultura deveriam servir como instrumentos de humanização, elemento fundamental à transformação social, que contribuiria para a formação de uma “cultura nacional”. Carlos Niemeyer afirma que Mário de Andrade não vinculava seus parques a políticas higiênicas e eugenizadoras, sua preocupação era apenas a universalização do acesso à cultura. A proposta de Anhaia Mello também visava em última análise o bem estar da comunidade, que para ele estava vinculada à formação de um cidadão útil à pátria.

Este autor também data o “golpe político” de 1937 como o fim do projeto modernista, pois o início do Estado Novo colocou fim à administração municipal de Fábio Prado e, conseqüentemente à liderança de Mário de Andrade no Departamento de Cultura. Getúlio Vargas substituiu Fábio Prado por Prestes Maia, e, para Carlos Augusto Niemeyer, um projeto social humanista foi substituído pela reverência ao pensamento técnico, pois Prestes Maia passaria a atuar como um gerente de obras. Neste governo municipal houve, desta maneira, uma submissão da técnica à política, correspondente ao posicionamento subalterno de Prestes Maia frente ao regime do Estado Novo, limitando-se em termos administrativos à execução do “Plano de Avenidas”.

Segundo Niemeyer, o lazer deixa de exercer um papel gratuito e desinteressado para atender aos propósitos de um regime político que objetivava a disciplina moral e o adestramento físico. Assim:

“A concepção anterior de promoção cultural através de atividades lúdicas, dá lugar no Estado Novo à sobrevalorização do corpo físico, através da pedagogia da Educação Física, e sua meta de formar, entreter e estimular as massas. Nesse contexto, os Parques Infantis, Praças e Centros Esportivos dirigidos servirão para atender a tais desígnios, estimulando o culto ao corpo físico, responsável por dar suporte ao discurso de construção eugênica da sociedade. [...] uma notória aproximação ideológica com a Alemanha nazista e o governo fascista italiano, pelos ideólogos do regime dará o exemplo do modelo de sociedade que buscavam. [...] adotará o modelo de propaganda nazista, de culto a personalidade e ao corpo

físico, provocando êxtase em multidões com eventos coletivos de grande apelo cívico e emocional”²³⁸ .

A partir da oposição feita por Carlos Augusto Niemeyer entre o projeto modernista que visava, apenas a democratização da cultura no país e o projeto de sociedade do Estado Novo, no qual os parques serviam aos propósitos da obediência ao regime autoritário, pode-se estabelecer uma oposição entre o projeto político de cidade de Anhaia Mello e Prestes Maia. Segundo este autor:

*“[...] a forte interferência sofrida pela administração municipal por parte de um regime autoritário que determinará prioridades de investimento, onde o lazer de massas adquire um outro objetivo. Um lazer visto do ponto de vista estratégico; como disciplina moral e adestramento físico, e não gratuito e desinteressado. Daí a ênfase disciplinar e utilitária, e não lúdica e cultural [...]”*²³⁹ .

Ambas as propostas de lazer objetivavam algum tipo de comportamento disciplinador, pois se no Estado Novo o interesse estava voltado ao regime político, na administração de Fábio Prado direcionava-se à formação de cidadãos úteis à pátria e que legitimassem uma cultura “essencialmente” brasileira. Além disso, os dois projetos de lazer partiam do princípio de que detinham o conhecimento sobre a melhor forma de lidar com o tempo livre das camadas populares. O que mudava eram as formas de abordagem que, no caso modernista vinha revestida de uma preocupação com o bem estar social e com a boa saúde física e mental do cidadão, e, num segundo momento, com o estabelecimento do Estado Novo, aparece como um caminho para a legitimação de um regime político com o estímulo desvelado à disciplina e ao culto ao corpo.

²³⁸ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa, *op. cit.*, p.p.146-7.

²³⁹ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa, *op. cit.*, p.p.150-1.

Considerações Finais

Jane Jacobs, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*²⁴⁰, publicado em 1961, oferece uma visão crítica do urbanismo norte-americano que, em certa medida, pode ser um bom contraponto à leitura desenvolvida neste trabalho sobre a proposta de recreio ativo e organizado de Luiz de Anhaia Mello. Jacobs analisa aspectos do urbanismo norte-americano dentre os quais alguns estão presentes na proposta de lazer de Anhaia Mello e, praticamente 30 anos depois, não enxerga como bem sucedida a experiência de seu país na área do urbanismo.

Os parques urbanos deixaram de cumprir seu papel na prevenção de crimes, um dos objetivos do lazer dirigido, para se tornarem, de acordo com esta autora, lugares propícios à criação e circulação de uma cultura criminosa. Ao contrário das ruas, cheias de pessoas e movimentação, os parques, vazios na década de 60, passaram a ser lugares em que os jovens não sofriam nenhum tipo de supervisão. Desta forma, ela critica os urbanistas que viam nas ruas um espaço propício para o desenvolvimento de patologias sociais.

A crítica do urbanismo adepto a trazer a natureza para o espaço da cidade é ainda mais contundente. Em relação à teoria urbanística de Ebenezer Howard, considera que ele abordou o planejamento urbano “[...] como um cientista de ciências físicas analisando um problema simples de duas variáveis [a moradia e o emprego]. A cidade como um todo era mais uma vez considerada entre duas variáveis numa relação simples e direta entre cidade e cinturão verde”²⁴¹. Sobre a convivência dos norte-americanos com a natureza, acredita que se trata de um relacionamento esquizofrênico, pois da mesma forma como a sacralizam no espaço urbano, os Estados Unidos é um dos países que menos prezam pela preservação ambiental no mundo. Sendo assim, considera que, no caso norte-americano, “A natureza, sentimentalizada e considerada antítese das cidades, parece ser vista como constituída de mato, ar fresco e pouca coisa mais, e o descaso absurdo resulta na devastação da natureza mesmo que ela seja formal e publicamente preservada como objeto de estimacão”²⁴².

²⁴⁰ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavaleiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção a)

²⁴¹ JACOBS, Jane, *op. cit.*, p.484.

²⁴² JACOBS, Jane, *op. cit.*, p.496.

As constatações de Jacobs sobre o urbanismo norte-americano em nada se assemelham aos objetivos humanistas acalentados por Anhaia Mello quando recorre a experiências urbanísticas implantadas naquele país para construção dos pontos centrais de sua proposta de lazer. Mesmo que a interpretação de Jacobs soe um pouco simplificadora, uma vez que reduz o projeto de cidade-jardim a uma análise de variáveis, não deixa de sinalizar os perigos e equívocos de um discurso universalizante sobre as necessidades humanas. É importante destacar que, ao contrário de Jacobs, que escreveu num momento em que o discurso sobre a verdade científica estava sendo problematizado, a formação acadêmica de Anhaia Mello o guiava pelos caminhos do empirismo e da apreensão da essência das “aspirações humanas” e dos problemas urbanos. É essa construção teórica que estrutura um pensamento, que acreditava nas verdadeiras soluções urbanísticas e que estas eram adaptáveis a diferentes realidades, pois as origens das questões urbanas eram as mesmas, independentemente das diferenças culturais existentes entre a cidade que propunha a solução e a que necessitava de ajuda.

A visão de Anhaia Mello, com suas expectativas quanto ao papel regenerador da natureza no espaço urbano e dos efeitos do planejamento urbano na formação cultural do indivíduo, esteve sempre recoberta de um tom otimista no que se referia às potencialidades humanas. Esse sentimento de necessidade da valorização dos aspectos humanos da vida nas grandes cidades industriais o aproximou da Sociologia Urbana norte-americana, com suas discussões sobre os impasses da sensibilidade do homem metropolitano frente a seu cotidiano, e o fez defender a adequação do espaço urbano às necessidades humanas, com o planejamento urbano pensado a partir de uma de “escala humana”.

Em contrapartida, esse discurso de socialização dos efeitos do “bom urbanismo” a todas as áreas da cidade, principalmente aos bairros industriais, se embasava em uma política assistencialista que tomava as camadas populares como incapazes de conduzir suas próprias vidas. O sistema de lazer preventivo do “mau cidadão” é bastante representativo de um pensamento, ao mesmo tempo, sensibilizado diante de uma construção imagética da cidade que escapava à lógica racional da ciência, e voltado a todo um campo de discussão conceitual sobre como lidar com problemas, cujos aspectos, em maior ou menor medida, eram caracterizados como inéditos e/ou ameaçadores em projeção futura.

Anhaia Mello, em todos artigos analisados neste trabalho, mostrou seu empenho em manter-se atualizado em sua área de conhecimento, afirmou enfaticamente seu recurso metodológico de recorrer a escolhas urbanísticas já experimentadas e “bem sucedidas” e tomou para si a missão de defender, entre os especialistas brasileiros, as lições do urbanismo em “escala humana”. Acreditava que o bom urbanista deveria ter a capacidade de prever o agravamento de problemas urbanos, devido a isso, considerava que os espaços verdes dedicados ao lazer organizado aumentariam sua importância social num futuro cenário de agravamento do crescimento populacional das grandes cidades.

Fontes

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. *Revista Politécnica*, São Paulo, n.83, p.343-65, jun. 1927.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.42, p.235-40, nov. 1928.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. A cidade, problema de governo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.43, p.278-87, dez. 1928.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, 1929.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. O Governo das cidades. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.44, p.03-10 jan. 1929.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.47, p.145-61, abr. 1929.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Urbanismo: Os problemas sociais e econômicos da lei. Por Roscoe Pound, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Resumo e tradução pelo eng. arquiteto Luiz de ANHAIA MELLO. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, p.235-38, maio 1929.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Verdadeira Finalidade do Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.51, p.106-12, ago. 1929.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Os parques estaduais americanos. *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, n.109, set.1929, spn.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Natureza, classificação, característicos econômicos dos serviços de utilidade pública. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo. n.58, p.117-27, mar. 1930.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. A econômica da terra urbana. *Revista Politécnica*. São Paulo, n.108, p.535-42, mar./abr. 1933.

MELLO, L.G.R. de Anhaia. A cidade celular, quadras, superquadras e células residenciais. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.94, p.131-42, set. 1933.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (1ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.102, p.283-9, maio 1934.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (2ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.103, p.357-67, jun. 1934.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Novos subsídios para a regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública (3ª Conferência). *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, n.104, p.03-12, jul. 1934.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. *Revista Politécnica*. São Paulo, n.121, p.161-4, jan./mar. 1936.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Programa de Habitação para os Estados Unidos. *Revista Politécnica*. São Paulo, n.122, p.119-24, abr./dez. 1936.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. O problema econômico dos serviços de utilidade pública. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1940.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade, Base Material de Relações Sociais, Sociologia Urbana, Ecologia Humana e o Plano de Londres. *Engenharia*. São Paulo, n.31, p.269-77, mar. 1945.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Um Plano Regulador para o Município: elementos constitutivos do plano. *Engenharia*. São Paulo, n.41, p.169-75 e 180, jan. 1946.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. O transporte individual e coletivo na Cidade Moderna. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.30, maio 1947.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Planejamento e governo urbano. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.35, p.17-20, out. 1947.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. A Cidade Jardim. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.36, p.27-30, nov. 1947.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. O serviço de transportes coletivos da Cidade de São Paulo. *Engenharia*. São Paulo, n.106, p.385-8, jun. 1951.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Os novos moldes da composição urbana” – “TOWN DESIGN”. *Digesto Econômico*. São Paulo, n.107, p.95-104, 1953.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. Visão do futuro e realidade do presente. *Habitat*. São Paulo, n.21, p.1-2, mar./abr. 1955.

MELLO, L. G. R. de Anhaia. “Considerações a respeito do Planejamento Regional de São Paulo”. *Engenharia Municipal*. São Paulo, n.62, p.06-10, jan./mar. 1974.

Bibliografia

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, orientação de Murillo de Azevedo Marx. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, junho de 1998.

ARASAWA, Cláudio Hiro. “A ‘Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello””. Dissertação de Mestrado, orientação de Elias Thomé Saliba. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, dezembro de 1999.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. – 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BÉGUIN, François. “As maquinarias inglesas do conforto”. In: *Espaço e Debates*, n.34, NERU, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950)”. In: *Palavras da Cidade*. Org. Maria Stella Martins Bresciani. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____. “Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.6 no. 11, set.1985/fev.1986.

_____. *A Algaravia das pequenas memórias encontrando-se com a linguagem especializada: estética moderna e cidadania em São Paulo de 1890 a 1940*. Relatório à Bolsa Pesquisa CNPq.

CAMPOS. Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Horácio de Paula e Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: RiMa, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T.. *A Construção de um Sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil*. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1938-1954)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CERASOLI, Josianne Francia. *A Grande Cruzada: Os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CRANZ, Galen. *The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America*. Cambridge: The Mit Press, 1982.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DICKENS, Charles. *Tempos Difíceis*. Tradução especial para o “clube do livro”, nota explicativa de José Maria Machado. – São Paulo: Clube do Livro, 1969.

DUMAZEDIER, Joffre. “Sociologia do Lazer”. In: *Sociologia Empírica do Lazer*. Tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg. – São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999. – (Debates; 164).

EUFRASIO, Mário A.. *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. – São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Editora 34, 1999.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947- 1972*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005.

FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do Poder*. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos de S. Paulo. *Revista Politécnica*, fevereiro/março, 1911.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros. “*O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade*”. In: *Palavras da Cidade*. Org. Maria Stella Martins Bresciani. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonegro. Introdução: Dacio Araújo Benedicto Ottoni. – São Paulo: HUCITEC, Estudos Urbanos: Série Arte e Vida Urbana, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – São Paulo: Martins Fontes, 2000. – (Coleção a)

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mário Vilela. – São Paulo: Contexto, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: FUBAM: Studio Nobel, 1999.

MORSE, Richard M.. *A Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. Coleção Corpo e Alma do Brasil, SP: Difel, 1970.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: o caso dos Parques Infantis em São Paulo (1934-1954)*. Dissertação de Mestrado, orientação de Maria Lucia Caira Gitahy. Universidade Estadual de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, abril de 2001.

_____. “Do Velódromo aos Parques Infantis – Paradigmas e Contradições na Produção Social dos Espaços Lúdicos em São Paulo”. In: *Desenhando a Cidade do Século XX*. Maria Lucia Caira Gitaby (org.). Fapesp – RiMa, 2005.

PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1976.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. – 2ª edição – São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999. – (Coleção cidade aberta)

SCHPUN, Mônica Raisal. *Beleza em jogo. Cultura Física e Comportamento em São Paulo nos anos 20*. Prefácio: Michelle Perrot. – São Paulo: Editora SENAC, 1999.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. – São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. – São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos primeiros anos 20*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio Guilherme (Org.). RJ: Zahar, 1976.
- SITTE, Camillo. “O verde na metrópole”. In: *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo – Editora Ática S.A., 1992
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*. Prefácio de Dulce Maria Pompêo de Camargo. – Campinas, SP: Autores Associados, 1994. (Coleção Educação Contemporânea).
- THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar, 1976.
- VIEIRA, Priscila Piazzentini. *Michel Foucault e a História Genealógica em Vigiar e Punir*. Monografia IFCH/UNICAMP, 2006.
- WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: *O Fenômeno Urbano*. VELHO, Otávio Guilherme (Org.) RJ: Zahar, 1976.